UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEG
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA / CAMPUS CENTRAL / UERN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA-PROFHISTORIA

MARCOS DANIEL ROSA DE FREITAS

ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM MOSSORÓ/RN.

MOSSORÓ/RN
2023

MARCOS DANIEL ROSA DE FREITAS

ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM MOSSORÓ/RN.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Cândido Rolim

MOSSORÓ/RN
2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catalogação da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

R788e Rosa de Freitas, Marcos Daniel

ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM MOSSORÓ (RN). / Marcos Daniel Rosa de Freitas. - Mossoró/RN, 2023.

112p.

Orientador(a): Prof. Dr. Leonardo Cândido Rolim.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Ensino de História. 2. Educação Patrimonial. 3. História Local. 4. Lugares de Memória. 5. Consciência crítica. I. Cândido Rolim, Leonardo. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográ ca para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

MARCOS DANIEL ROSA DE FREITAS

ENSINO DE HISTÓRIA E LUGARES DE MEMÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM MOSSORÓ/RN.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito de obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovado em: 29 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Leonardo Candido Rolim:02203071303

Assinado de forma digital por Leonardo Candido Rolim:02203071303
Dados: 2023.08.14 10:00:24 -03'00'

Prof. Dr. Leonardo Cândido Rolim (ProfHistória – UERN)

Presidente

Lemuel Rodrigues da Silva

Assinado de forma digital por Lemuel Rodrigues da Silva
Dados: 2023.08.21 15:46:11 -03'00'

Prof. Dr. Lemuel Rodrigues da Silva (ProfHistória – UERN)

Membro Interno

gov.br

Documento assinado digitalmente
ANGELO EMILIO DA SILVA PESSOA
Data: 11/07/2023 13:05:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa (ProfHistória/PPGH – UFPB)

Examinador Externo

MOSSORÓ-RN

2023

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela oportunidade de cursar o PROFHISTÓRIA, mestrado em Ensino de História, área que tinha como um dos meus principais objetivos, e que confesso, depois de estar dois anos afastado do ambiente acadêmico, me dedicando exclusivamente ao trabalho em sala de aula, via esse objetivo distante, com poucas expectativas de realização, até que a aprovação veio quando menos esperava, no final de 2019.

A todos os profissionais da saúde que se dedicaram durante os momentos mais críticos da pandemia (COVID-19), cientistas que se esforçaram para o desenvolvimento de vacinas, além das autoridades governamentais que se preocuparam e não mediram esforços em contribuir com os avanços da medicina, além de nos orientar medidas preventivas, nos possibilitando cursar o mestrado de forma remota, seguindo os devidos protocolos de segurança.

Aos meus pais, Neuma Rosa e Marcos Freitas por estarem sempre ao meu lado, me apoiando, me auxiliando, sendo um grande suporte em todos os momentos de minha vida.

Ao meu orientador, o professor Dr. Leonardo Cândido Rolim por ter me ajudando ao longo de todo o mestrado, ajuda que teve início mesmo antes da produção da dissertação, quando durante uma das disciplinas ofertadas pelo programa, me incentivou a definir a Educação Patrimonial como tema da pesquisa. Sempre presente nos momentos em que precisei, com muita paciência e compreensão em relação ao ritmo de produção, diante de todo o contexto enfrentado.

A todos os profissionais que fizeram/fazem parte do PROFHISTÓRIA, entre eles, os professores Fabiano Mendes, André Seal e Bruno Balbino, além do secretário Márcio, que sempre me ajudaram todas as vezes em que os procurei.,

A minha noiva, Vitória Stephanie, companheira para todas as horas, me apoiando, me incentivando e cobrando, ciente de minha capacidade acadêmica e profissional, e que sem sua ajuda, possivelmente não estaria conseguindo alcançar muitos dos objetivos traçados para esse ano, entre eles, a conclusão da dissertação a tempo.

Aos meus grandes amigos Nágylla e Yadson que sempre estiveram comigo, nos bons e maus momentos, principalmente durante esse contexto envolvendo

mestrado e pandemia. O apoio, os conselhos, as críticas deles são sempre muito importantes para mim.

A todos os colegas de turma, a primeira turma do PROFHISTÓRIA da UERN, que estavam todos os finais de semana conectados, assistindo aulas de forma remota, responsáveis por debates riquíssimos importantes para a formação de cada um.

RESUMO

A Educação Patrimonial constitui-se em processos formativos que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais. Essa dissertação tem como objetivo analisar a relação entre Ensino de História e a Educação Patrimonial, dando ênfase a cidade de Mossoró/RN, buscando dessa maneira entender de que forma ambas possam contribuir para a conscientização histórica dos discentes, a partir do momento em que estes passem a serem vistos como agentes históricos de seu tempo por meio da problematização de lugares de memória e consequentemente promover o desenvolvimento da autonomia dos alunos dentro desse processo de ensino-aprendizagem. A fundamentação teórica desse trabalho baseia-se nas contribuições de Le Goff (2013), Certeau (2002), Freire (2004), Horta (1999), Barros (2013), Cerri (2011) entre outros. Nele são apontados alguns conceitos fundamentais para as áreas de Educação Patrimonial e Ensino de História, como por exemplo: Patrimônio, Memória, História Local, Lugares de Memória e Consciência Histórica. A partir disso, é abordada a importância que esses lugares possuem e suas respectivas potencialidades quando trabalhados pelo professor ao longo de suas práticas docentes no intuito de contribuir para a promoção de uma formação cidadã crítica, como orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O trabalho é composto por quatro capítulos. O primeiro deles vem abordar sobre a Educação Patrimonial e sua integração com o saber escolar, analisando a memória enquanto objeto do Ensino de História para a construção de uma consciência crítica por parte dos discentes. O segundo capítulo enfatiza a história local como estratégia para o Ensino de História na construção de identidades, problematizando a construção de narrativas da história local de Mossoró a partir da Coleção Mossoroense, criação de monumentos e datas para a cidade. O terceiro capítulo busca apresentar um pouco da história de Mossoró a partir dessas narrativas construídas e que seguem sendo rememoradas e exaltadas anualmente por parte dos moradores e gestores. Por sua vez, o quarto capítulo dessa dissertação vem trazer uma proposta de produto pedagógico que possa ser desenvolvido e consequentemente utilizado por professores, alunos e visitantes da cidade. Uma cartilha que apresente os principais lugares de memória de cidade, apontando seus respectivos eventos históricos abordados, proporcionando visitas guiadas com uma melhor orientação, no intuito de propiciar momentos de problematização sobre esses espaços e narrativas presentes em cada um deles. Acredita-se que trabalhar com temáticas, que muitas vezes são discutidas somente em ambientes acadêmicos, com alunos da rede básica de forma adaptada e contextualizada, podendo inclusive, proporcionar esses momentos em outros ambientes de ensino, além da tradicional sala de aula, como por exemplo, nos lugares de memória existentes na cidade, possibilite uma diminuição da distância entre esses espaços, acarretando em uma aproximação entre a educação básica e a universidade, além de contribuir para a formação da consciência crítica por meio da problematização de narrativas que se fazem presentes em vários espaços, responsáveis pela construção de uma identidade local.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Patrimonial; História Local; Lugares de Memória; Consciência crítica.

ABSTRACT

Heritage Education consists of training processes that focus on cultural heritage, socially appropriated as a resource for the socio-historical understanding of cultural references. This dissertation aims to analyze the relationship between History Teaching and Heritage Education, emphasizing the city of Mossoró/RN, thus seeking to understand how both can contribute to the historical awareness of students, from the moment they come to be seen as historical agents of their time through the questioning of places of memory and consequently promote the development of students' autonomy within this teaching-learning process. The theoretical foundation of this work is based on the contributions of Le Goff (2013), Certeau (2002), Freire (2004), Horta (1999), Barros (2013), Cerri (2011) among others. It points out some fundamental concepts for the areas of Heritage Education and History Teaching, such as: Heritage, Memory, Local History, Places of Memory and Historical Awareness. From this, the importance that these places have and their respective potentialities when worked by the teacher throughout their teaching practices is addressed in order to contribute to the promotion of critical citizenship training, as guided by the National Common Curricular Base (BNCC). The work consists of four chapters. The first of them deals with Heritage Education and its integration with school knowledge, analyzing memory as an object of History Teaching for the construction of a critical awareness on the part of students. The second chapter emphasizes local history as a strategy for Teaching History in the construction of identities, problematizing the construction of narratives of the local history of Mossoró from the Mossoroense Collection, creation of monuments and dates for the city. The third chapter seeks to present a little of the history of Mossoró from these constructed narratives and which continue to be recalled and exalted annually by residents and managers. In turn, the fourth chapter of this dissertation presents a proposal for a pedagogical product that can be developed and consequently used by teachers, students and visitors to the city. A booklet that presents the main places of memory in the city, pointing out their respective historical events addressed, providing guided tours with a better orientation, in order to provide moments of problematization about these spaces and narratives present in each one of them. It is believed that working with themes, which are often discussed only in academic environments, with students from the basic network in an adapted and contextualized way, and may even provide these moments in other teaching environments, in addition to the traditional classroom, such as example, in existing places of memory in the city, enable a decrease in the distance between these spaces, resulting in a rapprochement between basic education and the university, in addition to contributing to the formation of critical awareness through the problematization of narratives that are present in several spaces, responsible for the construction of a local identity.

Keywords: History Teaching; Heritage Education; Local History; Places of Memory; Critical consciousness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Arraial de Santa Luzia em 1772 69
Figura 2 – Mossoró em 1883 71
Figura 3 – Ana Floriano 77
Figura 4 – Cangaceiros que invadiram Mossoró em 1927 81
Figura 5 – Mossoroenses armados defendendo a cidade 82
Figura 6 – Celina Guimarães Vianna 84
Figura 7 – Espetáculo do Auto da Liberdade de Mossoró em 2022 90
Figura 8 – Show do Mossoró Cidade Junina na Estação das Artes em 2022 91
Figura 9 – Espetáculo Chuva de Balas no País de Mossoró em 2022 91
Figura 10 – Capa e uma das páginas da cartilha “Construindo Aracati”.....93
Figura 11 – Estação das Artes Elizeu Ventania 94
Figura 12 – Museu do Petróleo 95
Figura 13 – Museu Histórico Lauro da Escóssia 96
Figura 14 – Memorial da Resistência 96
Figura 15 – Igreja de São Vicente 97
Figura 16 – Palácio da Resistência (sede da Prefeitura de Mossoró) 98
Figura 17 – Cemitério São Sebastião 99
Figura 18 – Túmulo de Jararaca 100
Figura 19 – Sugestão de rota para visitas 101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 11

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A INTEGRAÇÃO ENTRE O SABER ESCOLAR E OS LUGARES DE MEMÓRIA..... 15

2.1 O ENSINO DE HISTÓRIA E O FAZER HISTORIOGRÁFICO..... 21

2.2 A MEMÓRIA ENQUANTO OBJETO NO ENSINO DE HISTÓRIA..... 27

2.3 ENSINO DE HISTÓRIA E A CONSTRUNÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA..... 33

3 A HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA..... 37

3.1 A UTILIZAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE POR PARTE DOS DISCENTES..... 39

3.2 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO AMBIENTE ESCOLAR..... 41

3.3 ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA NA SALA DE AULA..... 43

3.4 CONHECENDO A HISTÓRIA LOCAL E DESENVOLVENDO SEU ENSINO..... 45

3.5 A HISTÓRIA ENQUANTO OBJETO: A HISTÓRIA LOCAL EM MOSSORÓ/RN CONSTRUÍDA A PARTIR DAS NARRATIVAS DA COLEÇÃO MOSSOROENSE..... 48

3.5.1 Vingt-un Rosado e a construção de narrativas por meio da Coleção Mossoroense..... 51

3.5.2 A Coleção Mossoroense e o seu papel em Mossoró, tendo a família Rosado na função de autores da História Local..... 53

3.5.3 A intencionalidade da escrita e o enquadramento da Memória..... 55

3.5.4 Experiências e expectativas na construção de uma História Local para Mossoró/RN..... 62

3.6 O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA LOCAL..... 64
4 MOSSORÓ E SUA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS: A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO E SEUS PRINCIPAIS EVENTOS HISTÓRICOS..... 68
4.1 POVOAMENTO E DESENVOLVIMENTO: O INÍCIO DA CIDADE DE MOSSORÓ..... 69
4.2 A ESCRAVIDÃO NEGRA NO RIO GRANDE DO NORTE E A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS EM MOSSORÓ..... 73
4.3 MOTIM DAS MULHERES: UM CASO DE REVOLTA FEMININA EM MOSSORÓ..... 77
4.4 BRASIL REPUBLICANO E A MODERNIZAÇÃO DE MOSSORÓ..... 79
4.5 O CANGAÇO CHEGA NO RN: LAMPIÃO E SEU BANDO INVADEM MOSSORÓ..... 80
4.6 CELINA GUIMARÃES E O VOTO FEMININO EM MOSSORÓ..... 84
4.7 “TERRA DO SAL”: A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE SALINEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MOSSORÓ..... 86
4.8 O “OURO NEGRO” EM MOSSORÓ: A HISTÓRIA DA DESCOBERTA DO PETRÓLEO NA REGIÃO OESTE POTIGUAR..... 87
4.9 PRINCIPAIS EVENTOS DO MUNICÍPIO: AUTO DA LIBERDADE E MOSSORÓ CIDADE JUNINA..... 90
4.9.1 Auto da Liberdade..... 90
4.9.2 Mossoró Cidade Junina..... 91
5 PRODUTO PEDAGÓGICO: UMA CARTILHA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MOSSORÓ/RN..... 94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 104
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 107

1 INTRODUÇÃO

Os profissionais docentes, assim como várias outras profissões, foram beneficiados com os avanços da tecnologia nos últimos anos. Porém, a partir disso, podemos perceber que o professor, e aqui vamos dar um foco ao historiador, precisa buscar novas metodologias de trabalho que possam fazer com que alunos se tornem cidadão críticos

Nesse contexto, como pede a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) atualmente[1], garantindo que, passem a entender a História como o resultado de ações humanas, onde cada integrante de uma sociedade é um agente histórico inserido em grupos sociais que criam e produzem um sentido histórico específico, para além da consciência individual. É importante demarcar que a sociedade não é soma das partes de um todo, mas sim um corpo coletivo maior que a soma dos indivíduos.

Michel de Certeau chama a atenção para a importância da relação entre prática, e aqui podemos falar da prática docente, com discussões teóricas, que muitas vezes são evitadas por professores, por vários fatores, mas podemos citar entre eles a falta de preparo suficiente para trabalhar dessa forma em sala de aula.

> Em História, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de “valores eternos” ou na apologia de um “intemporal”. A suspeita não poderia, pois, entender-se a toda análise teórica.[2]

Muitas vezes essa falta de preparo dos docentes em trabalhar com teoria da história em sala de aula é resultante do distanciamento existente entre a universidade e a educação básica. Sobre esse assunto, Uyguaciara Velôso afirma em “A difícil arte de ensinar e fazer história” que é necessária uma articulação entre esses níveis para que o ensino de história não acabe entrando naquilo que ficou conhecido popularmente como educação bancária[3], mas sim em um ensino de história de forma crítica, que possa despertar questionamentos durantes as discussões em sala de aula. Vêloso acrescenta:

---

[1] Porém é importante destacar que essa percepção crítica tem uma historicidade na história da educação proposta pelos professores de história antes mesmo do surgimento da BNCC.

[2] CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Trad.: Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p.66.

[3] Sobre Educação Bancária, conferir: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 25 ª ed. (1ª edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

> Para sair da mera transmissão e reprodução de conhecimentos, a definição de universidade passa a considerar como fundamental a articulação pesquisa-ensino-extensão, ou seja, que a socialização do conhecimento esteja em via direta associada à sua produção teórico-metodológica e à sua aplicabilidade social, política e cultural, transformando a realidade e fazendo sentido à experiência. [4]

A utilização de lugares de memória, unindo o ensino de história com a educação patrimonial em museus, memoriais, bibliotecas, arquivos é uma possibilidade para que sejam trabalhados com os alunos vários conceitos que são de fundamental importância para essa formação cidadã crítica.

Com isso, será oportunizado aos alunos a possibilidade de começar a problematizar quais foram os processos e personagens históricos do passado responsáveis pela conjuntura na qual este se encontra inserido. Nesse sentido, a história local passa a ser entendida pelo aluno, que poderá a partir disso problematizar situações de outros lugares, podendo assim fazer ligações entre eventos que ocorreram no cenário nacional e geraram consequências locais, e vice-versa.

Esses lugares de memória, que podemos considerar como difusores da cultura e do conhecimento, acabam sendo espaços cujo papel atual abrange funções que vão além de preservar e disseminar a informação: desempenham uma importante função tanto na preservação, quanto na construção da memória e do patrimônio de uma sociedade, onde a memória se cristaliza e se refugia neste momento particular da história, contribuindo para a criação de uma identidade, como o pertencimento a um tempo, a um grupo com as marcas desse tempo.

Em Mossoró, a segunda maior cidade do RN, podemos notar a existência de um discurso referente ao pioneirismo da cidade em vários assuntos, entre eles podemos destacar: abolição da escravidão em 1883, voto feminino de Celina Guimarães Viana no ano de 1928, registros de substâncias petrolíferas em seu território em 1853, além da expulsão do bando de Lampião em 1927. Ao percorrermos o centro da cidade, notamos a presença de lugares de memória como museus, memoriais, cemitério e estação ferroviária que podem ser utilizados como espaços para a educação patrimonial para diversos públicos, entre eles, alunos da educação básica.

---

[4] CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. **A difícil arte de ensinar e fazer história.** In FLORES, Elio Chaves; BEHAR, Regina (orgs.). A Formação do Historiador: tradições e descobertas. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.p. 30.

Em 2019, ao ser convidado para acompanhar uma turma de alunos de uma escola de Natal, foi possível perceber a falta de incentivo por parte do poder público para a visitação de alguns dos lugares de memória, além de várias outras dificuldades enfrentadas por aqueles que pretendem levar alunos a conhecerem essa história contada a tantos anos na cidade de Mossoró. Alguns deles por questões de conservação patrimonial, e em outros momentos, por não ter um suporte pedagógico que auxiliasse professores e alunos durante as visitações.

A partir dessa constatação, surgiu o interesse em trabalhar com a educação patrimonial na cidade de Mossoró, tendo ciência de seu potencial educativo nesse âmbito, uma tentativa de chamar a atenção para a importância do patrimônio cultural material dessa cidade e de sua preservação para a manutenção dessa memória a ser conhecida e problematizada.

Atrelado a isso, a sugestão de produção de um material didático, como uma cartilha que apresente alguns dos lugares de memória da cidade, além de informações gerais sobre o município e um guia que otimize os trajetos entre um lugar e outro, que possam ser confeccionados e utilizados pelos visitantes, para que a partir disso, esses espaços possam ser mais aproveitados por aqueles que fazem parte do ensino de história e demais disciplinas.

Podendo dessa forma, contribuir com a diminuição do distanciamento da educação patrimonial e o ensino básico existente na região. A partir do momento em que os lugares de memória apresentem um suporte pedagógico para professores, esses poderão planejar aulas nesses espaços e assim, alcançar os respectivos objetivos pretendidos por cada um deles.

Luís Fernando Cerri, ao abordar sobre o ensino de história e a construção de uma consciência crítica, aponta que a rejeição de muitos alunos em estudar história pode não ser somente uma displicência com os estudos ou uma falta de habilidade com essa matéria em específico, mas um confronto de concepções muito distintas sobre o tempo, que não encontra nenhum ponto de contato com o tempo histórico tal como aparece na narrativa de caráter quase biográfico das nações ou da humanidade.

O autor afirma que é imposta uma concepção de tempo, de identidade e de humanidade que não se encaixa nas visões das novas gerações, marcadas por perspectivas de futuro distintas. Sendo este mais um ponto que acaba contribuindo

com a dificuldade em dialogar com a vivência dos indivíduos jovens em convivência com suas comunidades concretas.[5]

O ensino da história tem como objeto o estudo das sociedades no tempo. Esse objeto, por sua vez, é constantemente visto pelos alunos do ensino fundamental e médio como algo distante de seu contexto social e pouco interessante. A partir do momento em que muitas vezes tratamos do passado de lugares distantes, têm-se a ilusão de que aquelas informações não possuem existência material.

Esse afastamento tempo/espacial faz com que os temas e objetos da disciplina de história sejam tomados como algo apartado e mesmo contraditório às demandas da sociedade contemporânea, suas tecnologias e sua dinâmica cada vez mais acelerada, consumista e imediatista.[6]

Uma didática que envolva o ensino de história com a educação patrimonial pode ser vista como uma estratégia para despertar nos alunos a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural da comunidade, além de possibilitar a percepção de forma lúdica e concreta dos mecanismos de construção da memória social, e suas respectivas narrativas.[7]

Os espaços de memória que aqui serão utilizados como exemplos de ferramentas didáticas para o ensino de história por meio da educação patrimonial, além de serem espaços de conservação, são também lugares de perpetuação do patrimônio intelectual, literário e artístico dos membros de uma sociedade/comunidade, portanto, “não se constituem unicamente em local para reviver o passado onde se depositam os estratos das inscrições passadas, mas, constitui-se em espaço dialético de aspecto imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de reflexão e interpretação a partir das heranças intelectuais.”.[8]

---

[5] CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 17-18.

[6] PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural:** Um Percurso Docente. 1 ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017. P. 91-92

[7] PACHECO. 2017. P. 96-97

[8] BRAZ, Márcia Ivo; HOLANDA, Cínthia Maria Silva de; FERREIRA, Marilucy da Silva. **O documento e os lugares de memória:** protagonistas na perpetuação da memória social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A INTEGRAÇÃO ENTRE O SABER ESCOLAR E OS LUGARES DE MEMÓRIA

A educação patrimonial é uma entre várias metodologias que podem auxiliar o ensino de história no alcance de seus objetivos estipulados pela BNCC. Almir Félix Batista de Oliveira, ao abordar sobre educação patrimonial, considera que, de acordo com o Guia Básico de Educação Patrimonial publicado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN).

O patrimônio cultural pode e deve ser utilizado por todos que compõem nossa sociedade, sejam na condição de crianças, jovens ou adultos, como fonte para o conhecimento, tanto individual quanto coletivo, sobre o nosso passado, sobre nossas tradições, capacitando-nos para que possamos ser capazes de usufruir e valorizar nossa herança cultural[9].

Não se tratando, portanto, apenas de uma atividade para alunos matriculados em instituições de ensino, embora esse seja o público alvo dessa pesquisa, mas também para todos aqueles que compõem a sociedade. Diante disso, podemos afirmar que educação patrimonial é de fundamental importância para o ensino de história. De acordo com Maria de Lourdes Pereira Horta, a educação patrimonial

> Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.[10]

O caráter educativo do patrimônio cultural pode ser pensado quando a educação patrimonial é usada para demonstrar as relações de permanências e mudanças ou de semelhanças e diferenças entre sociedades localizadas em temporalidades diferentes, bem como em múltiplos espaços, quanto à forma de

---

[9] FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história.** – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 98.

[10] HORTA, M.L.P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. p.6.

pensar, de agir, de produção de um saber, de construir, de habitar, de alimentar, de vestir etc.

O ensino de história, de forma privilegiada, mas não exclusiva, pode propor em conjunto com os demais componentes curriculares, ações educativas voltadas a potencializar o diálogo sobre a preservação patrimonial e a valorização da memória na prática pedagógica. Dentro do cenário escolar, a história enquanto disciplina mais próxima da problemática da memória social, tem potencial para desenvolver ações de percepção dos bens culturais e de reflexão dos seus processos de constituição e reprodução. Maria de Lourdes Pereira Horta ressalta que

> A educação patrimonial é uma proposta metodológica e um tipo de ação social, de "micro ação", como diria Habermas, que procura tomar os bens culturais como fonte primária de um trabalho de ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, provocando afetividades bloqueadas, promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e/ou reforçando a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais, ameaçados de extinção.[11]

O fazer pedagógico em torno do patrimônio cultural possui também a capacidade de potencializar a apropriação de noções interdisciplinares como as de cidadania, haja vista que os educandos passam a entender a importância da responsabilidade coletiva na preservação patrimonial. Além disso, a educação patrimonial pode ser relacionada também com a preservação ambiental, pois o espaço construído passa a ser percebido como meio ambiente social.

Outras ações que podem ser inseridas ao longo das didáticas desenvolvidas são as práticas de leitura e interpretação, posto que os bens patrimoniais fazem parte de um amplo código cultural a ser interpretado sem esquecer que a cultura material evidencia os efeitos do tempo/espaço, tanto na sua dimensão da física como da sociologia.[12]

Para tanto, as ações que podem ser desenvolvidas a partir relação entre o ensino de história, havendo a possibilidade da interdisciplinaridade, com a educação patrimonial, por serem claramente uma proposta de sensibilização que articula um amplo conjunto de saberes, conceitos e habilidades, facilitam a tarefa de formação integral do aluno.

---

[11] HORTA. 1999. P. 35.
[12] PACHECO. 2017. P. 87-88.

Almir Oliveira traz a reflexão que esse aspecto educativo do patrimônio pode ser um dos garantidores da construção de uma cidadania plena, que inclusive é um dos pontos objetivados pela BNCC:

> Que façam com que esses grupos possam, com as próprias mãos, guiar seus destinos como cidadãos comprometidos com seu passado. Nessa perspectiva é que podemos falar da utilização do patrimônio cultural, intermediado pela metodologia da educação patrimonial na sala de aula de história, geografia, matemática, português, pois, além desse potencial educativo, outra característica da metodologia é sua utilização de forma interdisciplinar, de forma compartilhada de saberes a serem usufruídos, proporcionando uma educação dos sentidos, do olhar, do sentir, do ouvir, permitindo assim uma sensibilização patrimonial que garanta sentidos de preservação e de pertencimento desse patrimônio em relação à comunidade da qual ele faz parte.[13]

Para Maria Cecília Londres Fonseca, “a escola cumpre muito precária e limitadamente uma de suas funções principais, que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum, e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito.”.[14]

Vê-se então, a necessidade de buscar práticas educativas em parceria com outros espaços que visem suprir essa carência. Em muitas cidades vemos a ausência de políticas públicas que busquem unir escolas, bibliotecas, museus, arquivos nesse processo de aprendizagem.

A escola acaba sendo responsabilizada por essas funções, enquanto os outros espaços muitas vezes são mal administrados pelos seus responsáveis e raramente utilizados pela população local, que desconhecem o sentido histórico e acabam não se reconhecendo naqueles espaços.

O ambiente escolar tradicional, ao transmitir informações, permite aos sujeitos se apropriarem dos saberes da sua comunidade que lhe informam sobre seu lugar de pertencimento social. De forma muito similar as instituições de memória, como por exemplo, os museus e memoriais, expõem objetos que materializam as experiências dos grupos tornando-se espaços formativos do sujeito. E são muitos os grupos sociais que se utilizam desses lugares de memória para promover a difusão de suas identidades sociais. É com a intenção de produzir e compartilhar memórias que as comunidades passam a construir esses espaços.

---

[13] FERREIRA; OLIVEIRA. 2019. P. 100-101.

[14] FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed.rev.ampli. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. P.43.

De acordo com Françoise Choay, em seu livro *Alegoria do Patrimônio*, os objetos guardados nestes espaços são "alegorias do passado", ao mesmo tempo em que passam a ser elementos materiais que evocam um elemento ausente naquela sociedade. Um tempo passado e as relações sociais que não mais vivemos. A partir disso, Choay nos alerta para o fato de que eles não são o próprio passado, mas objetos culturais selecionados e ordenados para produzir um discurso sobre o passado que atenda às demandas do presente.[15]

A Museologia entende que os lugares de memória são sim responsáveis pela preservação, investigação e comunicação dos objetos culturais materiais e imateriais de seu acervo. Porém, esses espaços acabam contemplando outras funções além da guarda de objetos antigos, eles também atuam na pesquisa sobre os significados sociais atribuídos a estes objetos culturais e também na divulgação dessas representações para diferentes grupos sociais os quais eles atendem em suas ações educativas.

Ou seja, os lugares de memória não se limitam à guarda e conservação de documentos. São também espaços onde se promovem pesquisas interdisciplinares sobre os significados simbólicos atribuídos aos objetos de memória de seu acervo.

Em seu livro *Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente*, Ricardo de Aguiar Pacheco aponta que aconteceu nos últimos anos uma formalização de práticas de preservação e difusão da memória institucional, prática que se tornou bastante comum nas sociedades contemporâneas.

Essas ações surgiram para atender a um movimento de tecnificação da memória, onde ocorreu uma profissionalização dos processos de guarda e difusão dos elementos simbólicos que unem os grupos sociais. Utilizando Jacques Le Goff como referência, Pacheco afirma

> Nas sociedades modernas, a memória coletiva, antes transmitida pela tradição oral, típica das comunidades primitivas, cede lugar à memória oficial, registrada e documentada, produzida por especialistas detentores das técnicas e da autoridade simbólica para articular os enunciados sobre o passado.[16]

A cidade de Mossoró/RN é defensora de um discurso que prega o pioneirismo da abolição da escravatura, do voto feminino e a resistência à invasão do bando de

---

[15] CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio.** São Paulo: Unesp, 2001.
[16] PACHECO. 2017. P. 102.

Lampião no ano de 1927, além do seu poder econômico no oeste potiguar, por exemplo, a extração de petróleo e produção de sal.

Em vários pontos da cidade existem lugares de memória que foram preservados desde a época de seus respectivos eventos abordados, construídos com o objetivo de fortalecer essa imagem de cidade forte no meio do sertão potiguar.

Na atualidade, não existe de forma atuante uma política patrimonial por parte da prefeitura que busque a interação desses espaços com as escolas de ensino básico. Esse trabalho vem então ressaltar a potencialidade da educação patrimonial em contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade, e para a formação desses cidadãos capazes de se reconhecer como parte desse patrimônio histórico-cultural.

Margarida Maria Días de Oliveira é mais uma a afirmar sobre a necessidade dessa interação da escola com outros ambientes, como os museus e arquivos, além da utilização de outros tipos de objetos que possam servir de fontes históricas e que possam contribuir com o ensino de história. Em um artigo de sua autoria intitulado *O ensino de história, a memória e o patrimônio cultural*[17] afirma que*:*

> O ensino e a pesquisa podem ser exercidos em lugares tradicionais, como as instituições escolares e centros de pesquisa, mas também em espaços ressignificados pela problematização do conhecimento histórico, como os museus, arquivos, memoriais, faz-se fundamental, ainda, refletir sobre a atuação dos profissionais de história em espaços abertos com as tecnologias da informação desde os jornais impressos e rádios, passando pelo cinema, televisão e a internet.[18]

Isso nos ajuda a entender que em todos os espaços da atuação docente, e nesse caso especificamente do professor de História, pode se desenvolver práticas tanto no âmbito da pesquisa quanto no ensino. Por meio desse elo entre ensino e pesquisa desenvolvido nas práticas metodológicas do professor, poderá ser construído conhecimento histórico, a fim de fornecer subsídios para elaboração de artigos, documentários, filmes, peças teatrais, sites que possam inclusive ser divulgados, por meio de exposições, produzindo materiais didáticos como resultado das práticas desenvolvidas.

---

[17] OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. DIAS, Margarida Maria Santos. **O ensino de História, a memória e o patrimônio cultural.** HISTÓRIA & ENSINO (UEL), v. 15, p. 119-130, 2009.
[18] Idem. p.125.

Segundo Pacheco, a atuação no espaço do museu e demais lugares de memória, exige do profissional docente a articulação do discurso teórico consistente sobre os processos vividos no passado, evidenciando o conjunto de contradições e construções dos processos históricos, ao mesmo tempo que passa a demandar uma versão articulada com as narrativas e interesses que as comunidades desejam legitimar sobre o seu passado, sobre a memória que desejam para si, atuando na construção política do tempo presente que são as identidades coletivas.

Durante essa prática metodológica do ensino de história nesses lugares de memória surge para o historiador a dupla responsabilidade de falar do passado, explicitando os conflitos e as disputas que nele se encontram, ao mesmo tempo em que atua na formação de uma identidade coletiva, que procura reforçar os laços identitários da comunidade que deseja ser ali retratada.[19]

Ao trabalhar com a educação patrimonial, professores e alunos terão acesso a vários tipos de patrimônios, cada um deles com sua carga simbólica. Ainda nos cursos de graduação, é percebido que é muito comum ter discentes com uma visão muito naturalizada de patrimônio cultural e memória como sinônimo de história. A associação de patrimônio ao que é antigo é bastante recorrente. Faz-se necessário então um esforço para que ocorra a desnaturalização do patrimônio, por meio de uma reflexão sobre a relação com a escrita da história e os interesses sobre construção de memórias.

Podemos dizer que patrimônio cultural é o conjunto de bens materiais e imateriais construídos e apropriados pelo homem ao longo do tempo com suas características únicas particulares. Olgário Paulo Vogt afirma que patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, que são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico, constituindo-se dessa maneira em uma herança do passado com o qual os homens do presente convivem e a qual pretendem transmitir às gerações futuras.[20] O patrimônio cultural deve portanto ser trabalhado por um profissional que possua capacitação adequada, que entenda do potencial educativo existente nessa área e assim poder desenvolver metodologias acerca da educação patrimonial.

---

[19] PACHECO. 2017. p. 119-120

[20] VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural:** um conceito em construção. MÉTIS: história & cultura – v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008

2.1 O ENSINO DE HISTÓRIA E O FAZER HISTORIOGRÁFICO

O trabalho de educação patrimonial busca, segundo Maria de Lourdes Pereira Horta, levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de educação cultural.[21]

Por meio da história local, o aluno poderá apoderar-se das referências culturais que lhe permitem conhecer melhor sua região e, talvez, interessar-se mais por esta história que é trabalhada cotidianamente no ensino básico que lhe parece, muitas vezes, demasiado austera e afastada do seu meio.

É de fundamental importância que o ensino de história possa utilizar da educação patrimonial, vista que essa além de ser essencial para a preservação e a legitimação do patrimônio público pertencente a uma cidade, estado e nação, e está relacionada diretamente com a formação dos cidadãos, com o exercício da cidadania, da democratização e apropriação da cultura, na qual o patrimônio está inserido. Para Uyguaciara Castelo Branco:

> Ensinar compreende não apenas a socialização do conhecimento historicamente acumulado, mas principalmente o processo de tornar o aluno partícipe da produção desse conhecimento, dando-lhe ferramentas importantes e necessárias à execução dessa tarefa.[22]

Por meio dessa prática pedagógica, pode-se estimular durante as aulas que os alunos busquem compreender o que Michel de Certeau chama de lugar social de produção. Em sua obra A Escrita da História, o autor francês aponta que toda pesquisa historiográfica é articulada com seu lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Portando, esse vínculo acaba implicando em uma elaboração de discurso influenciado por esses determinantes.

As informações, no sentido de conhecimento, que chegam até nós são, de certa forma, imposições ligadas a privilégios, enraizadas em determinadas particularidades. Os métodos para os quais são produzidos esses discursos são instaurados em função

---

[21] HORTA apud Berenice Corsetti. **Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial**, em Ciência & Letras, Porto Alegre, n.49-57, jan./jun.2000.
[22] CASTELO BRANCO. 2004. p. 30.

deste lugar social, que acaba delineando interesses que são propostos e organizados nos questionamentos e afirmações de cada discurso.

Partindo desse apontamentos, podemos propor aulas que envolvam a educação patrimonial em uma explicação sobre determinado assunto do livro didático, onde o professor possa trabalhar com alguma fonte histórica em sala de aula, possibilitando que o aluno consiga ver que tudo aquilo possui o seu lugar social, percebendo as possíveis influências que estão por trás das informações contidas naquele material, compreendendo que as verdades contidas ali são submetidas a algumas particularidades muitas vezes impostas, privilegiando alguns, excluindo ou dando menor relevância a outros.[23] Pois toda interpretação provocada dentro do ensino de história, ao contato com as fontes históricas de suas mais variadas formas, onde cada uma delas trazem consigo discursos sobre um passado, depende de um sistema de referência, que remeta à subjetividade do autor.

Buscar trabalhar com uma proposta de exposição museológica com o intuito de romper com a ideia de transmissão do conhecimento acabado, desvinculando da prática de recepção passiva da mensagem por parte do visitante lançou-nos o desafio de propor estratégias de construção do conhecimento por parte de seu público. A historiadora Circe Bittencourt evidencia o uso das fontes históricas como possibilidades que permitam promover um aprendizado cheio de significado:

> A potencialidade de um trabalho com objetos transformados em documentos reside na inversão de um "olhar de curiosidade" a respeito de "peças de museu" - que na maioria das vezes, são expostas pelo seu valor estético e despertam o imaginário de crianças, jovens e adultos sobre um "passado ultrapassado" ou "mais atrasados" - em "um olhar de indagação", de informação que pode aumentar o conhecimento sobre os homens e sobre sua história.[24]

O trabalho que envolva o ensino de história com a educação patrimonial tem potencial para se tornar um instrumento de "alfabetização cultural" que possa possibilitar ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que o mesmo está inserido. Este processo leva ao reforço de uma autoestima dos indivíduos

[23] CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002. p. 67.
[24] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes**. Ensino de história:** fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 355

e comunidades, além da valorização de sua cultura cultural, compreendida como múltipla e plural.[25]

As ações educativas a serem elaboradas vão poder propor a cada visitante fazer a leitura dos objetos expostos em cada lugar de memória visitado com base nas suas experiências pessoais e nas relações sensoriais e afetivas que mantém com a exposição. No caso dos museus de história, é possível pensar na construção de discursos sobre o passado das comunidades ali retratadas, passíveis de serem reelaborados e ressignificados pelos visitantes.

Esses espaços de memória podem e devem planejar e desenvolver ações educativas que explorem os significados dos objetos expostos como forma de qualificar sua função social de guarda, pesquisa e divulgação da memória social. Para isso, deve-se procurar estratégias que possam provocar aos visitantes a não aceitação passiva de uma narrativa sobre o passado, mas promover a reflexão sobre a experiência humana no tempo. Utilizando-se, para isso, das diferentes linguagens que o mundo contemporâneo nos coloca à disposição.

A importância e complexidade deste processo, que remete a utilização de lugares de memória durante aulas de história, ressaltando sempre que a metodologia pode ser utilizada de modo interdisciplinar, requer a construção de fundamentos teóricos e de estratégias pedagógicas, necessárias à elaboração de propostas para inserção efetiva da educação patrimonial nos mecanismos de planejamento das escolas, dentre os quais o projeto político-pedagógico. Referente a essa necessidade, Iamara da Silva Viana e Jussara S. B. Mello ressaltam que:

> Numa realidade em que a carga horária reservada à disciplina História já se apresenta reduzida, faz-se necessário elaborar formas dinâmicas e eficazes de relacionar a educação patrimonial aos conteúdos canônicos. Sobretudo, porque essa relação favorece a criação de pontos de contato com o universo cultural dos alunos, permitindo a apreensão significativa de assuntos considerados de difícil compreensão, por sua distância no tempo e no espaço, pois que apropriados pelos discentes a partir de suas referências culturais. Na medida em que tais referências são conhecidas, a memória torna-se refletida, as lembranças se tornam experiências permitindo melhor compreensão da natureza histórica dos acontecimentos, contribuindo na formação cidadã dos educandos.[26]

---

[25] HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Imperial, 1999. p. 6.

[26] VIANA, I. S.; MELLO, J. S. B. . **Educação Patrimonial e Ensino de História:** diálogos. Encontros (Rio de Janeiro), v. 20, p. 49-62, 2013. P. 50.

Ao refletirmos sobre as condições às quais são impostas o ensino de história no ambiente escolar podemos entender um pouco sobre a complexidade que envolve a problemática dos diferentes usos do patrimônio, por um lado, como mecanismo político de legitimação e perpetuação ideológica de grupos específicos, e por outro, como objeto de sensibilização, passível de desconstrução e reconstrução, no ensino da História Escolar.

Em O Tecelão dos Tempos, obra de autoria do Durval Muniz de Albuquerque Júnior, é discutida a forma como o professor pode trabalhar, utilizando como linguagem metafórica uma comparação entre o trabalhador fabril e o artesão. O professor de história, não pode enxergar o processo de ensino aprendizagem como se fosse um sistema de produção fabril taylorista/fordista[27].

O profissional docente deve trabalhar em sala de aula, como também em outros espaços, como um artesão, que se utiliza dos materiais disponíveis em seu local de trabalho adaptado com o contexto em que ele próprio e os demais ao seu redor estão inseridos.

Assim como cada obra feita por um artesão, cada aula ministrada por um professor, possui sua particularidade. O ensino de história não pode ser tratado como algo repetitivo, prática bastante comum em um passado não tão distante em nossa história. Em governos autoritários como o Estado Novo da Era Vargas (1937-1945) e durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), o ensino de história era estruturado com o objetivo de exaltar os principais eventos históricos e heróis nacionais considerados por aqueles que estavam a frente dos principais cargos diretivos de nosso sistema educacional.

Nos últimos anos surgiram e continuam surgindo novas discussões relacionadas a metodologias do ensino de história, buscando dessa maneira uma formação cidadã crítica, capaz de possibilitar ao aluno que o mesmo se torne um cidadão consciente de seu papel na sociedade e dos fatores que acabam influenciando nossas relações humanas no tempo.

[27] O Taylorismo e o Fordismo são consequências da revolução industrial iniciada na Inglaterra na transição dos séculos XVIII e XIX, com o objetivo de promover uma maior produção em menor tempo, com menores custos. Portanto, ambos enfatizaram basicamente os princípios de fabricação. Enquanto o Taylorismo iniciou o estudo da mão de obra na produção industrial, organizando o trabalho de modo a obter grande produtividade com menor custo. O Fordismo manteve o mesmo mecanismo de produção e organização, porém adicionou a esteira rolante, ditando um novo ritmo de trabalho.

Atualmente é possível a execução de atividades dinâmicas durante o processo de ensino-aprendizagem, que possam despertar nos indivíduos problematizações sobre os assuntos, com base nas fontes que são trabalhadas em sala de aula, de acordo com cada contexto em que aquela aula específica esteja ocorrendo. Porém, para que o docente se torne um bom profissional e atenda essa expectativa, é preciso tempo, preparo, prática, estudo, exercitar a relação entre teoria e metodologia para que com isso, passe a ser um bom "artesão". Sabemos que diante dos desafios diários da prática docente, muitos professores acabam se distanciando dos ambientes acadêmicos, onde se fazem presentes maiores discussões acerca de sua área de formação.

Faz-se necessária a diminuição desse distanciamento entre sala de aula da rede básica de ensino e o ensino superior. Para que com isso, o professor de história jamais perca de vista o seu papel enquanto historiador, um profissional "artesão da historiografia" no seu papel de professor e também de pesquisador. Para Durval

> O fazer historiográfico não se aprende apenas nos bancos escolares, não se aprende apenas ouvindo ou lendo como se deve fazer, não se aprende lendo manuais de metodologia ou de técnicas de pesquisa. A formação do historiador tem que ter uma dimensão prática, tem que ser tomada como o que me parece ser o aprendizado de uma arte, de um artesanato, o aprendizado de um saber fazer que exige treinamento, realização e repetição das tarefas, permanente crítica e aperfeiçoamento daquilo que faz, a busca de uma virtuosidade, de uma destreza manual e intelectual. A historiografia exige o exercitar da imaginação, da capacidade de estabelecer conexões entre os estilhaços do passado, de preencher as lacunas entre os eventos, necessita do exercício da capacidade de ficcionalizar, de instruir articulações naquilo que só nos chega em pedaços.[28]

Ou seja, durante a prática docente, é preciso encarar como a história trata os elementos naturais para os transformar em um ambiente cultural, como faz ascender à simbolização literária as transformações que se efetuam na relação de uma sociedade com a sua natureza. O professor de história precisa estar sempre que possível buscando manter contato com discussões teóricas com o intuito de fazer com que não só ele, mas seus alunos possam problematizar cada vez mais os assuntos que são trabalhados diariamente em sala de aula e que a partir disso, levem esses questionamentos para outros espaços na sociedade. Entender que o que é produzido

[28] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos:** o historiador como artesão das temporalidades. In: O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 33.

foi submetido a algumas condições que acabaram controlando o resultado de seu discurso.

> A escrita da história permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma "lição"; ela é didática e magisterial. [29]

Luís Fernando Cerri afirma que o ensino escolar de história não é dar algo a quem não tem, mas é gerenciar o fenômeno pelo qual saberes históricos são colocados em relação, ampliados, escolhidos, modificados. Diferente de uma grade inflexível de conteúdos selecionados previamente e fora da relação educativa, seu objetivo não é o de ensinar coisas, dar conta de uma grande lista de conteúdos estabelecidos por alguém em algum momento no passado, mas sim formar a capacidade de pensar historicamente e, portanto, de usar ferramentas de que a história dispõe na vida prática, no cotidiano, desde as pequenas até as grandes ações individuais e coletivas.[30] Ainda segundo Cerri, o valor educativo principal da história é a formação da competência narrativa, que se subdivide em três categorias.

> A primeira categoria é a competência da experiência, que se refere a olhar o passado e resgatar sua qualidade temporal, diferenciando-o do presente e do futuro. Identificar o passado como tal, e sentir que é possível conhece-lo melhor, integrando sua reflexão à própria vida de modo significativo [...] A segunda subdivisão da competência narrativa é a competência de interpretação, que consiste na capacidade de desenvolver e aprimorar constantemente uma "filosofia da história", uma concepção e uma atribuição de significado ao todo temporal [...] Por fim, a competência de orientação, ou letramento histórico, pois não basta conhecer fatos e processos históricos; é preciso ter capacidade de interpretar o tempo e usar esse conhecimento para a própria vida, agindo em conformidade com os próprios princípios e objetivos. Essa competência consiste na capacidade de utilizar os conhecimentos e análises históricas adquiridos e organizados para estabelecer um curso de ação pessoal, o que inclui tanto um projeto pessoal de futuro quanto o engajamento consciente em projetos coletivos, ou até mesmo a completa negação dos mesmos. [31]

Tomando como base para a discussão o ensino de história por meio da relação teórico-metodológica objetivando a formação crítica cidadã dos alunos, abordaremos a educação patrimonial e o ensino de história local como práticas que podem ser utilizadas pelo profissional docente, trabalhando com eventos históricos específicos

---

[29] CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002. p.95.
[30] CERRI. 2011. p. 80-81.
[31] Idem. p. 122-123.

de um determinado lugar e a partir disso dar suporte teórico para que os alunos consigam questionar sobre outros assuntos, outros lugares, outros contextos.

A utilização do patrimônio cultural no ensino e aprendizagem de História se fazem, simultaneamente, por meio de três movimentos, que são: o de construção, desconstrução e reconstrução. Durante a construção, é atribuído sentido para a trajetória de indivíduos e grupos, compondo identidades orientadoras que funcionam como mecanismo de acesso à percepção de si mesmo enquanto sujeito ativo da história. A desconstrução, é o momento onde ocorre a apreensão da existência de outras possibilidades, igualmente legítimas, de criação cultural, embora, nem sempre apresentadas na forma de narrativas históricas com o mesmo grau de sentido e adesão. Por sua vez, na reconstrução, é verificada a interseção entre elementos intrínsecos ao código cultural e outros externamente adquiridos, surgindo, consequentemente, algo novo e original num processo sempre dinâmico de criação.[32]

O objetivo do ensino de história não deve ser a mera transmissão de saberes para alunos de forma passiva, esperando que a partir de sua apreensão essas ou aquelas ações passem a ser executadas. O que se espera das práticas pedagógicas dessa disciplina, bem como das demais ciências humanas, é uma livre apropriação do conhecimento, não porque isenta de influência de fatores sociais, políticos e culturais, até porque sabemos que a neutralidade não é uma postura possível dentro das ciências humanas, mas é justamente a partir dessa impossibilidade, que pode ser feita uma provocação que tenha pretensões de despertar o sentido crítico do aluno.

Entendendo que o conhecimento e o uso social sejam os princípios norteadores de grupos sociais, étnicos e comunitários na identificação e valorização de seu patrimônio histórico e cultural, podemos defender que a educação patrimonial deve fazer parte das preocupações de pesquisadores e professores, dando um destaque maior aos profissionais da área da História, pelas estreitas ligações com a memória e a formação de identidades, apresentadas pela disciplina.

2.2 A MEMÓRIA ENQUANTO OBJETO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Com o intuito de continuar abordando o potencial educativo de espaços como museus, memoriais, bibliotecas, arquivos para o ensino de história, faz-se necessária

[32] VIANA; MELLO. 2013. p. 57-58.

uma discussão teórica para entendermos o porquê desses estabelecimentos serem muitas vezes denominados de lugares de memória, sendo assim necessário conhecer e compreender o que se entende por *memória*. Jacques Le Goff a caracteriza dessa forma:

Em seu livro *História e Memória*, Jacques Le Goff caracteriza memória como:

> Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende desse modo do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo.[33]

Como um objeto de atenção do Estado, que interfere na forma como as memórias são construídas e perpetuadas, podemos entender, portanto, que existem práticas para uma construção da memória coletiva por meio de grupos que dominam ou dominavam sociedades politicamente e também culturalmente.

É o caso, por exemplo, de grupos políticos que por muitos anos conseguem se manter no poder, fazendo uso de discursos que exaltem suas ações enquanto lideranças políticas, muitas vezes buscando rememorar antigos familiares e membros do mesmo grupo político no passado, que deixaram um legado relevante para grande parte da população daquele lugar em específico, podendo ser cidade, estado ou país.

Por isso a importância de visitar e problematizar lugares de memória, com o objetivo de entendermos de que modo e por quem determinados eventos ou personagens históricos foram inseridos para compor a memória coletiva de uma determinada sociedade.

A utilização/manipulação da memória coletiva ocorre muitas vezes por meio de datas comemorativas que visem recordar algum acontecimento com o objetivo de exaltar personagens ou eventos de determinada sociedade. Jacques Le Goff aponta que isso já é uma prática utilizada como instrumento de governo desde a Revolução Francesa de 1789 e tal prática foi se expandindo com o passar dos anos. Em seu livro *História e Memória*, o autor aponta que

---

[33] LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 7° ed. Revista – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013. p. 387.

> A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga estuaria, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações europeias. Grande domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore misturam-se e que espera os seus historiadores.[34]

Desde então é desencadeada uma nova "onda" que causa a criação de diversos arquivos nacionais no continente europeu e posteriormente o surgimento de grandes museus. Para Jacques Le Goff, a história dita "nova", passa a se esforçar por criar uma história científica a partir da memória coletiva, podendo ser interpretada como uma "revolução da memória" fazendo-a cumprir alguns eixos fundamentais. O autor de História e Memória afirma que acontece uma fermentação da história a partir do estudo dos lugares de memória coletiva.

> Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva; Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.[35]

A problematização desses lugares de memória irá permitir encontrar esses verdadeiros lugares da história, como aponta Le Goff, ao buscar compreender os denominadores dessa memória coletiva e quais usos fazer a partir dela. A partir do que foi exposto, podemos perceber a importância do entendimento da memória coletiva e seus usos nas sociedades.

A memória individual, entendida como a capacidade cognitiva de evocar elementos materiais ou simbólicos ausentes, é enriquecida pela memória coletiva difusa na sociedade que, por sua vez, é produzida e difundida pelos depoimentos que os sujeitos autorizados enunciam através de diferentes lugares sociais. Ao ser reconhecida como narrativa legítima do passado de um grupo social, essa a memória coletiva atua como um elemento constituinte de uma identidade social.

A partir desse momento a memória coletiva, para além de lembrança compartilhada de um tempo que já se foi, aponta para as potencialidades de um futuro

---

[34] LE GOFF. 2013. p. 424.
[35] Idem. 2013. p. 433.

que se deseja construir. E foi justamente esta capacidade de servir como elemento identitário que fez com que os estados nacionais, os grupos étnicos e diferentes instituições passassem a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva.[36]

A memória coletiva, ainda segundo Le Goff, passa a fazer parte de grandes questões sociais, sendo então das classes dominantes e das classes dominadas, "lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção."[37] Essa memória passa então a ser não só uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder. Essa mesma memória, alimentada pela história procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. "Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.".[38]

É legítimo argumentar que todo patrimônio possui uma metanarrativa que procura justificar sua própria existência, e, a partir da qual, com variações em um ou outro aspecto, narrativas conjunturais vão sendo construídas. De forma dinâmica, o que podemos observar é que ocorre um jogo de tensões e disputas entre distintas representações do mundo social, onde é atribuído sentido, e, portanto, a escolha e permanência do bem patrimonial.

Essas representações acabam ganhando uma maior complexidade por apresentarem tanto um caráter diverso, o que justifica seus embates, quanto uma complementariedade. A partir disso, podemos dizer que os bens patrimoniais são definidos a partir das crenças, valores e interesses dos diferentes grupos sociais que, em sua permanente tensão, interagem, influenciando-se reciprocamente.

Os bens patrimoniais possuem um forte potencial para atribuição de identidades, podendo ser elas: individuais, coletivas, nacionais, étnicas, de gênero, entre outras. Por sua vez, a definição do que possa ser ou não patrimônio de um grupo, estará sempre condicionada pelo resultado de relações de poder. As referências culturais surgem pela expressão de uma memória "espontânea", adquirida e reforçada pelo automatismo que marca a vida cotidiana, pelas necessidades objetivas e subjetivas, materiais e afetivas que nela se encerram.[39] Em relação a essa definição das referências culturais de cada comunidade, Dominique Poulot afirma que:

---

[36] PACHECO. 2017. p. 102-103.
[37] LE GOFF. 2013. p. 435.
[38] Idem. p. 437.
[39] VIANA; MELLO. 2013. p. 51-53

> Depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública", sendo, portanto, essa dupla relação, o fator principal "que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.".[40]

O discurso patrimonial é, pois, um discurso de poder, na medida em que, além de atribuir sentido a trajetória passada e presente, também influencia na construção de projetos para o futuro. A eficácia de seu efeito na constituição e afirmação de identidades, pelo caráter quase sacralizante, faz dele um objeto com duplo significado no ensino de história no ambiente escolar.[41]

A definição de objetos culturais significativos para uma determinada comunidade de sentidos é o pontapé inicial de políticas culturais de memória.[42] Surge a partir disso, um movimento de construção das comunidades de sentidos que diferentes grupos sociais passam a materializar suas identidades através da construção de seus respectivos lugares de memória os quais, como sustenta Pierre Nora, nascem da necessidade objetiva dos grupos sociais se representarem para os seus e para os outros:

> Os lugares de Memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levantar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória.[43]

Esse processo implica em atribuir aos objetos um valor simbólico que originalmente não lhes pertencia. Por essa razão, a relação entre o ensino de história e a utilização de lugares de memória se faz necessária para que os alunos, enquanto cidadãos em formação, possam compreender de que maneira, ou de acordo com quais interesses foram construídas as memórias coletivas a que estamos

---

[40] POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 13.
[41] VIANA; MELLO. 2013. p. 56.
[42] PACHECO. 2017. p. 104.
[43] NORA. 1993. p. 7

subordinados e como podem ser construídas outras memórias que dê reconhecimento a quem está subordinado.

Esse processo em que são apresentadas referências culturais que podem ser descobertas ou reafirmadas por meio de uma educação patrimonial, pode contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de constituição de conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã. A convivência com vestígios materiais e imateriais do passado possibilita aos alunos compreender o presente como presença, um instante para o qual constantemente convergem imagens do passado e do futuro. Retenção e propensão. Experiência e expectativa. Nessa acepção o presente é o agora, a simultaneidade das experiências assimétricas de passado e futuro.[44]

Ao trabalharmos com a educação patrimonial nas aulas de história, acabamos somando esforços de preservação do passado apresentado nos respectivos lugares de memória, onde muitas vezes acaba ocorrendo uma confusão de conceitos, ou tornando sinônimas as noções de história e de memória, anulando suas diferenças, comprometendo a relação crítica existente entre elas. Referente a essa relação entre história e memória, Pierre Nora afirma que:

> A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe mais [...], porque operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico.[45]

Nessa percepção, podemos então diferenciar História e memória tanto pela forma de perceber, quanto de transmitirem o passado. Embora ambas se alimentem mutuamente da evocação do passado feito à história, como disciplina do campo científico, presta um serviço de registro e estudo documental da memória que, como construção coletiva de uma comunidade, ocupa-se da afirmação da sua identidade.

A história como campo disciplinar particular chama para si a responsabilidade de construir um conhecimento sobre o passado sustentado em métodos que lhe confiram veracidade, ao passo que a memória social, enquanto lembrança que as

[44] VIANA; MELLO. 2013. P. 56
[45] NORA. 1993. P. 9.

comunidades mantêm sobre o seu passado, dá suporte às suas respectivas identidades, tanto individuais quanto coletivas.[46]

2.3 ENSINO DE HISTÓRIA E A CONSTRUNÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Em seu livro *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*, Luís Fernando Cerrí conceitua consciência histórica como

> Uma das estruturas do pensamento humano, o qual coloca em movimento a definição da identidade coletiva e pessoal, a memória e imperiosidade de agir no mundo em que se está inserido.[47]

Uma consciência que não se resume somente ao passado e à memória, mas também às projeções que fazemos para o nosso futuro. A tomada de consciência histórica é entendida no sentido de que o indivíduo passa a aperceber-se da sua condição de determinado pela história, e não apenas de agente dela, relativizando a ideia de liberdade individual e, ao mesmo tempo, possibilitando o surgimento de uma curiosidade da história como de um prolongamento de si mesmo, de uma parte de seu ser.[48]

A partir disso, podemos observar a importância e o potencial do ensino de história na construção dessa consciência nos alunos durante esse estágio em que estão sendo formadas suas concepções acerca do tempo, principalmente se formos enfatizar alunos que estão na educação básica.

De acordo com Cerri, existem quatro modos de sentido da consciência histórica. O primeiro seria o modo de sentido tradicional, onde a consciência histórica dá atenção prioritária à recordação das origens das atuais formas de organização de nossa vida. Sua orientação da vida prática é dada pelos pontos de vistas tradicionais, preservados desde o passado, e a identidade é dada pela capacidade de imitar ou emular as definições culturais preexistentes das formas de convivência. Podemos perceber isso de forma bem perceptível durante os discursos feitos em

[46] PACHECO. 2017. p. 86-87.
[47] CERRI. 2011. p. 13.
[48] Idem. p. 27.

comemorações, principalmente daqueles que abordam datas comemorativas em suas respectivas cidades, onde ocorre esse tipo de significação tradicional da consciência.

No modo de sentido exemplar, a consciência histórica passa a apresentar o passado como um conjunto de exemplos, cuja função é reforçar as regras gerais de condutas predominantes em uma dada sociedade. Existe uma constante articulação entre passado, presente e futuro que se dá em função da contínua validade dessas regras.

O terceiro modo apontado por Cerrí é o modo crítico de geração de sentido, onde a consciência histórica procura estabelecer, ao lado dos padrões históricos dominantes, espaço para perspectivas novas e diferentes da prática atual. Nele são buscadas as rupturas e contradições na tradição, em busca de destruir as relações dominantes nas três dimensões do tempo (passado, presente e futuro).

Por sua vez, no modo genético de sentido histórico surge o aspecto da passagem do tempo na vida humana. Onde o passado é apresentado através das operações da consciência histórica em forma de uma sequência processual na qual mudanças são decisivas para a compreensão da realidade. Nesse modo genético de consciência histórica a vida é orientada de acordo com a perspectiva de mudança em suas próprias relações e em direção ao futuro, pela possibilidade de exceder as oportunidades que havia no passado, fazendo com que a identidade histórica seja dada através do próprio processo de mudança.[49]

A partir dos apontamentos anteriores, podemos compreender que a mobilização da própria consciência histórica não pode ser vista como uma opção, mas sim uma necessidade de atribuição de significado a um fluxo sobre o qual não temos controle. O homem precisa agir de forma intencional, e só pode agir no mundo se o interpretar e interpretar a si mesmo de acordo com as intenções de sua ação. A consciência histórica, portanto, enraíza-se na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Sendo então, o estabelecimento do sentido da experiência no tempo, ou seja, o conjunto de pontos de vista que estão na base das decisões sobre os objetivos.[50] Segundo Cerri:

> O espaço que a consciência histórica ocupa nas relações humanas pode ser percebido por diversos elementos, mas o principal é a identidade coletiva. Dessa consciência fazem parte as imagens, ideias, objetos, valores que os

[49] CERRI. 2011. p. 100-103.
[50] Idem. p. 30.

> participantes julgam ser os seus atributos específicos, bem como um mito de origem, que funciona como o legitimador da existência do grupo. Produzir a identidade coletiva, e dentro dela uma consciência histórica específica e sintonizada com ela é um dado essencial a qualquer grupo humanos que pretenda sua continuidade. Para as sociedades mais complexas essa tarefa passa a ser exercida por instituições socialmente organizadas para esse fim. Ligadas à tarefa de cimentar a identidade é que são estabelecidas as escolas primárias, igrejas, bibliotecas, museus, universidades, institutos...[51]

Como já foi apontado anteriormente, a história não decorre imediatamente das ações humanas, mas é mediada por uma produção de narrativas, das lembranças, orientadas por intenções, produzindo significados. As formas como essas narrativas são usadas vão demonstrar a incorporação de determinados padrões normativos da consciência histórica.

Narrativas essas que se refiram a processos reais, que tenham por objetivo e terminalidade o estabelecimento de uma conclusão necessária que oriente e justifique a ação dos sujeitos, tanto na história narrada quanto na história vivida no presente. Pode-se entender então, que é dessa forma que é construída uma consciência histórica com um conjunto de fenômenos histórico-culturais representativos de modo que uma sociedade ou determinados grupos lidam com a temporalidade ou promovem usos do passado. Ao longo desse trabalho será promovidas problematizações sobre as narrativas presentes nos lugares de memória da cidade de Mossoró/RN, que acabam perpetuando imagens de grupos políticos atrelados à própria história da cidade.

Embora estejamos abordando o potencial que o ensino de história dentro do ambiente escolar pode contribuir para a formação da consciência histórica, é importante destacar que seu conceito entende que a interpretação do próprio indivíduo e da coletividade no tempo começa a ser formada muito antes da escolarização das crianças. Cerri aponta que a história escolar tem uma função de orientação no tempo, mas ela não está sozinha nesse papel: ao existir, ao decidir, ao agir todo ser humano necessita constituir e colocar em funcionamento sua consciência histórica. Não se espera pela escola para ter orientação temporal.

A função da história é de alargar horizontes e permitir a ascensão de formas mais complexas de pensamento, além de preparar para uma autodefesa intelectual,

[51] CERRI. 2011. p. 32.

ou seja, ajudar no sentido de que o cidadão não seja suscetível a manipulações que o subjuguem a interesses alheios.[52]

Não compete ao trabalho da história na escola formar a consciência histórica dos alunos, mas possibilitar o debate, a negociação e a abertura para a ampliação e complexificação das formas de atribuir sentido ao tempo que os alunos trazem com eles. A partir disso, podemos perceber a necessidade de pensar e pesquisar os conhecimentos históricos em todo o tecido social, e as inter-relações que promovem entre si e com o conhecimento erudito ou escolar.

Compreender a educação histórica como um processo que não pode ser encarado como exclusividade do ambiente escolar. Os problemas e as potencialidades do ensino-aprendizagem de história não estão restritos à relação professor-aluno na classe, mas envolvem o meio em que o aluno e o professor vivem, os conhecimentos e opiniões que circulam em suas famílias, na igreja ou outras instituições que frequentam e nos meios de comunicação aos quais têm acesso.[53]

A partir da análise de como o ensino de história pode contribuir nessa construção da consciência histórica por parte dos alunos, podemos apontar para a necessidade do conhecer a história e também de ser capaz de entender o seu método de análise crítica dos enunciados e de construção do conhecimento, se almejarmos formar um pensamento autônomo, crítico e criativo.

Pensar historicamente é nunca aceitar de forma passiva as informações, ideias, dados que nos são fornecidos em um primeiro momento, sem levar em consideração o contexto em que foram produzidos. É buscar problematizar informações entendendo que todo produto de uma ação tem um ou mais sujeitos em sua origem, e é decisivo saber quem são esses sujeitos, pois isso condiciona o sentido da mensagem.

O ensino de história permite compreender que todas as coisas estão sempre vinculadas a contextos, e só são compreendidas se os contextos em que surgem e se desenvolvem são problematizados. A partir dessa convicção, a leitura de mundo que o sujeito passa a fazer, tende a se tornar mais clara e autônoma.[54]

---

[52] CERRI. 2011. p. 112-113
[53] Idem. p. 54
[54] Idem. p. 65.

3 A HISTÓRIA LOCAL COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Ao observar os conteúdos presentes no currículo do ensino de história notamos que é exigido o sentido prospectivo da cidadania, sem abdicarmos da inserção no espaço onde estamos situados, moramos e construímos nossas relações em sociedade. Trazer a localidade, ou seja, trabalhar a história local, em sala de aula é uma estratégia que pode ser utilizada com a intenção de potencializar a formação de cidadãos conscientes, com isso podemos favorecer a competência histórica e garantir uma função social e individual para a História, a partir do momento que os discentes, durante o processo de ensino-aprendizagem possa ter acesso a um ensino de história contextualizado com seu espaço.[55]

Com a utilização da histórica local durante as aulas, estaríamos contribuindo para um projeto de socialização que a sociedade tem buscado para as suas jovens gerações, onde ultimamente com uma maior intensidade têm-se observado, analisado e discutido o papel que a escola deve desempenhar no processo de formação individual e no de integração social, haja vista que o ensino de história é de grande importância na formação das identidades em sociedade.

Segundo Alves (2014), são pelo menos três as características gerais que devem definir as competências do ensino de história:

> Elas devem englobar um conteúdo específico (competência para construir um muro ou redigir um livro); elas estão articuladas com uma dada situação/contexto (construir o muro de uma casa ou redigir um livro policial); elas resultam de uma interação dinâmica entre vários tipos de saberes (conhecimentos e saber-fazer, funcionamentos cognitivos e capacidades conotativas, capacidade de se avaliar e de julgar o seu trabalho).[56]

A partir dessas três características apontadas, podemos então entender que a noção de competência para o ensino de história estaria incorporada em três outras noções relativas à ação e a aprendizagem: os saberes, o saber-fazer e o saber-ser. Entre as citadas, Alves vai apontar que de todos, a de mais difícil avaliação será naturalmente o saber-ser, mas é exatamente aí que se joga a externalidade da competência.

---

[55] ALVES, Luís Alberto Marques. **A história local como estratégia para o ensino da história.** Porto: Universidade do Porto, 2014. Disponível em: <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/8786/2/4880.pdf>. Acesso em: 15/01/2022. p. 65.
[56] Idem. p. 66.

Ao trabalharmos o ensino de história local, utilizando por exemplo lugares de memória do município que habitamos, essa metodologia não deve ser tratada simplesmente como uma forma de adicioná-la a um conjunto de conhecimentos e/ou a um certo número de capacidades e atitudes, mas sim de promover o desenvolvimento integrado de capacidades e atitudes que viabilizam a utilização dos conhecimentos em situações diversas, mais familiares ou menos familiares aos alunos.

Essa metodologia seria utilizada com o objetivo de desenvolver uma competência que faça referência a um conjunto de elementos e de saberes que o indivíduo pode mobilizar para resolver ou "encarar" uma determinada situação, acentuando dessa forma a importância dos saberes históricos numa perspectiva de se tornarem mobilizáveis para resolverem "situações - problema". Dessa forma estaríamos contribuindo em uma perspectiva mais construtivista de ensino onde o saber reproduzido é substituído pelo saber compreendido.[57]

Esse paradigma socioconstrutivista defendido por Alves, engloba a perspectiva de um ensino baseado em competências que se assume como um ponto de chegada onde os contextos, a resolução de problemas e a preocupação com um saber prospectivo e adaptável, deve dominar as preocupações de todos que estão envolvidos no processo educacional que objetiva a formação cidadã. Para isso, deve-se levar em consideração a função social e individual da História, tendo o entendimento que a utilização de forma apropriada da história local pode constituir um fator essencial à motivação para os conteúdos e ao exercício da cidadania.

A História possui entre suas competências a capacidade de contribuir na construção de identidades para a sociedade, não se limitando somente a ser uma disciplina que aborda eventos do passado.

> Normalmente confere-se à História o papel de encontrar no passado pontos de referência, de nos fornecer as origens, as genealogias e as ligações civilizacionais e até de nos ancorar face à fugacidade do presente. Mas, numa perspectiva mais prospectiva, também se lhe atribui a função de ajudar os alunos na construção da sua identidade pessoal, nacional e civilizacional, seja nas vertentes de conhecer, ser, fazer e viver com os outros, seja no espaço que lhe é conferido. [...] A lucidez e a globalidade do conhecimento, a primazia do ensino da condição humana, a compreensão da identidade terrena, a preparação para a incerteza e o inesperado, a educação para a compreensão e para a paz e o ensino da ética do gênero humano, são

[57] ALVES. p. 67.

> algumas das vertentes onde a História pode, deve e tem de dar o seu contributo insubstituível.[58]

Ao desenvolver as competências específicas do ensino de história, devemos buscar a utilização das potencialidades do seu conhecimento científico para fomentar a utilização de fontes e o tratamento adequado da informação nelas inseridas, por meio de um ensino crítico que valorize a problematização das narrativas que foram e são produzidas ao longo do tempo. Temos que garantir que a compreensão desse conhecimento histórico se faça num quadro de compreensão que não abdica da temporalidade, da espacialidade e da contextualização dos dados; e, finalmente, precisamos assegurar que o aluno seja capaz de comunicar "historicamente" o que foi abordado ao longo das respectivas aulas.

3.1 A UTILIZAÇÃO DOS LUGARES DE MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE POR PARTE DOS DISCENTES

Por meio da utilização do ensino de história local como uma metodologia atrelada aos conteúdos disciplinares, busca-se criar uma motivação para as "exemplificações" que levamos para a sala de aula, sendo fundamental encontrar um espaço laboratorial onde seja possível verificar o exercício da competência histórica. A partir do momento em que utilizamos referências mais próximas do meio social do corpo discentes, isso acaba proporcionando uma compreensão mais fácil sobre o conteúdo abordado.

Para tanto, trabalhar com a história local não irá favorecer a compreensão somente sobre assuntos locais e/ou regionais, mas sim poderá despertar uma maior habilidade na problematização dos eventos históricos que ocorreram em outros lugares, outras temporalidades, outros contextos.

Para um e outro caso, a localidade, o lugar de memória, sendo trabalhado dentro da perspectiva da história local, pode contribuir seja na sua competência testemunhal, seja na arquitetônica, tornando-se um exemplo privilegiado do nosso passado, podendo proporcionar uma maior aproximação do professor ao aluno, possibilitando o surgimento de pertencimento em seu espaço, contribuindo dessa

[58] ALVES. p. 68

maneira para uma formação crítica no exercício da sua cidadania aproximando-o do saber histórico como um todo.

No momento em que a histórica local é trabalhada em sala de aula, o aluno passa a poder compreender em que contexto histórico, econômico, social o mesmo se encontra, e como isso foi construído durante a passagem dos tempos.

Entendendo que a realidade do hoje, se trata de uma resultante de uma construção humana produzida por vários personagens, e a partir disso poder problematizar essas ações de forma crítica. Partindo desse exercício no cenário local, a compreensão dos demais conteúdos tenderá a ocorrer de uma forma mais prática, além disso, esse exercício de abordagem da realidade que o cerca, poderá contribuir para o entendimento e formação de sua identidade dentro do contexto em que está inserido.

A identidade tanto se refere às raízes, como ao património, à memória como aos valores, ao presente como ao futuro. Sendo assim não é um dado adquirido, mas é um processo em construção. Nesta perspectiva o interesse pelo passado longínquo pode ser um meio de aproximação ao passado recente e a reflexividade consciente e crítica pode aproveitar o distanciamento no tempo histórico para melhor se entender a identidade presente.

O ensino de história pode e deve cumprir a função social e individual de inserir os jovens nas heranças culturais das comunidades em que vivem. A didática da disciplina deve provocar a reflexão histórica por parte do aluno para o sensibilizar para um conjunto de valores éticos, cívicos e políticos.

Está reservado à História o papel de abrir caminho para o aluno desenvolver o seu processo de construção pessoal que desague numa consciência histórica que exercite a sua cidadania na defesa de um patrimônio que também lhe pertence e que espera dele a capacidade de o conhecer, proteger, valorizar, divulgar e difundir. O ensino de história pode proporcionar a formação de cidadãos ativos e intervenientes na preservação da sua identidade, pela capacidade cívica de reivindicar a preservação da mesma, pois, “sem memória a consciência fica diminuída”.[59]

[59] ALVES. p. 71.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Segundo Barros[60], o ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade ao incorporar a reflexão sobre o indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais, valores e com gerações passadas e futuras.

> O ensino de história é portador da possibilidade de levar o aluno a estabelecer relações e produzir reflexões sobre culturas, espacialidades e temporalidades variadas através da construção de noções que contemplem os seus valores e os de seu grupo, desenvolvendo para isto relações cognitivas que o levem a intervir na sociedade.[61]

Além disso, o ensino de História pode também possibilitar ao aluno reconhecer a existência da história crítica e da história interiorizada e a viver conscientemente as especificidades de cada uma delas. A compreensão da disciplina História passa por um entendimento de como a história é construída a partir das evidências do passado e essa construção é feita sempre distanciada do mesmo.

Barros aponta que, a apreensão das noções de tempo histórico em suas diversidades e complexidades pode favorecer a formação do estudante como cidadão, fazendo-o aprender a discernir os limites e possibilidades de sua atuação na permanência ou na transformação da realidade histórica em que vive.[62]

O objetivo primeiro do conhecimento histórico é a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos e o desenvolvimento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços.[63] O estudo histórico desempenha um papel importante na medida em que contempla reflexões das representações construídas socialmente e das relações estabelecidas entre os indivíduos, os grupos, os povos e o mundo social em uma determinada época.

Por isso, este ensino pode proporcionar escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-

---

[60] BARROS, Carlos Henrique Farias. **O ensino de história, memória e história local.** Criar Educação Revista do Programa de Pós-graduação em Educação UNESC, v. 2. 2013. p. 5.
[61] Idem. p. 05.
[62] Idem. p. 07.
[63] BEZERRA, Holien Gonçalves. **Ensino de História:** conteúdos e conceitos básicos. In. KARNAL, Leandro (Org). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo, 2007. p. 42.

las com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial.

O ensino de história, se planejado como um processo, busca aprimorar o exercício da problematização da vida social por parte dos professores e alunos, como ponto de partida para a investigação produtiva e criativa a ser desenvolvida, buscando identificar as relações sociais de grupos locais, regionais, nacionais e de outros povos, analisando suas respectivas especificidades; percebendo as diferenças e semelhanças, os conflitos, as contradições e as solidariedades, igualdades e desigualdades existentes nas sociedades; comparar problemáticas atuais e de outros momentos; posicionar-se de forma crítica no seu presente e buscar as relações possíveis com o passado.[64] Ernesta Zamboni em artigo publicado sobre o papel da História na construção da identidade, afirma que:

> [...] o objetivo fundamental da História no ensino fundamental, é situar o aluno no momento histórico em que vive [...]. O processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, situado em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente em sua formação social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer.[65]

Então, pode-se entender que com a prática do ensino de história que busque uma formação crítica por parte dos alunos, estes passarão a se identificar dentro do seu contexto social-cultural e a partir disso, analisar as estruturas que foram construídas e continuam sendo, ao longo do tempo histórico, para que a partir desse processo, consiga desenvolver a sua noção de pertencimento.

Consequentemente a esse processo, o aluno terá a possibilidade de compreender contextos e sociedades distintas com mais facilidade, podendo inclusive, despertar mais interesse para isso ao longo das aulas de história. Um processo que acaba contribuindo para que nas próximas aulas de história, o professor possa encontrar uma sala de aula com alunos mais interessados nas temáticas estudadas, e quando possivelmente, discentes que formulem debates, questionamentos, contribuições, enriquecendo aquela prática de ensino no ambiente escolar.

---

[64] BARROS. p. 08.
[65] ZAMBONI, Ernesta. **O Ensino de História e a Construção da Identidade.** História-Série Argumento. São Paulo: SEE/Cenp, 1993. p. 7.

3.3 ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA NA SALA DE AULA

De acordo com Barros, o ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes, o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas.[66]

Nos últimos anos, têm sido fortalecidas, diferentes abordagens que enfatizam a problematização do social, procurando ora nos grandes movimentos coletivos, ora nas particularidades individuais, de grupos e nas suas inter-relações, o modo de viver, sentir, pensar e agir de homens, mulheres, trabalhadores, que produzem, no dia-a-dia e ao longo do tempo, as práticas culturais e o mundo social. Ao longo do desenvolvimento dessas abordagens busca-se abrigar diferentes modelos analíticos e conceituais

> [...] as obras de arte, as articulações de poderes religiosos, os rituais, os costumes, as tradições, os desvios de comportamento, as resistências cotidianas, os valores presentes em imagens e textos, as relações e papéis interpessoais e intergrupais, são abordados em suas particularidades, em suas inter-relações ou na perspectiva de suas permanências e transformações no tempo. [...][67]

Esses estudos, por sua vez, têm contribuído para revelar dimensões da história cultural, mentalidades e práticas de construção de identidades socioculturais. Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo.

Um compromisso fundamental da história encontra-se na sua relação com memória, haja vista que a mesma se trata de uma construção humana feita ao longo do tempo, e que por sua vez, foge da neutralidade. É preciso atentar os alunos para os usos ideológicos a que a memória histórica está sujeita que muitas vezes constituem, por exemplo, lugares de memória, estabelecidos pela sociedade e pelos poderes constituídos, responsáveis pela construção e/ou preservação dos mesmos, onde cada um destes passa por um processo de seleção daquilo que será exposto e

---

[66] BARROS. p. 12.
[67] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998.43. p. 31.

tipo como memória daquele lugar, ou daquele povo em específico. São esses indivíduos que escolhem o que deve ser preservado e relembrado e o que deve ser silenciado e esquecido.

Os lugares da memória são criações da sociedade contemporânea para impor determinada memória. A concepção de memória nacional ou identidade regional constitui formas de violência simbólica que silenciam e uniformizam a pluralidade de memórias associadas aos diversos grupos sociais.

> A 'Memória', no seu sentido primeiro da expressão, é a presença do passado. A memória é uma construção que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional.[68]

Cada grupo é responsável por produzir suas memórias, que por sua vez, passam a se tornar um elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. Essas memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios, como por exemplo, os lugares de memória que estamos abordando de forma específica, que dizem respeito a grupos ou povos específicos.

Para esse tipo de abordagem, Jacques Le Goff vai chamar a atenção para a necessidade de enfatizar a relação existente entre a história e a memória, e que a partir disso, possam surgir problematizações.

> A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens.[69]

Portanto, a construção de memória consiste na escolha e elaboração de um objeto, operação que pode dar-se a partir de evocações de lembranças de determinados grupos, e exige em sua análise, um rigor metodológico na crítica e na confrontação com outros registros e testemunhos. A memória então, impõe-se por ser base da identidade, e partir dela, chegamos a história local de seus respectivos espaços. Os lugares de memória existentes, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, são exemplos de estratégias para a manutenção de

---

[68] BARROS. p. 13.
[69] LE GOFF, Jacques. **Memória.** In: História e Memória**.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 477.

memórias. Para o ensino de história, os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se, por sua vez, objeto de estudo.

3.4 CONHECENDO A HISTÓRIA LOCAL E DESENVOLVENDO SEU ENSINO

Segundo Aryana Costa, a utilização da História Local para o ensino de história pode ser considerado a partir de duas perspectivas: pelo seu próprio valor, e também por poder ser um grande ponto de partida para atividades desenvolvidas no ambiente escolar que podem desenvolver inúmeras outras competências ao longo do processo de ensino-aprendizagem para a construção do conhecimento histórico[70].

É o campo da história que trata de assuntos referentes a uma determinada região, município, cidade, distrito. Sabemos que o conteúdo que é disponibilizado aos professores e alunos através do livro didático possui muitas vezes representação resultantes de uma visão eurocêntrica, fazendo muitas vezes com que a prática docente possa ser vista como algo desinteressada, haja vista que naja eventos e contextos de realidades distintas daquela onde está sendo desenvolvida a prática entre docentes e discentes na educação básica.

Apesar de estar relacionada a uma história global, a história local se caracteriza pela valorização dos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional. A partir do desenvolvimento dessa prática, iniciada primeiramente em sala de aula, abrindo possibilidades para a continuidade dela em outros espaços, como por exemplo museus, praças, memoriais, bibliotecas, etc, poderá acarretar um despertar de interesse por parte dos alunos em buscar compreender a complexidade das relações que são estabelecidas entre os indivíduos históricos de uma determinada região, e consequentemente, poder compreender de que forma identidades, culturas, discursos são criados e perpetuados ao longo do tempo.

A partir do entendimento construído por meio do ensino de história local, o aluno poderá começar a construir sua identidade, ou ao menos entender de que forma a mesma foi sendo construída até então, e a se tornar membro ativo da sociedade civil,

---

[70] ARYANA, Costa. História Local. In: FERREIRA, Margarida Maria Dias de Oliveira. **Dicionário de ensino de história.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 132.

no sentido de que faz prevalecer seu direito de acesso aos bens culturais, sendo eles materiais ou não materiais.

Em relação à história local e a construção de identidade, Barros fala

> O local é o espaço primeiro da atuação do homem, por isso, o ensino de história local precisa configurar também essa proposição de oportunizar a reflexão permanente acerca das ações do que ali vivem como sujeitos históricos e cidadãos.
> Assim sendo, ensino de História Local pode configurar-se como um espaço que o local e o presente são referentes para o processo de construção de identidade.[71]

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a História Local foi valorizada também como estudo do meio, ou seja, *"como recurso pedagógico privilegiado [...] que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte".*[72]

Essa área do ensino de história é mais uma possibilidade que pode permitir ao aluno perceber-se como parte integrante da história, a partir da região onde vive, em uma visão micro, passando a compreender que são a partir das relações dos indivíduos em seus respectivos lugares, que as histórias vão acontecendo e as narrativas vão sendo desenvolvidas. O aluno pode então passar a se ver não como um simples espectador do ensino desta, mas objeto e sujeito, construtor de fatos e acontecimentos que não lineares, mas permeados de descontinuidades próprias do processo histórico.

Em relação a essa perspectiva sobre entender a presença de história em espaços, Costa aponta:

> Fazer/ensinar/estudar história local pressupõe tomá-la como objeto do conhecimento (quando nos concentramos em escalas "menores" e mais próximas a nós nos nossos recortes, como o bairro, a cidade, o Estado, mas também grupos sociais e cultura material que não necessariamente correspondem aos limites geográficos e políticos dos lugares) ou como o lugar de onde partem os conhecimentos (dos próprios professores e alunos, da comunidade, de associações e organizações locais, das universidades). Assim é que uma primeira discussão que ela permite fazer é sobre a "presença de história" em espaços (como objeto) ou a partir de sujeitos que, no senso comum, não seria cogitada.[73]

---

[71] BARROS. 2013. p. 16.
[72] BRASIL. 1998. p. 09.
[73] COSTA. p. 132.

O trabalho com a História Local no ensino da História pode então facilitar, a construção de problematizações, a partir da apresentação de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, além possibilitar a análise e o entendimento de como algumas histórias foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob a forma de conhecimento histórico.

Além do mais, o ensino de história local pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como indivíduos presentes de uma realidade histórica mais ampla e produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e problematizado, contribui para a construção de sua consciência histórica.

Essa prática pode ser vista como um ponto de partida da aprendizagem histórica, uma vez que permite a abordagem dos contextos mais próximos em que se inserem as relações sociais daqueles que estão envolvidos ao longo da didática desenvolvida e o seu meio. Entretanto, o ensino de história local não precisa ser somente a história da cidade ou do Estado, muitas vezes feita nos mesmos moldes de uma história nacional.

Para o melhor aproveitamento dessa prática com recortes possíveis, esse trabalho precisa da mobilização de conceitos comuns também à geografia, como os de paisagem, região, território. Conceitos estes que podem servir como guias para a delimitação dos objetos de estudo, conferindo inteligibilidade ao tema/espaço/recorte selecionado.[74] Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem da história local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social, política, econômica, social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos.

Entretanto, é preciso tomar cuidado ao se trabalhar com o ensino de história local. Essa metodologia precisa antes de qualquer atividade prática, ser planejada de forma que ao se trabalhar com temáticas mais próximas da realidade dos discentes, não sejam cometidos os mesmos erros que muitas vezes são geradora de críticas à forma como alguns conteúdos são apresentados em livros didáticos.

A história local por si só, assim como a história “geral”, não consegue dar conta de tudo. Segundo Costa, ela não consegue prover visões amplas ou sínteses como os recortes nacionais e globais exigem e conseguem dar. Se atentar somente ao local

[74] COSTA. p. 134.

pode acabar proporcionando na alimentação do desconhecimento e a intolerância em relação ao outro, ao diferente.

> A história local só tem valor plenamente explorado se trabalhada com escalas que sejam intercambiadas e sobrepostas para que os alunos possam perceber justamente onde o local e o geral se distanciam e se aproximam.[75]

A intenção do ensino história local deve partir do interesse em promover um ensino de história crítico, que permita o reconhecimento e a construção de identidades, mas que passe a entender e reconhecer outros espaços, situações e contextos também, por isso que utilizamos a expressão “ponto de partida”, pois assim como várias outras práticas docentes, ela não se trata de uma metodologia que tenha pretensões de gerar um ponto final de pesquisa e estudo. Espera-se que a partir do entendimento acerca dos eventos, personagens, embates, relações, desenvolvidas em uma determinada região e época, o aluno possa desenvolver a competência de fazer o mesmo com outros lugares e contextos.

3.5 A HISTÓRIA ENQUANTO OBJETO: A HISTÓRIA LOCAL EM MOSSORÓ/RN CONSTRUÍDA A PARTIR DAS NARRATIVAS DA COLEÇÃO MOSSOROENSE

A partir do que foi visto acerca da importância e do potencial educacional da educação patrimonial e da história local, podemos constatar que a sua utilização durante as aulas de história pode contribuir ainda mais para o objetivo preterido pela BNCC, que seria a formação de um cidadão, com conhecimento e pensamento crítico, baseado na observação e análise de variadas situações do seu cotidiano e do mundo como um todo.

A partir do momento em que incentivados pelo ensino de história, os alunos passem a entender a necessidade de problematizar as informações que chegam até eles, entendendo que aquelas narrativas fazem partem de um discurso construído alicerçados em interesses pessoais e/ou coletivos, isso o permitirá entender melhor de que forma são estabelecidas as relações humanas no mundo.

A relação entre a educação patrimonial e o ensino de história local pode proporcionar o desenvolvimento de atividades pedagógicas a serem utilizadas pelo

[75] COSTA. p. 136.

profissional docente, trabalhando com eventos históricos específicos de um determinado lugar e a partir disso dar suporte teórico para que os alunos consigam questionar sobre outros assuntos, outros lugares, outros contextos.

Todo patrimônio possui uma metanarrativa que procura justificar sua própria existência, e, a partir da qual, com variações em um ou outro aspecto, narrativas conjunturais vão sendo construídas e contribuindo para o surgimento de uma memória baseada nessas narrativas, fazendo com que a história tida como oficial de cada lugar possa ser modificada ou fortalecida, a depender do que esteja sendo narrado e tratado como memória por esses indivíduos da sociedade.

De forma dinâmica, o que podemos observar é que ocorre um jogo de tensões e disputas entre distintas representações do mundo social, onde é atribuído sentido, e, portanto, a escolha e permanência do bem patrimonial. Essas representações acabam ganhando uma maior complexidade por apresentarem tanto um caráter diverso, o que justifica seus embates, quanto uma complementariedade.

A cidade de Mossoró/RN possui diversos temas em sua história, onde rapidamente podemos citar a abolição da escravidão, o voto feminino, a resistência ao bando de lampião, a descoberta de petróleo em suas terras, e muitas vezes ao abordarem sobre esses assuntos, podemos constatar uma palavra em comum: pioneirismo.

Intelectuais e políticos da cidade, defenderam ao longo do século XX o discurso de pioneiros nos mais variados assuntos se utilizando de diversas narrativas que foram fortalecidas por meio da publicação de livros, construção de lugares de memória, movimentos artísticos, como encenações de peças de teatro, além da criação de feriados municipais que buscam fortalecer as ações que ocorreram no passado desse município.

Esse discurso se faz presente ainda atualmente, onde parte da população passa a compartilhar desse sentimento de residir em uma cidade pioneira em vários temas de grande relevância para o cenário histórico, político, social e econômico. Pode-se perceber que ao longo dos anos existiu uma necessidade da utilização de várias estratégias para o fortalecimento desse discurso, e uma delas é a utilização de bens materiais, tornando-os patrimônios histórico-culturais da cidade.

A partir disso, podemos dizer que esses bens patrimoniais, e os discursos criados a partir deles, contribuem para a criação de memórias individuais e/ou coletivas, que são definidos a partir das crenças, valores e interesses dos diferentes

grupos sociais que, em sua permanente tensão, interagem, influenciando-se reciprocamente. Os bens patrimoniais possuem um forte potencial para atribuição de identidades, podendo ser elas: individuais, coletivas, nacionais, étnicas, de gênero, entre outras. Por sua vez, a definição do que possa ser ou não patrimônio de um grupo, estará sempre condicionada pelo resultado de relações de poder.

No que se refere as questões econômicas e populacionais, Mossoró é a segunda maior cidade do Estado do Rio Grande do Norte. Um município que teve sua história durante a Primeira República, alicerçada em um contexto de características bastante conhecidas no campo da história, onde eram comuns práticas políticas como o coronelismo, fazendo com que pessoas que tivessem poder aquisitivo em determinadas cidades, começassem a ter também poder político e consequentemente assumissem os espaços de destaques nas disputas eleitorais. Na cidade de Mossoró, a principal oligarquia que passou a exercer esse poder foi a família Rosado, que com o passar do tempo, além do poder econômico e político, passou a utilizar de sua força e influência também no campo intelectual.

Entre os integrantes da família, podemos citar o Vingt-Un Rosado. Conhecido na região por vários de seus feitos durante vida e legados deixados principalmente na cidade de Mossoró. Entre seus feitos, vou aqui destacar a criação da Coleção Mossoroense, uma editora local, que publicava textos dos mais variados assuntos, mas que tinha como principal intuito, exaltar a cidade de Mossoró e principalmente a relação da família Rosado com o desenvolvimento e o progresso do município. Assuntos como abolição da escravidão, resistência ao bando de Lampião, a descoberta do petróleo em Mossoró, o voto feminino, além do combate as secas, são pautas de grandes destaques entre as obras publicadas pela Coleção Mossoroense.

Não podemos negar a grande importância que essa editora teve e continua tendo para a história da cidade e da região oeste potiguar, responsável por registrar diversas narrativas históricas sob os mais variados assuntos, onde muitos desses se tornam temas de pesquisas de alunos de graduação e pós-graduação atualmente nas universidades.

Porém, assim como foi dito anteriormente acerca da necessidade da problematização das narrativas apresentadas em lugares de memória, a Coleção Mossoroense e suas publicações não podem ser vistas de forma diferente, senão crítica, já que muitas vezes os discursos que são apresentados nos lugares de memória da cidade de Mossoró, utilizam como referência na construção de suas

narrativas, obras da própria Coleção, que tinha o Vingt-Un Rosado como seu principal autor.

3.5.1 Vingt-un Rosado e a construção de narrativas por meio da Coleção Mossoroense

Vingt-Un Rosado era um dos filhos de Jerônimo Rosado[76], que ao falecer no dia 25 de novembro de 1930 deixou para os seus filhos a função de continuar um projeto de desenvolvimento imortalizando o nome da família atrelada ao sucesso daquela região. Com o falecimento do patriarca, seus filhos que foram educados ouvindo os sonhos de seu pai, julgaram-se herdeiros dessa ordem paterna que determinavam uma continuidade. A família Rosado possuía elementos favoráveis à sua participação política daquela região. Além de possuir uma boa situação financeira por meio dos sucessos de suas empresas ligadas a exploração de gesso, possuíam a imagem de homens preparados para o fazer político, devido as ações de seus antecessores.

O filho que tomou o lugar do pai como chefe político foi Diz-Sept Rosado, conhecido por suas características esportistas e ser considerado um cidadão do povo, um Rosado popular. Dix Huit Rosado, seu irmão, era médico, orador da família e capitão da polícia.

Vingt-Un surge como o personagem intelectual daquela família, seria ele o responsável em propagar através da Coleção Mossoroense as ações feitas pelos Rosados com o objetivo de cumprir uma das missões designadas por seu pai, Jerônimo Rosado que seria tornar a sua família em um sinônimo de compromisso com o desenvolvimento não só de Mossoró, mas também de todo o Estado do Rio Grande do Norte. A partir desse momento, Vingt-Un Rosado torna-se o homem de cultura da família.

---

[76] Jerônimo Ribeiro Rosado nasceu no dia 8 de dezembro de 1861 na Vila de Pombal, na província da Paraíba. Em 1885 decide estudar medicina no Rio de Janeiro, quatro anos depois, agora formado em Farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Jerônimo Rosado retorna a Catolé do Rocha/PB, instalando na cidade a "Botica de Sêu Rosado". No final do ano de 1889 casa-se com a senhorita Maria Amélia Henrique Maia. Ainda em 1889, recebe uma carta do médico Francisco Pinheiro de Almeida Castro, convidando-o para instalar, sob o seu patrocínio, uma farmácia em Mossoró, onde viverá até o fim da sua vida em 1930 (Grifo nosso).
Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/2013/01/01/jeronimo-rosado-o-paraibano-que-mudou-mossoro>. Acesso em: 17/02/2022.

> O intelectual, o acadêmico, o mecenas que, através das publicações na Coleção Mossoroense e nas festas de comemorações das datas magnas do município, resgata os heróis do passado e seus feitos memoráveis. Primeiramente, através das páginas dos livros da Coleção Mossoroense, uma historiografia nova que exalta os pioneiros e construtores da cidade, depois, nas festas e discursos, nos quais os mitos e suas ideias se socializam.[77]

Vingt-Un Rosado ao longo de suas publicações passa a designar para cada membro de sua família uma representação de excelência, difundida em seus discursos, livros e jornais da cidade e do Estado, onde ele mesmo passa a se denominar como o soldado da cultura, passando assim a imortalizar todos os seus familiares nas lembranças de Mossoró. Os Rosados passam a propagar um discurso onde se colocam como uma família de homens e mulheres com aptidões e habilidades excepcionais onde um complementa o outro e todos passam a construir a ideia de harmonia familiar que proporciona o melhor para aquela região.[78]

Além de seu devotamento maior dirigido às publicações da Coleção Mossoroense, Vingt-Un se envolve na criação de várias bibliotecas e museus, participando da criação dos primeiros cursos superiores que vão dar origem em Mossoró a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e em parceria com o seu irmão Dix-Huit na criação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), que seria transformada em Autarquia Federal dois anos depois de sua criação, onde Vingt-Un seria diretor por duas gestões. Seu maior trabalho foi feito através da administração da Coleção Mossoroense com a função de desenvolver:

> O trabalho simbólico de perpetuar a família, que ora aparece como um corpo, uma instituição, ora como equipe funcional, um ser social a garantir a permanência e a unidade, costurada pela idealização sagrada do velho Jerônimo Rosado.[79]

Através dessas publicações, portanto, os Rosados vão atrelar o desenvolvimento da cidade com suas ações. O objetivo é passar a ideia de que os membros de sua família são os mentores daqueles acontecimentos importantes, sendo uma ação legitimada pela perpetuação de uma memória, lembrando o sonho

---

[77] FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re)invenção do lugar:** os Rosados e o "país de Mossoró". João Pessoa, PB: Grafset, 2001. p. 91.
[78] Idem. p.96.
[79] Idem. p. 126.

de oferecer para todos, discursos que mostram ações que proponham a grandeza e a afirmação da cidade.

3.5.2 A Coleção Mossoroense e o seu papel em Mossoró, tendo a família Rosado na função de autores da História Local

A função da Coleção Mossoroense criada por Vingt-un na década de 1940, buscando compreender as estratégias de escrita das obras publicadas através desse grupo editorial que trabalhava em consonância com os pensamentos de seu fundador, era se tornar em um importante espaço para a divulgação da memória sobre Mossoró e os Rosados, buscando atrelar a história e o progresso do município à família, utilizando-se do âmbito cultural em toda a região oeste potiguar. Em suas obras, é possível ter contato com narrativas escritas por memorialistas que abordam o passado norte-rio-grandense em várias temáticas, como: religiosidade, política, história regional, cangaço, ciência.

A Coleção Mossoroense se constituiu assim em uma instituição que "estabelece várias redes de sociabilidade, o que faz a gente ter um grande reconhecimento na difusão de cultura potiguar"[80] atuando como um elemento propagador da construção de memórias. "Vários livros e plaquetes foram escritos e publicados com o objetivo de enquadrar as memórias, a história, a geografia, em torno dessa região"[81].

Para compreendermos o papel da Coleção Mossoroense para a cidade de Mossoró, primeiro é necessário conhecer a família responsável por criar essa instituição, buscando compreender os interesses envolvidos em tais atividades, em relação aos Rosados, José Lacerda Alves Felipe aponta:

> Os Rosados acreditam que são os portadores dos anseios dos seus antepassados, montam o teatro e definem os papéis de cada membro familiar, para desenvolver o ritual de transformar Mossoró no lugar digno de ser morada dos antigos e novos mitos. Um lugar especial, para homens especiais. Essa é a saga que os Rosados acreditam que devem representar. Essa é a saga que acreditam que o destino colocou como missão, tarefa e confronto. Ao colocarem significados na história da cidade, sedimentando os

[80] TORRES, Raphael; MORAIS, Hélia. **Acervo e Memória:** os Rosados na Coleção Mossoroense. XXVII
Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH. Natal. 2013. p. 03.
[81] COSTA, Bruno. **Mossoró:** a cidade como região. Revista Especialidades [online]. 2011, v.4, n.3. p.05-06.

> mitos e os rituais para lembrar os seus gestos históricos, se confundem com esses heróis, se apropriam dos discursos dos mesmos e tornam-se o seu porta-voz. A história do lugar, portanto, se transforma na história do grupo político, da família e dos seus líderes. Uma memória coletiva formada pelo culto a esses mitos e aos seus gestos de nobreza e coragem.[82]

Ao longo de sua história, a Coleção Mossoroense produziu o espaço da cidade de Mossoró através de um discurso instituído na produção do conhecimento histórico, identificando a história da cidade com sua principal oligarquia e fundadora da coleção, os Rosados. Suas obras "também cumprem um papel de integração social entre os indivíduos do lugar.". [83]

O passado é utilizado em suas obras para a realização de uma modelagem da cidade em que os Rosados querem que reflita a sua imagem atendendo aos seus interesses, valores e aspirações**.** [84] Esses discursos utilizados na elaboração de memória por parte da Coleção Mossoroense, sobem os palanques nas campanhas políticas regionais ornamentando as falas nas festas cívicas e nos rituais que reverenciam o passado e a família Rosado como "organizadores desses templos com seus deuses e seus altares.".[85]

Para a realização deste trabalho de análise da Coleção Mossoroense, utilizaremos o conceito de historiografia por Amaral Lapa (1981), sendo este "o estudo que procura captar em profundidade o conteúdo das obras, da palavra, das ideias, procurando interpretar seu significado, e da própria ação do historiador ao longo de sua vida". [86] Ao analisarmos as publicações da Coleção, podemos perceber algumas das estratégias de escrita, a maneira de como eram utilizadas as palavras que formaram a história de um acontecimento a ser interpretado pelo público leitor, tendo Vintg-un como seu principal autor.

Para tal compreensão, é necessário tomar conhecimento do conceito de história cultural de Roger Chartier:

> A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários

---

[82] FELIPE. p. 115
[83] NÓBREGA, Alessandro. **A Coleção Mossoroense e a construção dos mitos:** Dix-sept Rosado, o herói imolado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de pós-graduação em história e espaços. Natal, RN: 2007. p.52
[84] FELIPE. p. 143.
[85] Idem. p. 156.
[86] LAPA, José Roberto do Amaral. **Historiografia Brasileira Contemporânea:** a história em questão. Petrópolis: Vozes, 1981.

> caminhos. O primeiro diz respeito as classificações, divisões e delimitações, que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepções de apreciação do real. Variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidos pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São esses esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço ser decifrado.[87]

A partir disso, podemos então buscar uma abordagem de como essa realidade social criada através da Coleção Mossoroense é constituída, pensada e dada a ler, analisando essas classificações e delimitações de acordo com o seu público alvo, com o objetivo de alcançar uma maior apreensão da intenção dessas obras que utilizam as notícias como um meio de propagação de um ideal formado pelo seu grupo editorial encabeçado por Vintg-un Rosado, criando figuras de personagens do passado buscando adquirir sentido ao seu trabalho no presente, fazendo de seus antecessores heróis de uma cidade, e legitimando seus objetivos como missões em prol da população local.

Entre as páginas das publicações da Coleção Mossoroese, é possível perceber a construção de representações desse mundo social objetivado, que embora aspirem a universalidade de um diagnóstico, seu conteúdo é determinado pelos interesses do grupo responsável por forjar essa representatividade.

Portando, para cada caso, é necessário a compreensão da relação entre os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza, em nosso caso específico, as obras da Coleção e o seu grupo intelectual. A história cultural segundo Roger Chartier**,** toma por objeto a compreensão das formas e dos motivos que são revelados a partir dos atores sociais, traduzidos por suas posições e seus interesses, descrevendo a sociedade tal como pensam que seja ou como gostariam que fosse.[88]

3.5.3 A intencionalidade da escrita e o enquadramento da Memória

Pode-se perceber, portanto, que a Coleção Mossoroense, possui o papel de propagar através de suas obras, uma imagem de Mossoró atrelada aos Rosados, sendo estes, os políticos mais capacitados para trazer o desenvolvimento para a cidade, segundo os seus discursos, criando assim uma imagem de soldados que

---

[87] CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Memória e Sociedade. Miraflores: DIFEL. 2º ed. 2002. p.17.
[88] Idem. p. 19.

enfrentam uma batalha de interesses, e que no final de tudo, os mossoroenses sairiam vitoriosos graças as ações dessa família.

Através dela, é divulgada a história de Mossoró, sendo, portanto, um importante veículo alternativo para publicações de livros, artigos, ou seja, produção científica e literária dos intelectuais e pesquisadores não só da região oeste potiguar, mas também de cientistas renomados nacional e internacionalmente, que tiveram seus trabalhos publicados também na coleção. Segundo Paula Rejane Fernandes:

> Os discursos da Coleção Mossoroense buscavam atribuir a imagem de Vingt-un e de sua família uma imagem de interesse no desenvolvimento da cidade, legitimando os "heróis" do passado e se auto-entitulando preparado para as respectivas batalhas narradas em suas publicações.[89]

A legitimação desse imaginário, passa a ideia de que os Rosados possuem os mesmos valores dos heróis e mitos do passado exaltados em suas obras, que eles estão ali como guardiões desse passado e do presente, e que precisam de legitimação através das urnas eleitorais, para garantir a permanência e o futuro.[90] Através dessa estratégia que forma o objetivo principal da Coleção Mossoroense, cria-se uma crença de que os Rosados estão predestinados a serem os donos desse lugar, porque a herança do passado, na qual os Rosados se julgam herdeiros, começam a gerar ligações onde toda essa trama é estabelecida pela memória da cidade, que fala através dos mitos.[91]

Os resultados dessa força-tarefa dos discursos intencionais da Coleção Mossoroense podem ser vistos ainda hoje em Mossoró, com as sucessivas vitórias de candidatos políticos pertencentes a família Rosado durante os processos eleitorais.

Ainda no século XXI permanece essa mentalidade em que os Rosados são o grupo capacitado para atrair desenvolvimento para a região, fazendo de cargos políticos lugares onde praticamente um único grupo toma as decisões, salvo uns ou outros momentos onde a oposição consegue superar essa mentalidade que atrela o desenvolvimento aos rosados, porém logo perdem sua popularidade, devido ao poder midiático da cidade, tendo os Rosados como seu principal proprietário, buscando deslegitimar o trabalho feito por seus opositores.

---

[89] FERNANDES, Paula Rejane. **A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia:** arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005. Vitória, 2014. p. 125.
[90] FELIPE. p. 159.
[91] Idem. p. 112.

A Coleção Mossoroense constituiu-se, portanto, em um instrumento político estratégico da família Rosado com o objetivo de perpetuar, consolidar e manter o poder político. Desde seu início, ela teve como objetivo enaltecer e identificar a história da cidade com a família Rosado, formando assim uma cultura regional particular da cidade.

> A Coleção Mossoroense tornou-se, ao longo de sua existência no instrumento político vital para a reprodução do poder do grupo familiar. Pois ela serve para a fabricação da imortalidade dos Rosados e, principalmente, para, através da história local/regional, narradas nos diversos títulos, inventarem a sua cultura particular, na qual os fragmentos do passado comparecem para nortear as experiências do presente e a construção do futuro.[92]

Seu papel para a história de Mossoró é algo que pode ser comparado com o que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) fez para a história do Brasil, onde Vingt-un por meio das obras publicadas em sua Coleção, escreve a história de Mossoró "produzindo para a mesma uma memória coletiva construtora de uma identidade local pautadas nas ideias de coragem, pioneirismo e valentia".[93] Criando assim para a sua família um lugar de destaque dentro da história mossoroense e para si, o lugar de intelectual dessa região.

> Do mesmo modo que o IHGB, a Coleção Mossoroense pode ser vista como o meio pelo qual Vingt-un desejava construir a história de Mossoró, história capaz de servir de suporte para criar uma identidade mossoroense como sendo a cidade da resistência e da liberdade. Também utilizava a Coleção Mossoroense para divulgar pesquisas sobre a seca e as soluções para a mesma. Ao fazer isso, utilizava a Coleção Mossoroense como um espaço no qual se poderia discutir soluções científicas para problemas que atingiam a economia da cidade e do seu entorno, como era o caso da seca. Ao escrever e publicar obras sobre Mossoró, Vingt-un e a Coleção Mossoroense contribuíam para criar o morto e um lugar para ele. O morto deve ser entendido como sendo o passado. Ao falar sobre ele por meio da escrita, é possível defini-lo e delimitá-lo criando, assim, um espaço específico para o passado. E ao delimitá-lo, a escrita acaba por criar um lugar para o presente e um espaço para os vivos. Sendo assim, supomos que a Coleção Mossoroense criava um passado, um presente e expectativas de futuro para Mossoró.[94]

Trazendo essa função da Coleção Mossoroense observada por Paula Rejane para a problematização de publicações de um assunto específico, como por exemplo,

---

[92] FELIPE. p.123.
[93] FERNANDES. 2014. p.126.
[94] Idem. p.127.

a descoberta de petróleo na cidade de Mossoró, onde os principais acontecimentos acabaram se tornando publicações da Coleção Mossoroense, podemos ver facilmente a concretização da intenção dos discursos de Vingt-um.

Ao escrever sobre o que ele vai chamar de “ouro negro” na região oeste potiguar, pode-se perceber que este passa a exaltar os primeiros estudiosos que apontavam para as possibilidades de produção daquele composto que era visto como a salvação da economia nacional, exaltando o Padre Florêncio Gomes de Oliveira[95] pelos seus feitos em 1853, Luciano Jacques de Morais[96] e John Casper Branner[97] ainda na década de 1920.

Ao longo das publicações, Vingt-Un busca legitimar o seu papel dentro da história da descoberta do petróleo em Mossoró, trazendo para si através de seus discursos, a responsabilidade de lutar pelo desenvolvimento da cidade, pressionando a Petrobrás a pesquisar em solo potiguar, justificando essa confiança na existência de petróleo utilizando fé e otimismo.

> Um dia as torres voltarão ao sagrado chão de Mossoró e dirão muito alto que John Casper Banner, o sábio de Stanford, e Luciano Jacques de Morais, o grande geólogo patrício, estavam certos, absolutamente certos, quando há quarenta e três e trinta e nove anos respectivamente, falaram do petróleo mossoroense.[98]

Ao ser entrevistado pela Petrobrás para a edição da revista comemorativa dos 25 anos de exploração de petróleo em Mossoró no ano de 2004, Vingt-un afirma que a sua crença na existência de petróleo em solo mossoroense tinha algum

---

[95] Nascido em Mossoró no dia 16 de dezembro de 1813, dedicava-se a vida religiosa e a vários outras atividades vinculadas a estudos de botânica, zoologia e geologia. Colaborou intensamente em publicações de jornais de sua época, especialmente no Nortista, que era impresso em Fortaleza entre os anos de 1849-1851. (ROSADO, Vingt-Un. Minhas memórias do petróleo mossoroense (1853-2000). Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado. 2008)

[96] Luciano Jacques de Moraes (1896-1968) formou-se engenheiro de Minas e Civil em 1922 pela EMOP. Foi técnico do Governo como Geólogo da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (1922-1925). Foi engenheiro e diretor de Minas do DNPM. Atuou no Congresso Nacional de Pesquisas e foi nomeado membro do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Membro da Academia Brasileira de Ciências. Foi professor e diretor do Departamento de Geologia e Paleontologia da Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras da USP(1943-1945). Autor da Obra “Possibilidades de Petróleo no Brasil”, 1929.

[97] John CasperBranner (4 de Julho de 1850 - 01 de março de 1922) foi um geólogo americano presidente do Departamento de Botânica e Geologia da Universidade de Indiana e mais tarde na Universidade de Stanford. Serviu como presidente da Sociedade Geológica da América em 1904. Foi Presidente da Sociedade Sismológica da América em 1911. Especialista em geologia brasileira, autor da obra ‘Oil Possibilities In Brazil”, 1922.

[98] ROSADO, Vingt-Un. **Minhas memórias do petróleo mossoroense** (1853-2000). Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado. 2008. p.228.

envolvimento com o seu evangelismo fervoroso do passado, e afirma: “Se me perguntassem a razão, talvez não soubesse explicá-la.”.[99]

Com isso, pode-se notar que nem todas as obras da Coleção Mossoroense possuíam de fato parâmetros científicos que comprovassem aquilo que estava sendo discursado em suas páginas. Muitas falas proferidas naquele espaço responsável em propagar para os mossoroenses as histórias de sua região, são amparados pelo romantismo, pela fé e pelo otimismo que Vingt-Un pretendia compartilhar com seu público leitor, tornando o desenvolvimento da cidade como algo desejado para todos, e tendo ele mesmo como um dos principais responsáveis para tal conquista. Porém, como já foi dito anteriormente, a coleção trabalha com várias temáticas, além do petróleo, sendo necessário para a concretização de seu objetivo, a criação de um grupo intelectual que junto com o seu fundador iria narrar as histórias daquela cidade, seguindo o padrão estabelecido por ele próprio.

A Coleção Mossoroense significava a entrada no grupo de intelectuais mossoroenses, onde Vingt-un realizava o exercício de seleção e de construção de padrões de legitimidade para a história que queria ser contada de Mossoró. Aquele que tivesse seu trabalho publicado pela coleção significava que estava inserido no cenário intelectual do oeste potiguar.

A Coleção Mossoroense seria, portanto, um espaço responsável em produzir livros onde o leitor nascido em Mossoró ou em qualquer outra cidade poderia, através de sua leitura, ter acesso a cultura daquela região. Com isso pode-se acreditar que Vingt-un entendia essa Coleção como sendo de valor significativo de grande importância não só para si mesmo ou para a sua família, mas principalmente para todo seu público leitor, sobretudo os mossoroenses.

Tendo assim em sua essência modalidades de relação da razão com o mundo social, fazendo o trabalho de classificação e delimitação responsável em produzir suas configurações intelectuais através das quais a realidade é construída pelos interesses de seu grupo, seguindo práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibindo uma maneira própria de estar no mundo, significando simbolicamente um estatuto e uma posição através das formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais seus representantes marcam de forma visível e perpetuada a existência desse grupo em sua região.[100]

---

[99] PETROBRÁS. **Bacia Potiguar:** 25 anos de produção terrestre. Revista Comemorativa. 2004. p. 10.
[100] CHARTIER. p. 23.

Os discursos proferidos por meio da Coleção Mossoroense agem então como forças coletivas em meio a sua sociedade consumidora, carregados pelos interesses do seu grupo fundador, a família Rosado, influenciando a mentalidade das pessoas de sua época a acreditar nas palavras que narravam essa história que possuía esse enraizamento social vinculados aos objetivos da coleção. Assim como para todos os institutos que possuem o interesse de criar suas histórias, o público ao qual seria destinada a publicação, passava por um processo de análise com o intuito de evitar apropriações de discursos que fujam daquilo que é intencionado por seus autores, ou seja, “o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada.”.[101]

A Coleção Mossoroense estaria portanto, preocupada com a apropriação dos discursos de suas obras consumidas por sua sociedade letrada, haja vista que no processo de recepção do leitor com as obras é propício o emprego diferenciado dos discursos de acordo com a interpretação específica de cada leitor, podendo ocorrer “usos contrastes dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas ideias.”.[102]

Vingt-un e todo o seu grupo de autores deviam ter em mente as estratégias de escrita que tornassem as diversas apropriações de discurso possíveis mais próximas do sentido objetivado das obras da Coleção Mossoroense, buscando reproduzir textos que tivessem uma boa recepção de seu público alvo, onde os discursos eram utilizadas com a pretensão de moldar pensamentos e condutas, sendo necessário entender o que escrever, para quem escrever e principalmente como escrever.

A Coleção Mossoroense pode ser caracterizada, segundo Nóbrega, “por possuir uma história dita institucional, caracterizando-se por não só fornecer a base social de uma doutrina, mas também determiná-la e a tornar possível,”[103] justificando e legitimando a existência de um grupo político através de suas obras que escrevem entre a sua diversidade de temas, uma história política marcada pela exaltação dos feitos individuais de seus antepassados, tornando-os como uma espécie de heróis por meio de suas narrativas.

De acordo com Chartier, “a inteligência do consumidor é como uma cera mole onde se inscreveriam de maneira bem legível as ideias e as imagens forjadas pelos

[101] CHARTIER. p. 123.
[102] Idem. p.136.
[103] NÓBREGA. 2007. p. 53.

criadores intelectuais",[104] por esse motivo, Vingt-un se preocupou tanto em escrever sobre o máximo de temas possíveis para ele e seu grupo intelectual, incluindo o petróleo entre suas temáticas, além da abolição da escravidão, voto feminino, combate às secas, resistência ao bando de Lampião, alcançando em grande medida o objetivo de tornar as ideias de seu grupo familiar entendidas pelos leitores de suas obras e assim propagar e perpetuar a família Rosado na história da cidade de Mossoró.

É dado então um novo sentido para a realidade visada através de textos da maneira como estes são criados na historicidade de suas produções e da intencionalidade de sua escrita. Os livros da Coleção Mossoroense trabalhando com essa variedade temática buscam mostrar uma realidade carregada de intencionalidades daqueles que a criaram, principalmente Vingt-Un Rosado, sendo, portanto, uma realidade criada a seus moldes, evidenciando alguns fatos e negligenciando outros, com o objetivo de fazer com que seu público leitor acredite na realidade produzida por aquele grupo intelectual.

Segundo Nóbrega,[105] a Coleção Mossoroense seria responsável por uma dizibilidade e visibilidade de Mossoró, fomentando uma cultura local particular. Ao identificar essa função da Coleção, o mesmo se utiliza das ideias de Albuquerque Junior[106] onde é afirmado que o espaço do Nordeste foi instituído também por discursos, dizendo que a mesma região criou uma imagem, uma visão, uma forma de ver pelos outros deste espaço.

Embora sofra interferência daqueles que a escrevem, as histórias contadas pela Coleção não podem ser classificadas como algo inventado, pois são baseadas em imagens, textos, movimentos, arquivos, rastros e rugosidades por todas as gerações que passaram, porem seus discursos são esculpidos por historiadores que criam uma trama incorporando ao novo texto outros pressupostos e problemas que não existiam nos movimentos originais.[107]

É dessa maneira, que a Coleção passa a ser também um instrumento de integração social da população mossoroense com o lugar em que vivem, sendo essa uma forma de ver a cidade e de se ver através da circulação dessas obras que agem

[104] CHARTIER. 2002. p. 139.
[105] NÓBREGA. 2001. p. 60.
[106] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes.** Recife: Cortez, 1999.
[107] FELIPE. 2001. p. 123

como um meio que possibilita a divulgação e construção de representações como prática cultural, buscando “produzir um sentido para a cidade de Mossoró, para Vingt-Un e a família Rosado”.[108]

3.5.4 Experiências e expectativas na construção de uma História Local para Mossoró/RN

Para melhor compreender as relações que eram feitas por Vingt-un entre passado, presente e futuro através de seus discursos, é importante validar o que Koselleck classifica como experiência e expectativa em história. Para ele, “todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem.”.[109]

> A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.[110]

Pode-se afirmar, portanto que as obras escritas por Vingt-Un Rosado que abordam as mais variadas temáticas acerca da história de Mossoró sofrem diretas e indiretas interferências das experiências sofridas pelos pesquisadores do passado e que após serem apropriadas pelo seu grupo intelectual, passam a possuir essa experiência vivida por seus antepassados, iniciando então a formular as expectativas de futuros possíveis, baseadas nas experiências do passado. Ainda seguindo os conceitos de Koselleck, a respeito de expectativas, diz que:

> Ela é ao mesmo tempo ligada a pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da experiência e a constituem.[111]

---

[108] FERNANDES. 2014. p. 131-132.
[109] KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuições a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P. 306.
[110] Idem.
[111] Idem. p. 310.

Para narrar suas histórias, as fontes utilizadas pela coleção possuíam a função de criar uma relação entre passado e presente com o objetivo de reforçar representações a seres apropriadas pelos leitores através da circulação de suas obras formadas por meio da construção de uma memória e interesse comum, como era o caso do grupo que formava a Coleção Mossoroense, fazendo com que fosse necessária a conservação de uma memória objetivada, para que não ocorresse qualquer tipo de alteração que pudesse comprometer a identidade desse grupo, sendo necessário o estabelecimento de um padrão de escrita, para que essa memória seja contada e recontada do mesmo modo.

Para o estabelecimento desse padrão de escrita da Coleção Mossoroense, era necessário um "guardião de memória", que designaria o papel de narrador de fala autorizada para pronunciar-se em nome do grupo, essa função era designada ao próprio Vingt-un Rosado.[112] Acontece então um "enquadramento de memória", sendo feito um trabalho de elaboração de memória, onde é criado uma forma dita como certa para narrar os fatos ocorridos na região, reforçando dessa maneira as impressões produzidas em torno deles, evitando que a memória sofra mudanças.[113]

Os Rosados fazem o uso da Coleção Mossoroense como um meio de se inserir na história da cidade e criar uma identidade como sendo um grupo responsável pelo desenvolvimento da cidade, buscando vincular-se até mesmo em áreas que não possuem relação com poder local, como é o caso de algumas economias, em especial o petróleo.

Ao longo das obras que falam sobre essa substância, o "ouro negro" aos poucos vai se incorporando ao cotidiano perpassado pelas imagens do grupo político que passam a se colocar no novo empreendimento, na segunda metade do século XX, através de seus discursos. Ao ler obras da Coleção Mossoroense, chegamos a entender que em muitos casos, eles se passam até mesmo como mentores daquelas ações, legitimando-se com o seu passado em que o sonho de desenvolvimento mossoroense oferece o discurso para todos os atos que proponham a grandeza e a firmação da cidade.

---

[112] FERNANDES. 2014. p. 144.

[113] FERNANDES, Paula Rejane. **Rastros da memória, marcos de identidades.** Revista Sertões, Mossoró-RN, v.1, n. 1, p. 69-77, jan./jun. 2011. p. 72.

> Procuram se aproveitar do novo trazendo para o seu discurso a presença da inovação tecnológica, mesmo sabendo que o mesmo incorpora novos valores que tramam para redesenhar um novo projeto social e político para a cidade.[114]

A história do petróleo em Mossoró, assim como várias outras, narrada pela Coleção Mossoroense seguiu portanto o enquadramento de memória estabelecido por seu grupo intelectual como dito anteriormente, seguindo o padrão de escrita utilizados em todos os temas trabalhados ao longo de seu vasto acervo repleto das mais variáveis temáticas, sendo a coleção utilizada como um meio de propagação de uma cultura particular regional tendo a família Rosado como sinônimo de guerreiros que enfrentam missões para alcançar o desenvolvimento de uma cidade a qual eles tanto amam.

3.6 O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA LOCAL

Com o intuito de alcançar uma maior compreensão sobre a importância do ensino da história local e o resgate de sua identidade histórica e social, se faz necessário o desenvolvimento de metodologias que favoreçam um ensino de História comprometido com a inserção da história local em sala de aula, valorizando o cotidiano dos alunos e seus respectivos contextos histórico-culturais.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

> Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambos expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico.[115]

De acordo com Barros, o ensino de história desempenha um papel importante, na medida em que motiva estudantes a desenvolverem pesquisas e reflexões a partir das relações que são construídas socialmente e das relações estabelecida entre indivíduos, grupos e o mundo social. Nesse sentido, pode-se fazer uma escolha

---

[114] FELIPE. p. 135.
[115] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. p. 397

pedagógica capaz de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com a problemática histórica inerente ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial.[116]

A construção de noções modifica a maneira como o aluno compreende os elementos do mundo e as relações que esses elementos estabelecem entre si, na medida em que o ensino de História lhe possibilita construir noções, proporcionando mudanças no seu modo de entender a si mesmo, entender os outros, as relações sociais e a própria História.

Desde a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados em 1998, já podemos notar, ao analisarmos especificamente as páginas dedicadas para o ensino de história, uma preocupação em relação a essas questões quando os mesmos demonstram alternativas que favorecem a compreensão dos alunos em relação ao estudo da memória na construção do conhecimento histórico.

Entre os conceitos presentes no PCN em relação ao ensino de História, destaca-se a importância da construção da identidade individual e social, conceito este fundamental, já que a identidade e a memória têm uma estreita relação, conforme os estudos de M. Pollak.[117]

A construção de identidades pessoais e sociais está relacionada à memória, já que tanto no plano individual quanto no coletivo ela permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores. Os indivíduos, assim como as sociedades, procuram preservar o passado como um guia que serve de orientação para enfrentar as incertezas do presente e do futuro.

Atualmente, na Base Nacional Comum Curricular (BCNN), é destacada a importância do exercício da interpretação dentro do ensino de história, pois

> O exercício da interpretação – de um texto, de um objeto, de uma obra literária, artística ou de um mito – é fundamental na formação do pensamento crítico. Exige observação e conhecimento da estrutura do objeto e das suas relações com modelos e formas (semelhantes ou diferentes) inseridas no tempo e no espaço. Interpretações variadas sobre um mesmo objeto tornam mais clara, explícita, a relação sujeito/objeto e, ao mesmo tempo, estimulam a identificação das hipóteses levantadas e dos argumentos selecionados para a comprovação das diferentes proposições.[...] O exercício da interpretação também permite compreender o significado histórico de uma cronologia e realizar o exercício da composição de outras ordens cronológicas.[118]

---

[116] BARROS. p. 02.
[117] POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, v.5, n.10, Rio de Janeiro: CP/DOC FGV, 1992.
[118] BRASIL. 2018. p. 399-400.

O ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador-educando-sociedade e o meio em que vivem e atuam. Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem da História Local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença.

O ensino de História Local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir a formação de um raciocínio de história que contemple não só indivíduo, mas a coletividade, apresentado as relações sociais que ali se estabelecem na realidade mais próxima, contemplando um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental presente na BNCC:

> Estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.[119]

Portanto, a História Local possibilita a compreensão do entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência. Essa temática permite que o professor parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno em contextos mais amplos, desenvolvendo assim uma formação cidadã crítica acerca dos personagens e eventos históricos analisados durante as aulas de história e também observados no dia a dia por meio dos lugares de memória e/ou notícias compartilhadas pelos veículos de informação que se fazem presentes em nossa sociedade.

Pode-se notar que a formação cidadã crítica por meio do ensino de história, que por sua vez possui um grande leque de possibilidades para desenvolver diversas temáticas e contemplar esse objetivo, se trata de um assunto que é abordado a muito tempo por aqueles que são responsáveis em formular as bases legais do ensino no país.

---

[119] BRASIL. 2018. p. 400.

O aluno pode aprender a realidade na sua diversidade e nas múltiplas dimensões temporais. É preciso perceber e analisar os compromissos e as atitudes de indivíduos, de grupos e de povos na construção e na reconstrução das sociedades, propondo questões locais e regionais. Compreender que todos nós somos sujeitos históricos, valorizando o papel de cada um na construção da história, possibilitando que a memória também possa ser um instrumento para esta construção, onde o sujeito histórico pode ser entendido, por sua vez, como sendo os agentes de ação social, sendo eles indivíduos, grupos ou classes sociais.

4 MOSSORÓ E SUA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS: A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO E SEUS PRINCIPAIS EVENTOS HISTÓRICOS

Pode-se dizer que a história da região na qual chamamos hoje de Estado do Rio Grande do Norte iniciou-se a partir do povoamento do território que viria a ser o Brasil, nas chamadas ondas de migrações de povos primitivos para os Andes, depois para o Planalto do Brasil, a Região Nordeste, e consequentemente, o atual território potiguar.

Ao longo da história, esse território passou a sofrer inúmeras invasões de povos estrangeiros, tendo como maior destaque, os franceses, que durante o primeiro século de colonização europeia, firmou relações com os índios locais, inclusive incentivando rivalidade contra colonizadores portugueses, além dos holandeses, que ocuparam essas terras como consequência do período em que conquistaram a região do então Pernambuco açucareiro.

Após ser subordinado ao governo-geral do Estado do Brasil, o Rio Grande do Norte passa a ser subordinado à Capitania de Pernambuco. A partir de 1822, ano em que D. Pedro I declara a Independência do Brasil em relação ao Império Português, o Rio Grande do Norte passaria a se tornar província. Já em 1889, com a queda da monarquia e a consequente proclamação da república, a província passa a ser estado, tendo como o primeiro de seus governadores e governadoras, o Pedro de Albuquerque Maranhão, também conhecido popularmente como Pedro Velho.[120]

Ao longo desse capítulo, será abordado como ocorreu a formação do município de Mossoró, uma das maiores e mais importantes cidades do Estado do Rio Grande do Norte, e quais foram os principais eventos históricos desse município a partir da construção de narrativas presentes na memória de parte da população local, dando destaque àqueles que são rememorados anualmente por meio de datas comemorativas e eventos culturais, sendo eles: a libertação dos escravos, o motim das mulheres, a conquista do voto feminino, a invasão e resistência ao bando de lampião, além da descoberta de petróleo na região.

Esses acontecimentos históricos que serão abordados aqui, foram selecionados também devida sua presença em lugares de memória da cidade, como museus, memoriais e bibliotecas, que serão abordados ao longo desse trabalho.

---

[120] CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação. 1955.

4.1 POVOAMENTO E DESENVOLVIMENTO: O INÍCIO DA CIDADE DE MOSSORÓ

Ao pesquisar sobre a origem da história de Mossoró, nos deparamos com várias pesquisas e resumos em sites institucionais, como o da Prefeitura Municipal, em que é afirmado que os primeiros habitantes da região eram os índios Monxorós, e que de acordo com uma descrição feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse grupo indígena tinham como característica predominante a baixa estatura, bastante ágeis, com o formato da cabeça achatado, além de serem hábeis guerreiros e silenciosos.

Na maioria das vezes, esses textos utilizam como principal fonte, o pesquisador potiguar Luiz Câmara Cascudo, responsável por escrever vários livros sobre a história do estado e de alguns de seus municípios, ao falar sobre Mossoró, apontava que as primeiras penetrações na área do que hoje é o município teriam ocorrido por volta de 1600. Cartas e documentos da época falavam sobre o encontro de salinas, que foram exploradas pelos holandeses Gedeon Morris de Jonge e Elbert Smiente até 1644.[121]

Durante o século XVIII, no processo de interiorização territorial e diversificação econômica da colonização portuguesa, às margens de um rio, várias fazendas foram sendo instaladas por proprietários vindos de outras regiões da então colônia. A população desses lugares era restrita aos vaqueiros, criadores e procuradores de fazendas, uma vez que seus donatários moravam geralmente fora de suas propriedades.

Ainda no século XVIII, mudou-se para a região o sargento-mor português Antônio de Souza Machado e sua família, em meados de 1760, com anseio de povoar aquele lugar. Ele foi proprietário da fazenda Santa Luzia e mandou construir uma capela de Santa Luzia, se tornando um dos marcos fundamentais ao surgimento de Mossoró. A capela foi fundada oficialmente no dia 5 de agosto de 1772.[122]

Pertence a Henry Koster o relato dos mais antigos a respeito do aglomerado que se transformaria mais tarde na cidade de Mossoró, que surgira, como muitas das cidades brasileiras, da concentração da população em torno de uma capela:

---

[121] PREFEITURA DE MOSSORÓ. História. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/paginas/historia> Acessado em: 16/09/2022.

[122] CASTRO, EMANUEL. **Catedral de Santa Luzia, marco zero:** aqui tudo começou. MossoróOnline. Disponível em: <https://mossoroonline.com.br/catedral-de-santa-luzia-marco-zero-aqui-tudo-comecou/>. Acessado em: 16/09/2022.

Figura 1: Arraial de Santa Luzia em 1772

Fonte: SILVA (1975)

> A 7 de dezembro, às 10 horas da manhã, chegávamos ao arraial de Santa Luzia, que consta de 200 ou 300 habitantes. Foi edificado num quadrângulo, tendo uma igreja e pequenas casas baixas.[123]

O distrito de Mossoró foi criado em 27 de outubro de 1842[124], através da resolução provincial de número 87. Em março de 1852, o distrito foi elevado à categoria de vila[125]. Virou cidade somente em 9 de novembro de 1870[126], através de lei provincial. Até alcançar a atual formação, com aproximadamente três mil quilômetros quadrados, Mossoró passou por diversas mudanças, incorporando e desmembrando territórios.

Sobre o início da história de Mossoró enquanto cidade, Aristotelina Pereira Barreto Rocha aponta

> Nesses primeiros tempos de sua História, Mossoró era abastecida por Aracati/CE, através dos comboios, vindos pelo caminho da praia, pois Aracati era a vila de maior importância econômica do Estado do Ceará. Sua influência

[123] KOSTER apud CASCUDO, 1975, p. 35.
[124] Resolução Provincial n.º 87, de 27-10-1842.
[125] Lei Provincial n.º 246, de 15-03-1852.
[126] Lei Provincial n.º 620, de 09-11-1870.

> comercial estendia-se praticamente a toda a bacia do Jaguaribe. Quanto às relações de Mossoró com o sertão do Rio Grande do Norte, estas limitavam-se quase que ao comércio do sal, que as canoas levavam até o porto de Santo Antônio, que pertencia a Mossoró, de onde as tropas encarregavam-se, então, da distribuição pelo interior.[127]

Com o decorrer dos anos, as riquezas regionais passaram a ser melhor aproveitadas. A abundância de sal na região, fizeram surgir, uma atividade industrial rudimentar, baseada no comércio do peixe fresco, do sal, da carne de charque, além da cera de carnaúba e do algodão.

Enquanto isso, a atividade da pecuária também crescia, de tal forma que os criadores além de fornecerem gado às feiras e açougues da Paraíba e de Pernambuco, conseguiam sustentar a lucrativa indústria das carnes secas, firmadas nas regiões de Mossoró e Assú, lugares conhecidos como oficinas. Consequentemente, as oficinas de carne seca fizeram de Mossoró uma referência em toda a Região Nordeste, passando a abastecer toda a região, apesar da atividade ter sido alvo de muitas disputas e divergências por parte dos estados vizinhos.

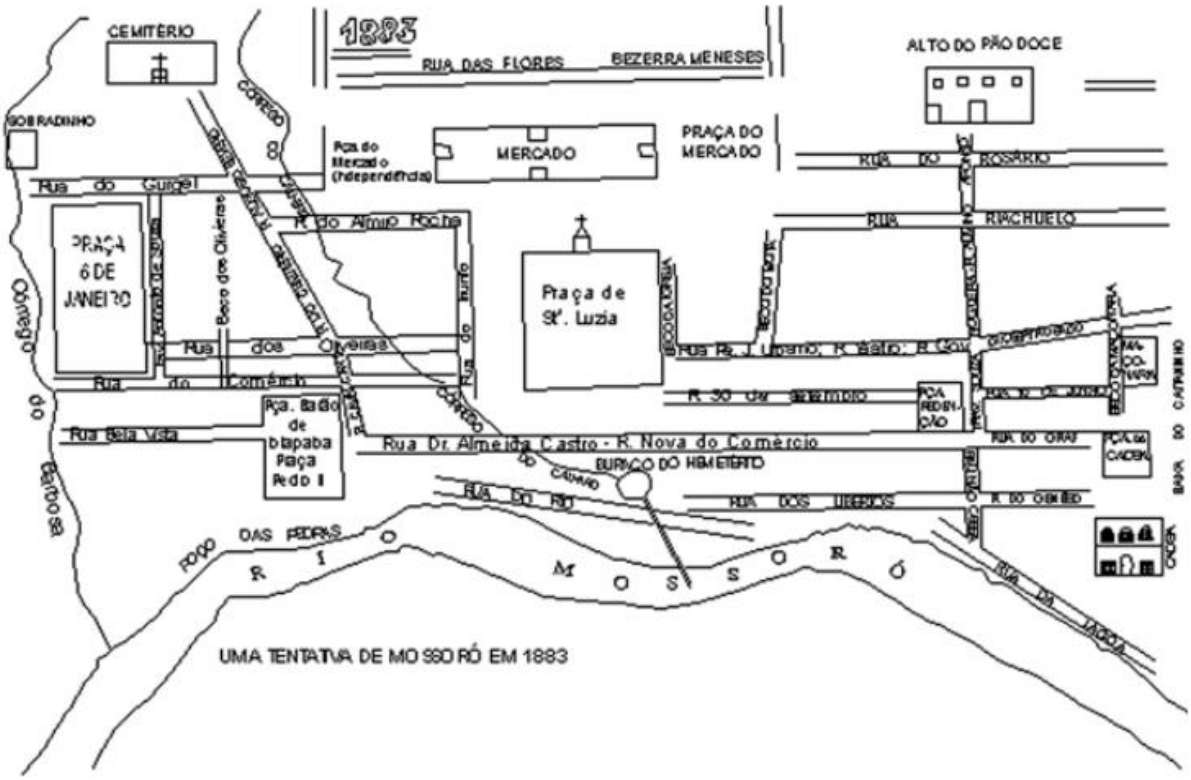
A cidade de Mossoró conseguia esse destaque dentro dessa atividade econômica devido, principalmente, por dois fatores: sua privilegiada condição natural, por ser uma área rica em sal, além de sua localização geográfica estratégica para distribuição desses produtos. Mesmo as condições do seu porto não permitindo a viabilização de um comércio com maior relevância, a cidade foi gradativamente se consolidando como repassadora de produtos agrícolas para o comércio exterior.

No ano de 1862, a capela de Santa Luzia foi demolida e reconstruída novamente entre os anos de 1878 e 1880 para se tornar uma igreja matriz. Tempos depois, o povoado de Mossoró foi experimentando um crescimento, quando a viúva do sargento-mor Antônio de Souza Machado doou terras para o povoamento do município.

---

[127] ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró:** período de 1980 a 2004. 2005. 290 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. p. 25.

Figura 2: Mossoró em 1883



Fonte: SILVA (1975)

A partir da década de 1860, Mossoró passou a vivenciar um crescimento urbano significativo para a época. O intervalo de tempo dos dez anos que vão de 1860 – 1870, será considerado por Luís da Câmara Cascudo como “a década do expansionismo”. Durante esse período, foram erguidas uma quantidade considerável de edificações, entre elas: casas, armazéns e estabelecimentos comerciais. Além disso, houve também intensos trabalhos no sentido de autorizar planos de ampliação da cidade que ia avançando e conquistando outros bairros.

Diante dessa realidade de expansionismo urbano, Mossoró começa a adquirir condições necessárias para se firmar como empório comercial e a abrigar empreendedores. A partir de 1868 e ao longo dos anos 1870, é significativo o número de comerciantes estrangeiros com firmas comerciais instaladas na cidade.[128]

Sobre a situação econômica de Mossoró nos finais do século XIX, é apontado que:

> De 1887 a 1889, longo período de estiagem assolou o Estado e a seca enfraqueceu o comércio de um modo geral e especialmente de exportação, pois faltavam o algodão, o couro e as peles e assim muitas casas comerciais foram fechadas. [...]. No entanto, a seca beneficiou parte do comércio e dos

[128] ROCHA. 2005. p.33.

> capitais locais que se tornaram fornecedores de alimentos ao governo, para serem distribuídos para os flagelados; e os capitais, antes voltados exclusivamente para o comércio, passaram a ser investidos nas salinas, bem como a mão-de-obra que passou a ser ainda mais desvalorizada, em face do alto número de retirantes que, por muito pouco ou apenas pelo alimento, se dispunham a trabalhar nas salinas.

Esse período de estiagem e as consequências que ela trouxe nas relações voltadas para a mão de obra no mercado de trabalho, vai coincidir com o da abolição da escravidão no Brasil, que ocorreu no ano de 1888. Porém, essa conquista cidadã já havia sido efetivada em Mossoró cinco anos antes da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel.

A abolição dos escravos em Mossoró foi comemorada por parte da população local no dia 30 de setembro de 1883, um movimento liderado pela maçonaria da cidade, fato que abordaremos a seguir. Após anos de estiagem, o comércio mossoroense se recompõe e mantem evolução, tendo agora à frente dos estabelecimentos apenas os comerciantes locais.

4.2 A ESCRAVIDÃO NEGRA NO RIO GRANDE DO NORTE E A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS EM MOSSORÓ

Segundo Luís Câmara Cascudo, o primeiro escravo negro chegou no território do Rio Grande do Norte quinze dias após a fundação da cidade de Natal (25 de dezembro de 1599), em janeiro de 1600, todavia as atividades e comercialização dos escravizados no município naquela época não era numerosa porque não havia, na capital, atividade econômica que justificasse uma grande quantidade de escravos.

Anos depois, durante o período de ocupação holandesa na atual região do nordeste brasileiro (1630 – 1654), o Rio Grande do Norte, se dedicou as atividades econômicas subsidiárias da cana-de-açúcar, entre eles a pecuária, tornando-se centro abastecedor da colônia de produtos como carne seca. Retomada as posses portuguesas, seu projeto colonizador no Brasil seguiu com o uso da mão de obra negra escravizada concentrada principalmente nos engenhos de cana-de-açúcar. Em uma região, que até então, não era tão povoada, além de não possuir uma quantidade

expressiva de engenhos, não haviam, portanto, motivos que justificassem a presença de uma quantidade muito grande de escravizados.[129]

Em outras regiões da província, no entanto, a situação econômica era um pouco diferente. Nas atuais regiões de Goianinha, São José de Mipibu, Macaíba e Ceará-Mirim existiam engenhos de cana-de-açúcar, além da atividade pecuarista que ocupava parte do sertão potiguar. A população escrava começa a crescer na província acompanhando o ritmo de desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar. No ano de 1850 haviam 156 engenhos funcionando no Rio Grande do Norte.

No entanto, pode ser constatada uma queda drástica do número de escravos no Rio Grande do Norte a partir de 1870, motivada por vários fatores, como por exemplo, a estiagem causada pelas constantes secas da região, que acabava ocasionando migrações de senhores de engenho para outros municípios, forçando consequentemente, a venda dos escravizados para outras províncias, além do movimento abolicionista em expansão por várias regiões do país, inclusive no próprio Rio Grande do Norte, que lutava pelo fim da escravidão no Brasil.

A grande seca de 1877-1879, acabou sendo um dos grandes responsável pela morte de pelo menos 500 mil pessoas no sertão nordestino, forçando a migração de muitos e a venda de escravos para outras regiões do país.

> O Rio Grande do Norte perdera boa parte de sua população rural e viu Natal, por exemplo, inchar com os refugiados. A morte de escravos negros, sem contar sua venda, durante os anos de seca, com certeza, afetaram este número entre 1872 e 1888.[130]

O município de Mossoró foi o primeiro, entre os norte-rio-grandenses, a fazer campanhas sistemáticas pela liberação dos seus escravos. No ano de 1848, o deputado geral pelo RN, que fora seu presidente de província, Casimiro José de Morais Sarmento, defendeu a abolição da escravidão, argumentando durante sessão sobre os benefícios que seriam alcançados com a transformação dos escravos em trabalhadores livres.

---

[129] CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1955.

[130] SOARES, Lenin Campos. **A Escravidão Negra no Rio Grande.** Natal das Antigas. 2019. Disponível em: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/a-escravidao-negra-no-rn>. Acessado em 17/09/2022.

> Concorda em que o trabalho do escravo não é necessário. No Rio Grande do Norte há poucos escravos, e quase toda a agricultura é feita por braços livres. Conhece muitos senhores de engenho que não têm senão quatro ou cinco escravos, entretanto que têm 20, 25 e 40 trabalhadores livres, e se não os têm em maior número, é pelo pequeno salário que lhes pagão. Disto se convenceu o orador quando ali foi presidente, porque em consequência de elevar o salário a 400 reis por dia, nunca lhe faltarão operários livres para trabalharem na estrada que teve de fazer.[131]

Mossoró não era uma cidade com grandes características escravocratas, pelo seu pequeno número de cativos. Em 1862, existiam apenas 153 escravos, em meio a uma população de 2.493 habitantes. Em termos percentuais, equivaliam a apenas 6,13%. Os números são consequência da ausência de engenhos de cana-de-açúcar no município, que tinha a criação de gado como uma das suas principais atividades econômicas no período. Esses fatores acabaram contribuindo para o pioneirismo Mossoroense dentro do Rio Grande do Norte.

Como já foi dito anteriormente, o período da grande seca de 1877-1879, ocasionou um êxodo em massa principalmente para a região litorânea. No entanto, Mossoró, localizada na região oeste potiguar, também passou a receber maior quantidade de escravos, que eram enviados pelos ricos fazendeiros como uma forma de amenizar os prejuízos trazidos pela falta de água.

Em 6 de janeiro de 1883 foi criada, em Mossoró, a Sociedade Libertadora Mossoroense, cujo objetivo era lutar pela libertação dos escravos no município. Fundada por Frederico Antônio de Carvalho, da Loja Maçônica 24 de junho, localizada no centro da cidade, a Sociedade Libertadora Mossoroense foi de fundamental importância para a abolição da escravidão no município de Mossoró.

> A presidência provisória da entidade ficou ao encargo de Raimundo Lopes Galvão, que logo ganhou adesão de personalidades ilustres da sociedade mossoroense, naquela época, dando força ao movimento. A diretoria definitiva fica formada por: Joaquim Bezerra da Costa Mendes, como presidente; Romualdo Lopes Galvão, como vice-presidente; Frederico de Carvalho, primeiro secretário; Dr. Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque, que exercia a função de orador.

A Sociedade Libertadora Mossoroense, obteve adesão de grande parte da população mossoroense, e tinha um código legal, criado com um único artigo, sem parágrafos. A norma dizia: "todos os meios são lícitos a fim de que Mossoró liberte os

---

[131] CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos Sobre a História de Mossoró.** Coleção Mossoroense. 2010. p. 214.

seus escravos".[132] Nessa época, a cidade de Mossoró contava com 86 escravos. Em 10 de junho, 40 deles foram alforriados.

O dia 30 de setembro de 1883 foi a data designada para a liberação total dos escravos; e o objetivo foi alcançado. No dia 29 de setembro, o Presidente da Sociedade Libertadora Mossoroense dirige a Câmara Municipal de Mossoró um ofício:

> Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. A Sociedade Libertadora Mossoroense, por seu Presidente abaixo assinado, tem a honra de participar a V. Sªs que, amanhã, 30 de setembro, pela volta do meio-dia, terá lugar a proclamação solene de Liberdade em Mossoró. E, pois, cumpre-me o grato dever de convidar V. Sªs e seus respectivos colegas, representantes do Município, para que se dignem de tomar parte nessa festa patriótica que marcará o dia mais augusto da cidade e do município de Mossoró. A emancipação mossoroense é obra exclusiva dos filhos do povo; a esmola oficial não entrou cá. Sua Majestade, o Imperador, quando lhe comunicamos a próxima libertação do nosso território, foi servido de enviar a dizer-nos pelo Senhor Lafayette, Presidente do Conselho de Ministros, que nos agradecia. A libertação está feita e ninguém apagará da história a notícia do nosso nome. Os mossoroenses são dignos de ser olhados com admiração e respeito hoje e daqui a muito tempo, por cima dos séculos. A Sociedade Libertadora mossoroense se congratula com V.Sªs por tão fautoso acontecimento. Deus guarde a V.Sªs Ilustríssimo Senhor Romualdo Lopes Galvão, digno Presidente da Câmara Municipal desta cidade de Mossoró.[133]

O dia 30 de setembro de 1883 foi comemorado por parte dos mossoroenses que acompanhavam o movimento abolicionista na cidade. Atualmente a data é feriado municipal e anualmente é rememorada por meio da peça teatral *Auto da Liberdade*, no qual falaremos mais adiante de forma mais detalhada.

A Sociedade Libertadora Mossoroense se reuniu na Câmara Municipal, onde seu presidente, Joaquim Bezerra da Costa Mendes, iniciou a solenidade com a leitura de diversas cartas de alforria dos últimos escravos de Mossoró. Feita a liberação oficial na cidade, foi criado o Clube dos Spartacos, que era composto, em sua maioria, por ex-escravos, tendo sido eleito para presidente o liberto Rafael Mossoroense da Glória. O objetivo desta entidade era dar abrigo e amparo aos novos trabalhadores livres, tanto aqueles que já eram da terra, quanto àqueles que vinham de outras regiões. A Spartacos assumiu também um papel de defesa, lutando para que os escravos fugidos que a procuravam não voltassem aos seus donos.[134]

---

[132] GALVÃO, João Batista. **Subsídios para a história da abolição do cativeiro no Rio Grande do Norte.** Natal: Assembleia Legislativa, 1982. p. 13.

[133] Prefeitura de Mossoró. História. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/paginas/historia>. Acessado em 17/09/2022.

[134] ROSADO, Vingt-un. **A Saga da Abolição Mossoroense. Mossoró:** Coleção Mossoroense. 2010.

4.3 MOTIM DAS MULHERES: UM CASO DE REVOLTA FEMININA EM MOSSORÓ

O Motim das Mulheres foi um movimento que aconteceu na cidade de Mossoró no dia 4 de setembro de 1875, durante o reinado de D. Pedro II, quando o Brasil ainda estava sob regime monárquico. A história começa a partir da medida de regulamentação do recrutamento do Exército e Armada pelo gabinete do Visconde do Rio Branco.

A decisão não foi bem recebida na Província do Rio Grande do Norte, fazendo com que várias comunidades se organizaram em sinal de protesto. Parte da população do período dizia que essa regulamentação seria uma estratégia política utilizada pelos chefes políticos da época para recrutar os filhos de seus adversários, como estava sendo feito em Mossoró, por exemplo, onde filhos de pessoas influentes naquele contexto político estavam sendo recrutados.[135]

Entre as líderes da revolta, estavam Joaquina de Souza, Maria Filgueira e Anna Rodrigues Braga, conhecida como Ana Floriano (Figura 3), esposas de políticos e autoridades de Mossoró. Romão Filgueira, um dos militares da cidade na época, narrou o episódio, onde a insatisfação foi agravada com a chegada da relação do alistamento na cidade. Segundo ele:

> Estavam umas trezentas mulheres reunidas em Mossoró, na Praça Vigário Antônio Joaquim. Aí, foram rasgados os editais, pregados nas portas da igreja e despedaçados vários livros. Da praça Antônio Joaquim, dirigiram-se à praça da Liberdade. Naquele logradouro público, achava-se disposto um corpo de polícia, com fim de dominar a sedição. Logo ficaram confundidos, no tumulto da luta, soldados e mulheres. Foram várias as feridas.[136]

Naquele dia, cerca de 300 mulheres – e aqui vale destacar que vários textos em que esse evento histórico é abordado divergem sobre esse número, portanto, não se trata de uma contagem exata - saíram pelas ruas da cidade em passeata, próximo à sede do jornal O Mossoroense, com o objetivo de protestar contra a obrigatoriedade do alistamento militar. Utilizando utensílios domésticos como armas, as mulheres

---

[135] CARVALHO, Sadraque Micael Alves de. **Um lugar (in)existente:** o “país de Mossoró” nas tramas da consciência histórica. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, Natal, 2012.

[136] **Uma Mulher em defesa das liberdades individuais.** Revista Fenac Agora. Edição 37: abril e março de 2004.

invadiram repartições públicas e delegacias, foram até a Igreja Matriz de Santa Luzia e rasgaram os editais fixados no quadro de avisos.

Em seguida, se dirigiram à casa do escrivão do juiz de Paz e tomaram e rasgaram o livro e os papéis relativos ao alistamento de seus filhos e maridos para o Exército ou para a Marinha. Dando continuidade aos atos de protesto, foram até a redação do Jornal O Mossoroense e destruíram os editais que seriam publicados no dia seguinte. Feito isso, as mulheres partiram então para a Praça da Liberdade, localizada no centro da cidade, onde entraram em choque corporal com um grupo de soldados da Força Pública que ali estava para controlar a rebelião. De acordo com relatos do período, algumas mulheres ficaram feridas e o protesto não se agravou mais devido à interferência de populares que acabaram contribuindo com a culminância do ato.[137]

Figura 3: Ana Floriano

Fonte: Augusto (1999)

Como consequência do motim, o juiz João Antônio Rodrigues, comunicou o fato ao presidente da Província, João Bernardo Galvão Alcanforado Júnior, que mandou instaurar um inquérito para apurar o ocorrido na cidade de Mossoró, no entanto, o processo desapareceu do arquivo do Departamento de Segurança Pública.[138]

O episódio em Mossoró não se trata de um caso isolado no país naquele período, pois outros atos de insatisfação também aconteceram em outros pontos da Província

[137] CARVALHO. 2012.
[138] Idem.

do Rio Grande do Norte. Porém, o que diferencia o movimento de Mossoró dos demais é o fato deste ter sido organizado e executado apenas por mulheres. Atualmente, o Motim das Mulheres é um dos eventos históricos encenados no espetáculo do Auto da Liberdade na cidade de Mossoró, que abordaremos no último tópico desse capítulo.

4.4 BRASIL REPUBLICANO E A MODERNIZAÇÃO DE MOSSORÓ

Em 1914, o engenheiro Henrique de Novaes projetou uma nova planta para a cidade, onde definia a localização de novos bairros e sistematizava os já existentes. O Brasil passava por um momento em que se buscava uma urbanização aos moldes europeus, com grandes avenidas, e para isso, se fazia necessário a reorganização das construções urbanas, muitas vezes sendo necessária demolições de construções e ampliação de vias públicas.

A iluminação à energia elétrica passou a ser utilizada na cidade a partir de 1916, com a criação da empresa Força e Luz e Melhoramentos de Mossoró, contribuindo com a modernização da cidade. Outro fator de desenvolvimento econômico de Mossoró foi a comercialização do café, pois a partir do desenvolvimento da cafeicultura no Estado de São Paulo, os cafeicultores requisitaram acesso e condições de transporte de sua produção.

A expansão cafeeira então, determinou o ritmo de expansão das ferrovias no país, o que acabará influenciando o fortalecimento desse meio de transporte em várias regiões, entre elas a cidade de Mossoró. A Estrada de Ferro chega em 1915, e como uma das consequências dessa inovação, o transporte marítimo perde sua função dominante no transporte de mercadorias.[139]

> O transporte ferroviário redirecionou os transportes locais e regionais, de modo que, na década de 1920, o desenvolvimento das Estradas de Ferro de Natal, Fortaleza e da Paraíba facilitou o intercâmbio comercial com o interior desses Estados. Mossoró não teve como enfrentar os empórios comerciais que lhe tomaram a dianteira.[140]

[139] ROCHA. p. 44.
[140] Idem.

No início do século XX, Mossoró tem nas atividades salineiras e agroindustriais a sua origem nos capitais comerciais acumulados na época do empório comercial. A acumulação de capitais, por parte desses comerciantes, particularmente dos empresários, passou a permitir que a cidade continuasse a manter a função de centro de serviços da região oeste do Estado do Rio Grande do Norte, como também de centro beneficiador da produção agrícola e extrativa do seu espaço regional.[141]

4.5 O CANGAÇO CHEGA NO RN: LAMPIÃO E SEU BANDO INVADEM MOSSORÓ

No dia 10 de junho de 1927, Virgulino Ferreira da Silva, conhecido popularmente como Lampião, e seu bando de cangaceiros chegam ao Rio Grande do Norte, entrando no Estado pelo município de Luís Gomes[142]. O bando percorreu várias cidades da região oeste do Estado, deixando vários rastros de destruição, promovendo saques, sequestros entre outros tipos de violência.

Os principais alvos eram cidades que possuíam atividades comerciais de destaque regional, como era o caso de Mossoró já naquele período. Um outro fator que traz relevância ao município para os objetivos dos grupos de cangaceiros, era o fato da cidade possuir uma agência do Banco do Brasil, o que legitima a sua importância econômica naquele contexto histórico.

Em Apodi, município que faz divisa territorial com Mossoró, parte do bando tentou atacar a cidade, mas a população já estava preparada, pois naquela época, os ataques dos cangaceiros costumavam ser noticiados nos jornais, o que de certa forma, servia de alerta aos municípios vizinhos para possíveis visitas indesejadas em suas localidades.

Relatos afirmam que ao se aproximarem, o coronel Juventino Cabral ordenou que ateassem fogo na cidade, porém os cangaceiros preferiram não se arriscar e continuaram seguindo seu caminho, partindo em direção à Mossoró. Na vila de São Sebastião, atual município de Governador Dix-Sept Rosado, que na época era distrito de Mossoró, Lampião e seu bando praticaram vários atos de vandalismo, incendiando um vagão de trem cheio de algodão e depredando a estação ferroviária. Haviam

[141] ROCHA. p. 46.
[142] Município localizado no interior do Estado do Rio Grande do Norte, na região do Alto Oeste Potiguar, a uma distância de 442 km da capital estadual, Natal.

também atacado a sede do telégrafo, na tentativa de impedir que o seu paradeiro fosse informado e ajudasse a polícia a perseguir o bando.[143]

O ataque de Lampião à cidade de Mossoró teria sido idealizado por Massilon Leite Benevides, cangaceiro de origem potiguar que conhecia bastante o território da região oeste do Estado. O objetivo dessa invasão era saquear as instalações do Banco do Brasil, as indústrias, o comércio e as residências e receber uma quantia expressiva de réis, moeda do Brasil na época.

No entanto, poucas pessoas acreditavam que Lampião fosse atacar a cidade. Parte da população mossoroense estava mais preocupada com o resultado de uma partida de futebol que estava próxima de ocorrer envolvendo os dois principais times do município naquela época, Ipiranga e Humaytá.

O prefeito municipal da época, Rodolfo Fernandes, acreditava na possibilidade de invasão e tinha consciência da situação crítica da cidade, em caso de conflito com os cangaceiros. O governo do Estado enviou o tenente Laurentino de Morais a Mossoró, onde foi constatado que a força de segurança municipal era pequena, pois contava somente com 22 policiais.

No dia 12 de junho, foi promovida pelo prefeito Rodolfo Fernandes uma reunião com o intuito de alertar a população a respeito do possível ataque, porém, essa medida não foi suficiente para convencer parte da população, que seguia sem acreditar em tal possibilidade de invasão do bando de cangaceiros. Horas depois, os sinos das igrejas começaram a tocar, era o alerta de que a invasão havia sido iniciada, e a população, enfim, se conscientizou do ataque, fazendo com que o pânico tomasse conta da cidade, ocasionando fugas de parte dos moradores para outras regiões objetivando proteção.

O apito da locomotiva da rede ferroviária provocou pânico aos mossoroenses. Os trens começavam a se movimentar, conduzindo famílias e quantos quisessem fugir de Mossoró. Durante toda a noite e na manhã seguinte, a ferrovia permaneceu movimentada. Até as primeiras horas da manhã do dia 13, muita gente havia deixado suas casas em Mossoró. Para tentar conter os invasores, foram montadas várias

[143] SÁ, Xico. **Terror em Mossoró:** há 93 anos, Lampião era surpreendido em um de seus terríveis ataques. Aventuras na História. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-cangaceiro-lampiao-terror-em-mossoro.phtml>. Acessado em: 21/09/2022.

trincheiras em pontos estratégicos da cidade, além da distribuição de armas para civis que se voluntariassem a resistir à invasão e defender a cidade.

No dia 13 de junho de 1927, quando Lampião e seu bando chegaram ao Sítio Saco, atual bairro Belo Horizonte em Mossoró, o prefeito recebeu um bilhete pedindo um total de 400 contos de réis em dinheiro, um valor pelo menos dez vezes superior ao que costumava exigir em ocasiões semelhantes, para poupar a cidade da invasão. Rodolfo Fernandes negou e mais tarde recebeu um segundo bilhete ameaçador. À tarde, Lampião dividiu seu bando em três grupos diferentes: o primeiro grupo iria atacar a casa do prefeito, o segundo grupo atacaria a estação ferroviária de Mossoró, enquanto o terceiro teve a função de atacar o cemitério.[144]

Figura 4: Cangaceiros que invadiram Mossoró em 1927

Fonte: MEDEIROS (2014)

Às 16 horas daquele dia 13, foi iniciado o conflito próximo à Igreja de São Vicente e a casa do prefeito Rodolfo Fernandes, atual Palácio da Resistência, sede da Prefeitura Municipal de Mossoró. Lampião tinha 53 cangaceiros no seu bando. Enquanto a resistência mossoroense contava com aproximadamente 150 homens, sendo a maioria deles civis armados.

[144] FERNANDES, Raul. A Marcha de Lampião. Coleção Mossoroense. 2010.

Figura 5: Mossoroenses armados defendendo a cidade

Fonte: MEDEIROS (2014)

Uma hora depois, o bando recuou, deixando dois cangaceiros para trás. Colchete teve parte do crânio esfacelado por balas e Jararaca foi ferido no peito, sendo em seguida capturado e preso na Cadeia Pública Municipal, onde inclusive concedeu entrevista ao jornalista Lauro da Escóssia, porém acabou sendo assassinado pela polícia local três dias depois de preso, e encontra-se enterrado no mesmo cemitério que havia sido invadido pelo bando de Lampião.[145]

Após o confronto em Mossoró, os cangaceiros foram para o Ceará, e de lá seguiram seus destinos promovendo invasões por cidades do sertão nordestino. Na cidade de Mossoró, o conflito resultou em um sentimento de orgulho por parte dos moradores. Atualmente o conflito é rememorado no Espetáculo Chuva de Balas que faz parte do calendário cultural da cidade, ocorrendo no mês de junho durante as festividades do Mossoró Cidade Junina, maior evento do município.

Além disso, existem exposições sobre o conflito envolvendo mossoroenses e cangaceiros no atual Museu Municipal Lauro da Escóssia, além do Memorial da Resistência. Lugares de Memória que serão abordados com mais detalhes posteriormente.

[145] NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró.** 7.ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2015.

4.6 CELINA GUIMARÃES E O VOTO FEMININO EM MOSSORÓ

O voto feminino no Brasil foi reconhecido em 1932, quando o Código Eleitoral passou a assegurá-lo; todavia, esse direito era concedido apenas a mulheres casadas, com autorização dos maridos, e para viúvas com renda própria. Essas limitações deixaram de existir apenas em 1934, durante o governo do então presidente Getúlio Vargas, quando o voto feminino foi incorporado à Constituição Federal daquele ano, mas era facultativo. Somente em 1965 que passou a ser obrigatório, sendo equiparado ao dos homens.

Antes mesmo de 1932, documentos apontam que a professora Celina Guimarães (Figura 6) foi a primeira eleitora brasileira. Celina requereu sua inclusão no rol de eleitores do município de Mossoró, onde nasceu, em 1927, após a entrada em vigor da Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro daquele ano, que tornava o Rio Grande do Norte o primeiro estado a estabelecer a não distinção de sexo para o exercício do voto.

A inscrição eleitoral de Celina repercutiu mundialmente, por se tratar não só da primeira eleitora do Brasil como também da América Latina. O Artigo 77 das Disposições Gerais do Capítulo XII da referida lei determinava: *“No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distincção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.”*[146]

Celina Guimarães foi uma professora brasileira e primeira eleitora de que se tem registro oficial no Brasil, ao votar em 5 de abril de 1928 na cidade de Mossoró. Em decorrência da lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, o Rio Grande do Norte ao regular o Serviço Eleitoral no Estado, foi pioneiro nessa conquista de ampliação à direitos eleitorais, estabelecendo que não haveria mais distinção de sexo para o exercício do sufrágio.

As mulheres no Rio Grande do Norte não estavam totalmente inseridas no contexto nacional de reivindicações por igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas também não estavam afastadas desse processo. A tomada de consciência ocorreu quando as mulheres potiguares se tornaram pioneiras da conquista do direito de poderem votar e serem votadas para cargos públicos eletivos.

---

[146] Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927. Disponível impressa no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Livro de Leis e Decretos, 1927 e digitalizado no sítio do Centro de Memória da Justiça Eleitoral Professor Tarcísio Medeiros: <http://www.tre-rn.gov.br>.

Figura 6: Celina Guimarães Vianna

Fonte: Fonte: Augusto (1999)

As eleitoras compareceram às eleições de 5 de abril de 1928, mas seus votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Senado. Somente com o Código Eleitoral de 1932, é que o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo poderia votar efetivamente.

> No mesmo ano de 1927, de acordo com a professora Maria do Nascimento Bezerra, um mês após a publicação da Lei nº 660, na cidade de Mossoró, a professora Celina Guimarães Viana, aos 29 anos de idade, "[...] após encaminhar bem-sucedida petição reivindicando sua inclusão no rol de eleitores [...]" daquele município, tornou-se a primeira mulher habilitada a votar na América do Sul. Mas Celina Guimarães não foi a única a solicitar o direito a voto no Rio Grande do Norte naquele ano. Júlia Alves Barbosa, em Natal, fez a solicitação no mesmo dia que Celina, 27 de novembro, e teve o pedido atendido dois dias depois, enquanto o desta foi atendido no mesmo dia.[147]

Apesar de ter seu nome marcado na história, no que concerne ao fato de ter se tornado notória pelo feito, Celina Guimarães afirmou:

> Eu não fiz nada! Tudo foi obra de meu marido, que empolgou-se na campanha de participação da mulher na política brasileira e, para ser coerente, começou com a dele, levando meu nome de roldão. Jamais pude pensar que, assinando aquela inscrição eleitoral, o meu nome entraria para a história. E aí estão os livros e os jornais exaltando a minha atitude. O livro de João Batista Cascudo Rodrigues - A Mulher Brasileira - Direitos Políticos e

[147] Tribunal Regional Eleitoral – RN. Os 80 anos do voto de saias no Brasil – TER-RN. Disponível em: <https://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>. Acessado em: 07/11/2022.

> Civis - colocou-me nas alturas. Até o cartório de Mossoró, onde me alistei, botou uma placa rememorando o acontecimento. Sou grata a tudo isso que devo exclusivamente ao meu saudoso marido.[148]

Apesar da iniciativa não ter partido da própria Celina, seu nome permanece marcado na história como a primeira eleitora da América Latina, e essa história é mais um dos eventos que são rememorados anualmente por meio do espetáculo Alto da Liberdade promovido pela Prefeitura de Mossoró no mês de setembro.

4.7 “TERRA DO SAL”: A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE SALINEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MOSSORÓ

Ao longo do século XX, a produção e a expansão do espaço urbano de Mossoró, antes relacionadas com as agroindústrias, passaram a estar intimamente vinculadas aos processos de uso e de ocupação do solo urbano, decorrentes da lógica e da dinâmica do mercado imobiliário, financeiro, e da aquisição de bens e de serviços locais. Durante esse período, recebem destaques o setor salineiro, o agrícola e o petrolífero que passam a apresentar avanços na economia municipal e, consequentemente, promovem configurações espaciais na cidade.[149]

> Dentre os segmentos que se destacam no processo produtivo, cujos reflexos vão ser percebidos na expansão urbana de Mossoró, ressalta-se a produção de sal marinho, uma economia que vai participar das dinâmicas da fundação da cidade e que, mesmo com as suas crises sucessivas de mercado, de modernização, que trouxe como consequência alto número de desempregados nesse setor, ainda guarda uma sintonia muito forte com a cidade.[150]

Em Mossoró, a atividade industrial que mais empregava até à década de 70 era a salineira. Atualmente, o Estado do Rio Grande do Norte continua sendo o maior produtor de sal marinho do Brasil, representando 95,9% da produção nacional, tendo como os três maiores produtores as cidades de Macau contribuído com 1.744 mil t

---

[148] NASCIMENTO, Geraldo Maia do. **Celina Guimarães e os 80 anos da primeira concessão do voto feminino.** Disponível em: <http://www2.uol.com.br/omossoroense/251007/conteudo/cotidiano.htm>. Acessado em: 22/09/2022.
[149] ROCHA. p. 57.
[150] Idem. p. 59.

(39,3%), seguido de Mossoró com 1.278 mil t (28,8%) e Areia Branca com 704 mil t (15,9%).[151]

4.8 O “OURO NEGRO” EM MOSSORÓ: A HISTÓRIA DA DESCOBERTA DO PETRÓLEO NA REGIÃO OESTE POTIGUAR

No Rio Grande do Norte, as atividades petrolíferas - que receberão um destaque maior nesse trabalho, por possuir um Museu do Petróleo em Mossoró - iniciaram os trabalhos de prospecção/sondagem, com o objetivo de averiguar as possibilidades de exploração petrolífera na região, devida a constatação de vestígios betuminosos na região oeste potiguar.

No ano de 2004 a cidade de Mossoró/RN completou 25 anos da descoberta de petróleo em quantidades comerciais em suas terras. Aproveitando essa data, a Petrobrás resolveu então publicar uma revista comemorativa contando um pouco dessa história, onde é apontado que o primeiro registro de ocorrências de indícios de petróleo no Brasil ocorreu em Mossoró em 1852.[152]

O responsável por esse registro foi o padre Florêncio Gomes de Oliveira que constatou presença de uma substância betuminosa inflamável em boa quantidade. Sabedor do potencial de sua descoberta, o padre Florêncio – considerado pela Petrobrás o pioneiro do petróleo no Brasil – convidou o médico nacionalista Louis Jacques Brunet, por meio de uma carta enviada em 22 de fevereiro de 1854 a visitar as terras do Rio Grande do Norte, a fim de averiguar a área em que se tinha “coalhado, em alguns anos, uma substância betuminosa, inflamável, e de boa luz, semelhante a cera”[153] em grande quantidade. Ao analisar os arquivos daquela época, não foram encontrados registros de uma possível visita, sendo, portanto, Florêncio Gomes de Oliveira ignorado.

56 anos após os primeiros indícios apontados, o jornal O Mossoroense registrou no dia 09 de fevereiro de 1908 a descoberta de elaterita, um mineral que

---

[151] COSTA, Jorge Luiz da. **DNPM-RN:** Sal. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2001/sal_revisado.pdf>. Acessado em: 25/09/2022.

[152] PETROBRÁS. **Bacia Potiguar:** 25 anos de exploração terrestre de petróleo na Bacia Potiguar. 2004.

[153] ROSADO, Vingt-Un. **Minhas memórias do petróleo mossoroense (1853-2000).** Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. 2008. p. 36-37.

consiste em uma resina elástica marrom-escura, que ocorre em forma de massas moles, flexíveis; também chamado betume elástico no açude de Caraúbas/RN, na qual poderia ser utilizada na iluminação de Mossoró, reforçando os indícios da existência de petróleo na região.[154]

Os primeiros estudos foram realizados na localidade de Gangorra no município de Grossos, em janeiro de 1956. Três meses depois, é aberto o primeiro poço (G-1 RN). As pesquisas deram sinais positivos da existência de óleo e gás, embora o volume não fosse comercial para aquele momento.

A grande expectativa criada por parte da população local, de certa forma não resultou no que todos ansiavam. Passados dois anos depois do envio de equipes da Petrobrás ao núcleo de Gangorra, as publicações do jornal *O Mossoroense* passam a noticiar sobre o petróleo mossoroense com um sentimento de decepção e revolta, com críticas à Petrobrás, que fez toda a pesquisa nas áreas propícias à produção com que confirmam a existência do petróleo naquele subsolo, mas desistem da área por não ver o óleo jorrar logo em sua primeira perfuração, partindo para outros locais.

O jornalista Rafael Negreiro informou que após uma única tentativa da Petrobrás no poço GI-RN, toda a equipe de pesquisa foi encaminhada para a cidade de Macau, onde aconteceu a mesma situação de Grossos, onde foram realizadas pesquisas, criaram expectativas, pelo fato do petróleo não jorrar de imediato, sua equipe foi transferida para outro local bem mais distante, no Estado do Maranhão, onde o mesmo aponta que isso aconteceu possivelmente por influências de deputados maranhenses, pois aquela mesma equipe ainda planejava perfurar áreas próximas a Areia Branca. Sem esclarecer o motivo, decidem sair do Estado.[155]

Somente no ano de 1979 que a Petrobrás anunciou a descoberta do primeiro poço petrolífero que podiam ser explorados comercialmente na cidade de Mossoró, e sua descoberta aconteceu de uma maneira que seguia a tradição da história do petróleo daquela região desde os anos de 1852, ou seja, de maneira inusitada. Com o desejo de construir na cidade, um grande hotel para dar apoio ao setor turístico da região oeste potiguar, além de possuir um atrativo diferente, piscinas termais, abastecidas com águas quentes de poços profundos perfurados naquela região, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte decide construir o Hotel Thermas em Mossoró.

---

[154] ROSADO. 2008. p. 128.
[155] O Fracasso da Petrobrás. Jornal O Mossoroense, 10/01/1957, p.3.

A perfuração do poço para captação das águas termais fica sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento Mineral do Rio Grande do Norte (CDM/RN), que consciente dos problemas constantes de contaminação de óleo que a CAERN enfrentava quando iria perfurar algum poço na região, tomaram medidas preventivas que pudessem fazer a perfuração das águas termais, sem sofrer problemas de contaminação.

O Hotel Thermas, ficou pronto em 1979. Com sua data de inauguração definida, acontece o que ninguém estava esperando, as piscinas são contaminadas com óleo, fazendo com que a abertura do empreendimento tivesse sido remarcada por três vezes, devido o mesmo motivo.

Foi constatado então, pelo engenheiro potiguar Francisco de Assis Melo que o óleo que estava contaminando as piscinas do Hotel Thermas tinha sua origem de uma área bem mais profunda do que aquela que a Petrobrás teria encontrado poucos vestígios de óleo ainda na década de 1950. Era comprovado que o subsolo de Mossoró possuía petróleo em quantidades que pudesse ser comercializado. Os diagnósticos que haviam sido feitos pelas equipes de perfuração da empresa desde o poço pioneiro em Gangorra, entendiam que a cidade possuía petróleo, mas não em uma quantidade que justificasse os investimentos da estatal.

A Petrobrás naquele momento não estava investindo como antes em perfurações terrestres no Brasil, seus olhos estavam voltados para a plataforma continental e suas reservas marinhas, além das explorações que estavam acontecendo no exterior, vivia-se a fase de expansão e internacionalização da Petrobrás. Portanto, a descoberta do petróleo em Mossoró no dia 29 de dezembro de 1979 não foi pela Petrobrás, mas sim através de investimentos estaduais.[156]

A partir da década de 1980, a cidade de Mossoró já contava com as instalações da Petrobras em seu território para exploração de petróleo e gás natural na Bacia Potiguar. Consequentemente, várias outras empresas prestadoras de serviços no ramo petrolífero também chegaram à cidade, motivadas pelo início e intensificação das atividades exploratórias, o que acabou gerando uma grande quantidade de postos de trabalho que passaram a ser ocupadas pela população local e trabalhadores desse ramo que vinham de outras partes do país e do mundo.

---

[156] FREITAS, Marcos Daniel Rosa de. **O "OURO NEGRO" DO SERTÃO POTIGUAR:** a história da descoberta do petróleo em Mossoró (1852-1979). ENACEI/SEMAPED. UERN. Mossoró, RN. 2019. p. 143-144.

Mossoró então, passou a a ser vista como uma região de oportunidades trabalhistas, tendo que conviver com uma constante pressão de oferta de postos de trabalho, como consequencia da atração de um considerável número de pequenas, médias e grandes empresas, cuja instalação e funcionamento foram efetivados mediante o processo de terceirização.[157]

A Bacia Potiguar chegou a ser a maior em produção terrestre do Brasil, onde o município de Mossoró era o que apresenta o maior número de poços em produção do Estado. Em 2017, a Petrobrás divulgou um levantamente em que a Bacia Potiguar figura em 5° lugar entre as maiores produtoras de petróleo em exploração terrestre, ficando atrás de Alagoas (AL), Camamu-Almada (BA), Espírito Santo-Mucuri (ES/BA) e Parnaíba (MA/PI).[158]

4.9 PRINCIPAIS EVENTOS DO MUNICÍPIO: AUTO DA LIBERDADE E MOSSORÓ CIDADE JUNINA

4.9.1 Auto da Liberdade

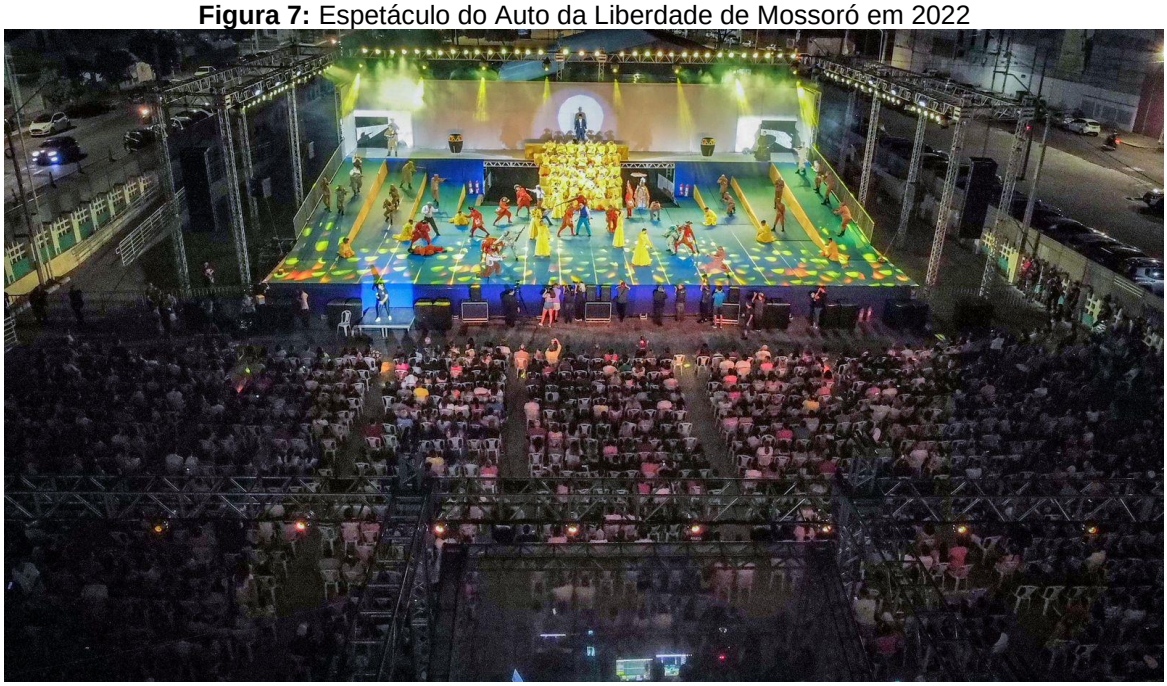
Anualmente é celebrado o Auto da Liberdade (Figura 7), espetáculo a céu aberto que narra os atos históricos e libertários de Mossoró. Ocorre nos dias que precedem o 30 de setembro, celebrando os quatro fatos que remontam ao pioneirismo da cidade em questão: a expulsão do cangaceiro Lampião e seu bando da cidade de Mossoró pela população local; a primeira cidade do país a libertar os seus escravos em 30 de setembro de 1983; o primeiro voto feminino da América Latina pela mossoroense Celina Guimarães e o Motim das Mulheres, que foi um movimento contra o alistamento obrigatório dos jovens na cidade após a Guerra do Paraguai.

Esses fatos são encenados, através de um espetáculo teatral, que desde 1998 vem ganhando conotações de festa popular, que além de divertir a população tem também a função didática de ensinar a história de Mossoró, fazendo com que sua população valorize seu passado e sua memória.

---

[157] ROCHA. p. 100.
[158] MENDES, André Pompeo do Amaral. **Produção de Petróleo Terrestre no Brasil.** Petróleo & Gás. BNDES Set., Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 215-264, mar. 2019.

Figura 7: Espetáculo do Auto da Liberdade de Mossoró em 2022



Fonte: DUARTE (2022)

O evento é promovido pelo poder público municipal. O espetáculo geralmente acontece na Estação das Artes Eliseu Ventania, antiga estação ferroviária da cidade, com acesso gratuito para a população local e turistas. Um momento que além de rememorar eventos importantes da história de Mossoró, promove atividades culturais valorizando artistas locais. Atualmente a programação cultural em comemoração ao dia 30 de setembro, que é feriado municipal, termina com o Cortejo da Liberdade, um desfile cívico, militar, cultural e comemorativo realizado na avenida Rio Branco, no centro da cidade.

4.9.2 Mossoró Cidade Junina

Em 22 de maio de 1997 foi criada a primeira edição do Mossoró Cidade Junina, idealizado pela prefeita Rosalba Ciarlini, à época, em sua segunda gestão. O evento ocorre na Estação das Artes Eliseu Ventania, que ao longo do tempo, recebeu inúmeros artistas da música brasileira de projeção nacional e internacional, além de valorizar os músicos locais. O Mossoró Cidade Junina (Figura 8) se tornou um dos grandes eventos nacionais, chegando a ser considerado por muito tempo, como um

dos três mais importantes eventos juninos do país, ao lado do São João de Campina Grande (PB) e Caruaru (PE).

Figura 8: Show do Mossoró Cidade Junina na Estação das Artes em 2022

Fonte: MOSSORÓ HOJE (2022)

O evento aquece a economia da cidade em vários setores: comércio, hotelaria, gastronomia e trabalhadores informais, que tem uma renda extra no período da festa. Além dos shows de música, o evento conta com campeonatos de quadrilhas juninas, feiras de artesanato, comidas típicas e muitos outros atrativos, entre eles, o espetáculo teatral *Chuva de Balas no País de Mossoró* (Figura 9).

Figura 9: Espetáculo Chuva de Balas no País de Mossoró em 2022

Fonte: COMUNICAÇÃO (2018)

O Espetáculo teatral *Chuva de Balas no País de Mossoró,* peça teatral pública, conta a história da resistência da cidade ao bando do cangaceiro lampião, que aconteceu em junho de 1927, mostrando desde a preparação da resistência da cidade até a prisão e morte do cangaceiro Jararaca. No adro da Capela de São Vicente, um dos palcos do confronto, a história é contada pelo elenco que faz parte da encenação, atraindo centenas de pessoas.

A Prefeitura de Mossoró é a responsável pela organização da festa desde a década de 1970, quando se comemorou o cinquentenário da resistência, mas essas comemorações foram interrompidas e só retomaram no final do século XX.[159] No ano de 2022 ocorreu a 25ª edição do Mossoró Cidade Junina, ano em que o espetáculo completou 20 anos. A invasão do bando de Lampião a cidade de Mossoró, por sua vez, completou 95 anos no dia 13 de junho.

[159] FALCÃO, Marcílio Lima. **JARARACA:** memória e esquecimento nas narrativas dobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró. Mossoró: UERN, 2013. p. 18.

5 PRODUTO PEDAGÓGICO: UMA CARTILHA PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MOSSORÓ/RN

Além de discutirmos e enfatizarmos a importância e as possibilidades que podem ser proporcionadas pela educação patrimonial no ensino básico, essa pesquisa tem também como pretensão poder contribuir de forma prática com a produção de um material pedagógico enquanto sugestão, para que com isso, ajude profissionais da área de educação patrimonial e professores, sobretudo de história, podendo promover uma maior aproximação entre o espaço educacional tido como tradicional, que são as escolas, e os lugares de memória que estão presentes na cidade de Mossoró/RN.

Analisando experiências e produtos pedagógicos que já foram desenvolvidos em projetos de outras cidades, surgiu a ideia de confeccionar uma cartilha que aborde conceitos fundamentais na área da educação patrimonial e história da cidade de Mossoró/RN, fazendo com que o aluno possa compreender a importância daquela atividade estar sendo colocada em prática por seu professor. É importante que essa discussão de cunho teórico seja feita de forma sucinta, na introdução da cartilha, para que possa ser compreendido por todos os envolvidos na aula, tanto alunos como professores de suas respectivas séries.

Em seguida, durante as demais páginas dessa cartilha, apontar aspectos culturais, econômicos e históricos da cidade de Mossoró/RN, e finalmente em suas últimas páginas, apresentar um roteiro que sirva de guia para visitação aos principais lugares de memória do município, haja vista que esses espaços são constantemente esquecidos por gestões políticas municipais e estaduais, resultando no já abordado distanciamento existente entre as escolas e esses espaços, perpetuando uma lacuna que deveria ser preenchida pela educação patrimonial e o ensino de história local como orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para a confecção dessa cartilha, faz-se necessário a utilização de recortes e citações de textos da área de educação patrimonial e ensino de história local, tendo sempre como suporte outros trabalhos que já confeccionaram esse tipo de produto em outras cidades, como é o caso de Aracati/CE, que produziu uma cartilha (Figura 10) abordando os principais lugares de memória da cidade que fazem parte de seu patrimônio histórico material.

Figura 10: Capa e uma das páginas da cartilha “Construindo Aracati”.

Um passeio por
Aracati
edições
demócrito rocha
Casa de
Câmara
e Cadeia
A construção desse prédio começou no século XVIII, em 1779. Foi um dos primeiros prédios a serem construídos no Ceará. Ele passou por tantas mudanças que alteraram seu modelo original. Mesmo assim, ainda é possível observar os detalhes do prédio, principalmente a fachada, as torres e os desenhos das janelas com suas molduras em arco abatido e os balcões com grandes de ferro. Ali funcionou a Cadeia Pública de Aracati. Desse tempo, onde havia as celas, ainda existem os armadores de rede com o desenho em argola. O Paço Municipal também funcionou no prédio.
ESTE FOI UM DOS PRIMEIROS PRÉDIOS A SEREM CONSTRUÍDOS NO CEARÁ.
Praça da
Independência
A Praça da Independência é um dos principais monumentos de Aracati do século XX. Foi inaugurado por causa do centenário da Proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1922. O monumento tem cinco metros de altura e um pedestal que tem a inscrição: Libertas quae sera tamem (Liberdade ainda que tardia), frase que ficou conhecida pelo Movimento da Inconfidência Mineira.

Fonte: Acervo do autor (2022)

Ao falar especificamente sobre Mossoró e seus respectivos espaços de memória, serão analisados textos produzidos por pesquisadores que trabalharam com esse recorte espacial, podendo ser utilizado também fontes iconográficas para um exercício de comparação das temporalidades para todos que visitem esses espaços.

A ideia é reservar um espaço na cartilha em que possam ser apresentadas fotos de como era a cidade de Mossoró no período em que os principais eventos históricos ocorreram, e como a mesma se encontra hoje, com o passar dos anos. Por meio da observação desses registros, desenvolver uma atividade de análise e comparação com o objetivo de despertar nos alunos a problematização de como as ações do poder público e da população local contribuíram ou não para a preservação da história da cidade.

Nessa cartilha, pretende-se abordar os lugares de memória na cidade de Mossoró, seus aspectos culturais, econômicos e históricos da segunda maior cidade do Estado do Rio Grande do Norte. Serão inseridos nesse roteiro a Estação Ferroviária Eliseu Ventania[160], conhecida por Estação das Artes (Figura 11), lugar que

[160] A antiga estação ferroviária de Mossoró que esteve ativa durante os anos 1915-1989 atualmente é um espaço aberto que recebe eventos festivos e comerciais e recebe o nome de Elizeu Ventania, conhecido como “O Rei da Canção”. Elizeu Elias da Silva (Elizeu Ventania), nasceu em Martins/RN, em 20 de julho de 1924. Começou a trilhar o caminho da poesia em 1942, tendo participado de vários programas de rádios, festivais de violeiros em todo o Nordeste, chegando a gravar dois LPs de canções

hoje é realizado o Mossoró Cidade Junina, mas que durante os anos de 1915 à 1989 funcionou como estação ferroviária da cidade, contribuindo para o escoamento de produtos que eram produzidos em Mossoró e toda a região oeste potiguar.

Figura 11: Estação das Artes Elizeu Ventania

Fonte: DUARTE (2022)

É no prédio da Estação das Artes que fica sediado também o Museu do Petróleo (Figura 12), feito pela Petrobrás com o objetivo de narrar a história da luta dos mossoroenses na busca pelo “ouro preto” em suas terras, chegando a ser descoberto em 1979 no lugar em que hoje fica sediado o Hotel Thermas de Mossoró.

Mossoró já chegou a ser, durante as décadas de 1990 e início de 2010, a maior produtora de petróleo em atividades terrestre no Brasil, fato que acabou alimentando, por meio da construção do imaginário popular e também de propagandas de governos, boas expectativas de moradores da cidade por muitos anos em relação à geração de empregos, melhorias econômicas que a atividade petrolífera poderia trazer para Mossoró e os mossoroenses, influenciando na formação escolar de crianças, adolescentes e adultos que tinham pretensões em trabalhar na área.

---

de sua autoria, além de um LP com vários estilos de cantoria improvisada, se tornando uma das maiores expressões da cultura do homem do campo em todo o Nordeste brasileiro.

Figura 12: Museu do Petróleo

Fonte: COMUNICAÇÃO (2019)

Ao trabalhar a história de Mossoró, não podemos deixar de abordar a invasão do bando de Lampião no ano de 1927, quando os mossoroenses resistiram às ameaças dos cangaceiros e com suas armas e barricadas montadas no centro da cidade conseguiram expulsar Virgulino Ferreira e seus capangas, chegando inclusive a atingir, prender e assassinar um dos principais aliados de Lampião, o cangaceiro Jararaca, que foi sepultado na cidade de Mossoró.

Figura 13: Museu Histórico Lauro da Escóssia

Fonte: SEVERIANO (2021)

Então, para trabalhar essa temática, pretende-se inserir na cartilha o Museu Histórico Lauro da Escóssia (Figura 13), o Memorial da Resistência (Figura 14), a Igreja de São Vicente (Figura 15) e a antiga casa do prefeito, onde hoje funciona a sede da Prefeitura Municipal de Mossoró, também conhecido como “Palácio da Resistência” (Figura 16).

Figura 14: Memorial da Resistência

Fonte: SEVERIANO (2021)

O Museu Histórico Lauro da Escóssia e o Memorial da Resistência são os principais lugares de memória da cidade que abordam sobre a resistência aos cangaceiros em 1927. Tratam-se de importantes espaços de divulgação de uma memória oficial sobre esse evento histórico. No espaço do Museu, existe uma extensa documentação jornalística sobre a invasão, além disso, o espaço é onde na época funcionava a antiga Cadeia Municipal, local onde o cangaceiro Jararaca ficou preso entre os dias 13 e 19 de junho de 1927.[161]

> As questões relacionadas à abrangência, à forma de organização do acervo, ao papel social do museu e sua transformação em lugar de memória fez do Museu Histórico Municipal de Mossoró um lugar de fabricação e reprodução da memória da resistência ao bando de Lampião.[162]

O Memorial da Resistência conta com detalhes sobre a invasão do bando de Lampião em Mossoró, abordando questões políticas, econômicas e culturais da região, além de explanar sobre o que foi o cangaço na primeira metade do século XX no sertão brasileiro. Sua construção tinha como objetivo, torna-lo um monumento comemorativo, que promovesse a circulação da memória sobre a resistência mossoroense aos cangaceiros.

A obra foi articulada dentro de um projeto de urbanização que estava sendo empreendido no centro da cidade pela prefeitura chamado de “Corredor Cultural”, que

[161] FALCÃO. p. 24.
[162] Idem. p. 99.

além do Memorial, conta também com praças de esportes e eventos, Teatro Municipal Dix-Huit Rosado e Estação das Artes Elizeu Ventania.

Figura 15: Igreja de São Vicente

Fonte: VALE (2019)

A Igreja de São Vicente, inaugurada em 1919, e a antiga casa do prefeito, atual “Palácio da Resistência”, foram palcos do conflito. Nas paredes da igreja ainda é possível visualizar os lugares em que os tiros atingiram a construção religiosa da cidade, enquanto a casa do prefeito serviu de lugar estratégico para o confronto, com a visão privilegiada da parte superior da residência, além das barricadas montadas à frente da casa, protegendo os chamados resistentes, responsáveis por expulsar o bando de Lampião na cidade de Mossoró.

Figura 16: Palácio da Resistência (Sede da Prefeitura de Mossoró)

Fonte: PERSALI (2022)

O Cemitério São Sebastião (Figura 17), localizado no centro da cidade é também um lugar de memória referente ao ataque do bando de Lampião em Mossoró, pois é lá onde está sepultado os restos mortais do cangaceiro Jararaca (Figura 18), que fora atingido, preso e assassinado pelos policiais de Mossoró.

O assassinato e o sepultamento daquele cangaceiro feito pelas mãos de mossoroenses tinha como objetivo criar um desfecho para a história que posteriormente iria contribuir na construção do imaginário de Mossoró como uma cidade de resistência. Até hoje seu túmulo é um lugar que atrai milhares de pessoas, principalmente durante o dia 02 de novembro (Dia de Finados), pois foi construída uma narrativa sobre o cangaceiro enquanto uma pessoa de resistência que enfrentava todas as injustiças e desigualdades presentes no sertão nordestino durante a primeira metade do século XX.

Figura 17: Cemitério São Sebastião

Fonte: INTER TV (2020)

O túmulo do cangaceiro aparece anualmente nos veículos de imprensa municipais como lugar de visitação durante o feriado de finados. De acordo com Marcílio Lima Falcão:

> Sua imagem não é mais apresentada como de um cangaceiro frio e cruel, mas como um dos “santos cultuados em cemitério”, que carrega o peso de ter sido bandido, porém as particularidades sobre sua morte são retomadas nas narrativas nas décadas de 1950 a 1970.[163]

[163] FALCÃO. p. 43.

Figura 18: Túmulo de Jararaca

Fonte: INTER TV (2022)

Outras temáticas presentes na história de Mossoró que não podem ser ignoradas é a abolição da escravidão, o Motim das Mulheres e o primeiro voto feminino. Grupos que faziam parte da elite política e intelectual, como a família Rosado, antiga oligarquia que governou a cidade por muitos anos e que ainda hoje membros dessa mesma família se fazem presentes no cenário político do município e do estado do Rio Grande do Norte, passaram a defender o discurso que Mossoró foi o primeiro município brasileiro a acabar com a escravidão no Brasil no dia 30 de setembro de 1883, enquanto a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel abolindo a escravidão do Brasil só fora feita em 1888.

Além disso, esses mesmos grupos pregam também o discurso de pioneirismo do voto feminino no Brasil. A professora Celina Guimarães Viana é considerada a primeira eleitora brasileira por ter votado no dia 5 de abril de 1928, enquanto o voto feminino só fora instituído no ano de 1932 durante governo de Getúlio Vargas, modificando o Código Eleitoral Brasileiro. Para abordar sobre essas temáticas, apontamos novamente o Museu Municipal Lauro da Escóssia, espaço que aborda vários outros assuntos da história de Mossoró, expondo aos seus visitantes detalhes de como ocorreram o processo abolicionista na cidade, o Motim das Mulheres, o pioneirismo do voto feminino, a resistência ao bando de Lampião, entre outros eventos importantes da cidade.

Acreditamos que com a visitação dos lugares de memória aqui citados, acompanhados por professores, utilizando a cartilha sugerida, os alunos vão poder

perceber o processo histórico da cidade na qual são residentes, ou estão visitando, no caso de turmas que venham de outras cidades, e a partir disso, poder compreender quais foram os fatores que acabaram contribuindo na construção da sociedade em que eles estão inseridos, conhecendo os aspectos históricos, econômicos e culturais que marcaram o passado e ainda marcam o presente na cidade de Mossoró.

Com o objetivo de otimizar o tempo durante as visitações aos lugares de memória sugeridos, a cartilha poderá trazer ao longo de suas páginas, o mapa da cidade e os lugares de cada um dos pontos a serem visitados, apresentando rotas que facilitem o translado de alunos e professores durante a atividade, haja vista que se tratam de lugares próximos uns dos outros, todos eles localizados no centro da cidade.

Figura 19: Sugestão de rota para visitas

Fonte: Acervo do autor (2022)

Como sugestão de rota para visitações, o passeio/aula poderia ser iniciado no Memorial da Resistência, localizado na Avenida Rio Branco, logo depois a turma se dirigiria para a Igreja São Vicente e Palácio da Resistência que ficam bem próximos ao ponto 1, ambos na Avenida Alberto Maranhão. Em seguida, poderiam ir ao

Cemitério São Sebastião visitar o túmulo do cangaceiro Jararaca, abordando assim todas as etapas da invasão do bando de Lampião e da resistência mossoroense no ano de 1927. Saindo do cemitério, os visitantes iriam para o ponto 5, onde fica a Estação das Artes Elizeu Ventania e o Museu do Petróleo, lugares de fundamental importância para entender o desenvolvimento econômico de Mossoró principalmente no período entre século XX-XXI, por meio da história da antiga estação ferroviária da cidade e da descoberta do petróleo em Mossoró. O último local a ser visitado, seria o Museu Lauro da Escóssia, pelo fato desse ser o lugar de memória mais afastado geograficamente dos demais. Além disso, um outro motivo que justifica tornar esse ponto como o desfecho da rota, seria o de que por meio de seu acervo, os visitantes poderiam conhecer e problematizar todos os eventos históricos abordados aqui nesse trabalho: Motim das Mulheres, Abolição da Escravidão, Invasão de Lampião, Conquista do Voto Feminino, entre outros eventos históricos da cidade.

A partir da produção da cartilha aqui sugerida, abre-se a possibilidade de atender a orientação da Base Nacional Comum Curricular que cita a utilização da Educação Patrimonial enquanto prática pedagógica para a formação crítica de cidadãos no Brasil a partir do ensino fundamental.

> Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos.[164]

A relação do ensino de história com a educação patrimonial, portanto, é de suma importância para que desde o ensino fundamental os alunos possam identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados, e posteriormente promover momentos em que esses discentes possam analisar mudanças, permanências e consequências por meio desses espaços.

[164] BRASIL. 2017. p. 404.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que trabalhar com a história é uma tarefa que exige comprometimento daqueles que se submetem para tal. E no caso específico do professor da rede básica de ensino, essa função acaba tendo algumas particularidades que acabam exigindo cada vez mais empenho por parte do historiador que não quer ser visto como um professor que não possua interesse em abordar as diversas possibilidades metodológicas do ensino de história, e sim um profissional que busca levar para os seus alunos uma prática de ensino que estimule o pensar crítico, que se percebam enquanto agentes históricos e ativos na sociedade na qual estão inseridos. Vimos que para isso ser alcançado, é preciso preparo, planejamento, prática, repetições, efetuar a relação da teoria da história com a metodologia de ensino. A partir disso, vemos o quão é importante que o professor evite a distância da academia, das produções e dos eventos acadêmicos.

Aqui trabalhamos com a ideia do professor artesão, que busca produzir de acordo com as ferramentas disponíveis e coloca sua particularidade em cada atividade desenvolvida, onde aqui especificamos como proposta a Educação Patrimonial, o estudo da história local e a problematização das construções de memória. Atividades que podem instigar alunos a problematizar conceitos fundamentais para a compreensão de determinados eventos históricos, possibilitando discussões teóricas no ambiente escolar envolvendo professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem, podendo dessa forma criar condições para facilitar a efetivação da formação crítica cidadã.

Ao longo do trabalho foram abordados diversos conceitos importantes que possam contribuir para esse objetivo da BNCC, que é o de tornar alunos em cidadãos críticos, atuantes na sociedade, que entendam de que forma as narrativas que o rodeia foram criadas ao longo do tempo e se perpetuam até os dias atuais. Antes de falarmos especificamente sobre a história de Mossoró a partir das principais narrativas existentes e de maior impacto para a sociedade comum, foram feitas várias análises sobre Educação Patrimonial, Ensino de História, História Local, Consciência Crítica, Memória, Lugares de Memória, entre outros.

Esse trabalho traz como proposta de produto pedagógico um produto viável de execução, que de forma otimista, pode-se imaginar sua execução em um futuro não tão distante, e que a partir do incentivo dessas visitas aos principais lugares de

memória de Mossoró, isso acabe contribuindo para uma maior valorização do patrimônio histórico por parte da população local. Que passem a ver lugares como o Memorial da Resistência, a Estação das Artes, o Museu Histórico Lauro da Escóssia e entendam a importância desses espaços não só para o objetivo estético-arquitetônico da cidade, como um objetivo a ser utilizado por alguma gestão política específica, mas sim como um espaço de memória, um lugar que traz um pouco da identidade local da cidade, e que precisa ser preservado, visitado, questionado, problematizado, enfim, espaços que precisam ser vividos pela sociedade como um todo.

Esse trabalho, além de buscar gerar possíveis contribuições para outros pesquisadores que decidem trabalhar com essa relação entre Ensino de História e Educação Patrimonial, tem como objetivo primordial poder de alguma forma despertar o interesse por parte dos indivíduos que fazem parte da sociedade nos lugares de memória da cidade. Além disso, ajudar professores que sempre tiveram o desejo de levar seus alunos até o centro da cidade de Mossoró e desenvolver uma atividade com uma outra didática além daquela que é desenvolvida diariamente no tradicional ambiente escolar, mas que muitas vezes acaba se tornando inviável devido as várias dificuldades que surgem para a execução de tal.

A realidade do professor da educação básica de ensino é cercada por várias dificuldades, por muitos prazos, metas e objetivos, onde muitas vezes falta tempo e energia para que uma atividade de aula de campo, visitando os lugares de memória da cidade, que muitas vezes consegue atrair a atenção daquele aluno disperso, desinteressado, que não entenda a importância de estudar história para a sua vida, aconteça.

Mossoró, além de várias outras cidades de nosso país, apresentam diversas possibilidades para o desenvolvimento de metodologias envolvendo Educação Patrimonial e Ensino de História, porém, muitas vezes a falta de um recurso pedagógico que oriente professores e alunos se torna um grande obstáculo para a execução desse momento, e acabe contribuindo para que esse tipo de atividade raramente, ou até mesmo nunca aconteça ao longo da carreira docente de um professor ou vida escolar de um aluno de ensino básico.

Diante de tudo que foi exposto até aqui, pode-se concluir que esse trabalho é uma das várias tentativas existentes de buscar proporcionar um ensino de história que desperte o interesse de alunos, que os ajudem a se tornarem cidadãos críticos, que

questionam discursos, que problematizem as narrativas, que tentem entender em que contextos estão inseridos e de que forma esses contextos foram criados, por meio de quais indivíduos e situações, contribuindo para uma formação integral e crítica tão necessária ao desenvolvimento desses estudantes enquanto seres humanos e cidadãos que se apropriam dos conhecimentos historicamente acumulados, refletindo e se sentindo capazes de intervir na sociedade a fim de torná-la mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos:** novos ensaios de teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

_____. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** Recife: Cortez, 1999.

ALVES, Luís Alberto Marques. **A história local como estratégia para o ensino da história.** Porto: Universidade do Porto, 2014. Disponível em: < https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8786/2/4880.pdf >. Acesso em: 15/01/2022.

ARYANA, Costa. História Local. In: FERREIRA, Margarida Maria Dias de Oliveira. **Dicionário de ensino de história.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 132-136.

BARROS, Carlos Henrique Farias. **O ensino de história, memória e história local.** Criar Educação. Revista do Programa de Pós-graduação em Educação UNESC, v. 2. 2013.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Ensino de História**: conteúdos e conceitos básicos. In. KARNAL, Leandro (Org). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1997.

BRAZ, Márcia Ivo; HOLANDA, Cínthia Maria Silva de; FERREIRA, Marilucy da Silva. **O documento e os lugares de memória**: protagonistas na perpetuação da memória social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Velôso. A difícil arte de ensinar e fazer história. In FLORES, Elio Chaves; BEHAR, Regina (orgs.). **A Formação do Historiador**: tradições e descobertas. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Memória e Sociedade. Miraflores: DIFEL. 2º ed. 2002.

COSTA, Bruno. **Mossoró:** a cidade como região. Revista Especialidades[online]. 2011, v.4, n.3.

FALCÃO, Marcílio Lima. **Jararaca**: Memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró. Mossoró: UERN, 2013.

FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re)invenção do lugar**: os Rosados e o "país de Mossoró". João Pessoa, PB: Grafset, 2001.

FERNANDES, Paula Rejane. **A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia**: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005. Vitória, 2014.

_____. Paula Rejane. **Rastros da memória, marcos de identidades**. Revista Sertões, Mossoró-RN, v.1, n. 1, p. 69-77, jan./jun. 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história.** – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed.rev.ampli. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. P.43.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25 ª ed. (1ª edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

HORTA, M.L.P. apud Berenice Corsetti, **Neoliberalismo, memória histórica e educação patrimonial.** Ciência & Letras, Porto Alegre, n.49-57, jan./jun.2000.

_____. M.L.P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuições a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Historiografia Brasileira Contemporânea**: a história em questão. Petrópolis: Vozes, 1981.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7° ed. Revista – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

NÓBREGA, Alessandro. **A Coleção Mossoroense e a construção dos mitos**: Dix-sept Rosado, o herói imolado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de pós-graduação em história e espaços. Natal, RN: 2007.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de/ DIAS, Margarida Maria Santos. **O ensino de História, a memória e o patrimônio cultural.** HISTÓRIA & ENSINO (UEL), v. 15, p. 119-130, 2009.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural**: Um Percurso Docente. 1 ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

PETROBRÁS. **Bacia Potiguar**: 25 anos de produção terrestre. Revista Comemorativa. 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, v.5, n.10, Rio de Janeiro: CP/DOC FGV, 1992.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ROSADO, Vingt-Un. **Minhas memórias do petróleo mossoroense (1853-2000)**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado. 2008.

TORRES, Raphael; MORAIS, Hélia. **Acervo e Memória**: os Rosados na Coleção Mossoroense. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH. Natal. 2013.

VIANA, I. S.; MELLO, J. S. B.. **Educação Patrimonial e Ensino de História**: diálogos. Encontros (Rio de Janeiro), v. 20, p. 49-62, 2013.

VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio cultural**: um conceito em construção. MÉTIS: história & cultura – v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008.

ZAMBONI, Ernesta. **O Ensino de História e a Construção da Identidade**. História-Série Argumento. São Paulo: SEE/Cenp, 1993.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação. 1955.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Evolução urbanística de Mossoró**. Mossoró: ESAM, 1975.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró**: período de 1980 a 2004. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CARVALHO, Sadraque Micael Alves de. **Um lugar (in)existente**: o “país de Mossoró” nas tramas da consciência histórica. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, Natal, 2012.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Evolução urbanística de Mossoró**. Mossoró: ESAM, 1975.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Evolução urbanística de Mossoró.** Mossoró: ESAM, 1975. p.9.

AUGUSTO, J. **A Mulher Potiguar – Cinco Séculos de Presença.** Natal-RN, Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine-CEPEJUL, Fundação José Augusto, 1999.

SITES VISITADOS:

COMUNICAÇÃO. **Nova roupagem do Chuva de Bala traz hino de Mossoró e homenagem a artistas populares.** Mossoró Prefeitura, 2018. Disponível em < https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/nova-roupagem-do-chuva-de-bala-traz-hino-de-mossoro-e-homenagem-a-artistas-populares>. Acesso em: 03, dez 2022.

COMUNICAÇÃO. **Rota do Cangaço é tema de aula prática do curso do Condutor de Turismo**. Mossoró Prefeitura, 2019. Disponível em < https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/rota-do-cangaco-e-tema-de-aula-pratica-do-curso-do-condutor-de-turismo>. Acesso em: 05, dez 2022.

DUARTE, Célio. **Prefeitura de Mossoró entrega novo piso da Estação das Artes nesta sexta-feira.** Mossoró Prefeitura, 2022. Disponível em < https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/prefeitura-de-mossoro-entrega-novo-piso-da-estacao-das-artes-nesta-sexta-feira >. Acesso em: 02, dez 2022.

DUARTE, Wesley. **Cultura promove última exibição do Auto da Liberdade 2022 nesta quinta-feira**. Mossoró Prefeitura, 2022. Disponível em < https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/47828/cultura-promove-ultima-exibicao-do-auto-da-liberdade-2022-nesta-quinta-feira>. Acesso em 05, dez 2022.

Inter TV. **Morto em invasão do bando de Lampião a Mossoró, cangaceiro Jararaca tem túmulo visitado todos os anos no Dia de Finados.** G1 Rio Grande do Norte, 2022. Disponível < https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/11/02/morto-em-mossoro-apos-invasao-do-bando-de-lampiao-ha-95-anos-cangaceiro-jararaca-tem-tumulo-visitado-anualmente-no-dia-de-finados.ghtml>. Acesso em: 08, dez 2022.

Inter TV. **Mossoró libera visitação aos cemitérios públicos em razão do Dia de Finados.** G1 Rio Grande do Norte, 2020. Disponível < https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/10/22/mossoro-libera-visitacao-aos-cemiterios-publicos-em-razao-do-dia-de-finados.ghtml>. Acesso em: 07, dez 2022.

MEDEIROS, Rostand. **O ataque de Lampião a Mossoró:** A história do motorista “gatinho". Tok de História, 2014. Disponível em <https://tokdehistoria.com.br/2014/12/06/o-ataque-de-lampiao-a-mossoro-a-historia-do-motorista-gatinho/>. Acesso em 01, dez 2022.

Mossoró Cidade Junina terá Mari Fernandez, Festival de Quadrilhas e Chuva de Bala nesta sexta-feira (10). Mossoró Hoje, 2022. Disponível em: < https://mossorohoje.com.br/noticias/41472-mossoro-cidade-junina-tera-mari-fernandez-festival-de-quadrilhas-e-chuva-de-bala-nesta-sexta-feira-10>. Acesso em: 02, dez 2022.

PERSALI, Valéria. **Prefeitura de Mossoró antecipa salário de servidores e injeta mais de R$ 21 milhões na economia.** Mossoró Prefeitura, 2022. Disponpivel em < https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/47950/prefeitura-de-mossoro-antecipa-salario-de-servidores-e-injeta-mais-de-r-21-milhoes-na-economia>. Acesso em: 10, dez 2022.

SEVERIANO, Adneison. **Funcionários do Museu Histórico Lauro da Escóssia participam de curso de capacitação.** Mossoró Prefeitura, 2021. Disponível em < https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/45420/funcionarios-do-museu-historico-lauro-da-escossia-participam-de-curso-de-capacitacao>. Acesso em: 10, dez 2022.

SEVERIANO, Adneison. **Memorial da Resistência será reformado e restaurado pela Prefeitura de Mossoró.** Mossoró Prefeitura, 2021. Disponível em < https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/45012/memorial-da-resistencia-sera-reformado-e-restaurado-pela-prefeitura-de-mossoro>. Acesso em: 10, dez 2022.

VALE, Caio. **Palco da resistência mossoroense, Capela de São Vicente celebra 100 anos de sua construção.** Mossoró Notícias, 2019. Disponível em < https://mossoronoticias.com.br/cotidiano/palco-da-resistencia-mossoroense-capela-de-sao-vicente-celebra-100-anos-de-sua-construcao->. Acesso em: 09, dez 2022.